



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

JOSÉ DOMINGOS SANTOS NASCIMENTO

**MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E OS IMPACTOS
NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA CUT SERGIPE.**

São Cristóvão, SE
2020

JOSÉ DOMINGOS SANTOS NASCIMENTO

**MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E OS IMPACTOS
NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA CUT SERGIPE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

São Cristóvão, SE
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

N244m Nascimento, José Domingos Santos
Modificação na legislação trabalhista e os impactos na organização do movimento sindical : uma análise a partir da CUT Sergipe / José Domingos Santos Nascimento ; orientador Paulo Sérgio da Costa Neves. – São Cristóvão, SE, 2020.
129 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Sociologia - Sergipe. 2. Trabalhadores. 3. Sindicatos - Sergipe. I. Brasil. Consolidação das Leis trabalhistas (1943). II. Central Única dos Trabalhadores (Brasil). III. Neves, Paulo Sérgio da Costa, orient. IV. Título.

CDU 316.334.4:331.105.44(813.7)



50
ANOS
1964-2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado e Doutorado em Sociologia
Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
PPGS/UFS CEP: 49.100-000 - Tel. fax: (079) 3194-6792



Ata de Defesa Pública de Dissertação de Mestrado

Aos 09 (nove) dias do mês de julho de 2020 (dois mil e vinte) às 10:00 (dez horas), reuniu-se a Comissão Julgadora, em participação à distância por meio de videoconferência em razão da Pandemia COVID-19, composta pelos Professores Doutores Paulo Sergio da Costa Neves (Orientador), Ivan Fontes Barbosa (examinador) e Jaime Santos Junior (examinador), para avaliar a dissertação de José Domingos Santos Nascimento, intitulada "MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E OS IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CUT SERGIPE". O orientador, na qualidade de presidente da Banca passou a palavra ao candidato para que fizesse uma exposição oral de até 20 minutos. Em seguida, o candidato foi arguido pelos membros da banca na seguinte ordem: Prof. Dr. Jaime Santos Junior, Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa e por último, Prof. Dr. Paulo Sergio da Costa Neves. Terminada a arguição, o candidato respondeu os questionamentos da banca e retirou-se da videoconferência para que os Membros da Comissão Julgadora concluíssem a avaliação. Ato contínuo, na presença do Candidato, o Presidente anunciou que o Candidato foi considerado APROVADO. O Presidente proclamou o Candidato MESTRE EM SOCIOLOGIA, informando-lhe que a versão definitiva da dissertação deverá ser apresentada à Secretaria do Programa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da presente data, em 02 (dois) exemplares. Em seguida, agradeceu aos membros da Comissão Julgadora e aos presentes e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão Julgadora, a partir do arquivo de declaração de participação remota em banca examinadora. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 09 de julho de 2020.

Presidente

1º Examinador

2º Examinador



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
GABINETE DO REITOR

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO REMOTA EM BANCA EXAMINADORA

Declaro que no dia 09 de Julho de 2020, às 10 horas participei, de forma remota com os demais membros deste ato público, da banca examinadora de Defesa da dissertação do discente José Domingos Nascimento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Considerando o trabalho avaliado, as arguições de todos os membros da banca e as respostas dadas pela discente, formalizo, para fins de registro, minha decisão de que o discente está Aprovado.

Atenciosamente,

PROF. DR. IVAN FONTES BARBOSA
13 ANTONIO DE CARVALHO S/0400
05 IMPARIAL RUA 1800
ruadimbarbosa@gmail.com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
GABINETE DO REITOR

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO REMOTA EM BANCA EXAMINADORA

Declaro que no dia 09/07/2020, às 10 horas participei, de forma remota com os demais membros deste ato público, da banca examinadora de defesa (qualificação ou defesa), da dissertação de mestrado (dissertação de mestrado ou tese de doutorado) do discente José Domingos Santos Nascimento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Considerando o trabalho avaliado, as arguições de todos os membros da banca e as respostas dadas pelo(a) discente(a), formalizo para fins de registro, minha decisão de que o(a) discente está Aprovado (Aprovado(a) ou Reprovado(a)).

Atenciosamente,

Jaime Santos Junior - UFPR
Nome completo do(a) examinador(a)
Instituição de vínculo

Agradecimentos

Tanto minha trajetória de estudos como o presente trabalho não seriam possíveis sem que algumas pessoas tivessem caminhado comigo ou contribuído para os resultados desse trabalho.

Quero agradecer ao meu orientador Paulo Neves, a quem eu nutro grande admiração e respeito. Sua orientação foi de imenso valor, tanto para o presente trabalho como para meu futuro acadêmico.

Agradeço a banca que participa da minha defesa. Ao professor Ivan Barbosa, que não só na banca, mas em todo decorrer do mestrado me auxiliou com comentários valorosos sobre o meu projeto. Ao professor Jaime Santos, que eu tive o prazer de conhecer no Simpósio Nacional de Sociologia e Política em Curitiba, e já na ocasião no GT de Trabalho e Sindicalismo me deu indicações importantes.

Agradeço aos professores do PPGS, em especial ao ex-coordenador Wilson Oliveira, ao atual Marcelo Ennes, a Vilma Barbosa e Tânia Magno que contribuiu com meu trabalho em minha banca de qualificação.

Agradeço aos meus colegas de PPGS, em especial a Felipe, Angélica, Jair e Marília.

Quero agradecer a minha família. A minha mãe Magnólia, meu pai Domingos, minhas irmãs Magliane e Isabelle, meu sobrinho Sávio, minha Tia Sula (*in memoriam*). A eles devo tudo o que sou.

A minha namorada Lana. Minha companheira de todas as horas, seu carinho e seu afeto me impulsionam sempre.

Agradeço aos amigos Sérgio, Rodrigo, Carol e Márcio. Eles foram decisivos para que eu pudesse cursar o mestrado e estiveram presentes sempre ao longo desses dois anos.

Ao meu padrinho Jefferson e meu compadre Héric, que sempre me incentivam a buscar o conhecimento.

Aos amigos de sempre Thiago, Léo, Helton e Allan.

Por fim quero agradecer aos atores principais dessa pesquisa que são os trabalhadores e trabalhadoras sergipanas. Em especial quero agradecer aos sindicalistas que gentilmente me concederam as entrevistas que são o alicerce dessa pesquisa.

Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato. E não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias, que não transforme as pedras descartadas da economia em pedras angulares. Sindicato é uma bela palavra que provém do grego “syn-dike”, isto é, “justiça juntos”, Não há justiça se não está com os excluídos.

Papa Francisco

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a organização sindical sergipana, a partir dos sindicatos ligados à CUT – Central Única dos Trabalhadores. Essa análise é feita a partir da conjuntura social, política e econômica do Brasil e de Sergipe, que desencadearam em modificações na legislação trabalhista. Também buscamos analisar aqui quais as consequências diretas dessas modificações para a vida dos trabalhadores e para a organização dos sindicatos e centrais sindicais sergipanas. Para isso analisamos os textos das leis atuais e comparamos com as outras legislações trabalhistas anteriores. Buscamos também para esse resultado obter informações através da entrevista semiestruturada com líderes de centrais sindicais sergipanas e outros sindicatos, para saber quais caminhos os sindicatos têm buscado para enfrentar a crise atual do sindicalismo e de que forma as novas leis do trabalho têm afetado a vida do trabalhador e sua relação com os sindicatos que os representam.

Palavras-chaves: CLT - CUT - Sindicatos - Sergipe - Trabalhadores

ABSTRACT

This research aims to analyze the Sergipe's union organization, based on the unions linked to the "Central Única dos Trabalhadores" (CUT). This analysis is made from the social, political and economic conjuncture of Brazil and the state of Sergipe, which triggered changes in labor legislation. We also seek to analyze what are the direct consequences of these changes for the workers life and for the organization of the unions in Sergipe. For this, we analyze the current laws and compare them with previous labor laws. For this result, we have collected information through the semi-structured interview with leaders of central unions in Sergipe and other unions, to know which paths they have been seeking to face the current crisis of unionism and how the new labor laws have affected the life of the union workers and their relationship with the unions that represent them.

Keywords: CLT - CUT - Unions - Sergipe – Workers

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01- Greve Geral contra a Reforma Trabalhista em 2017	83
Imagem 02 – Plebiscito convocado pela CUT contra o Imposto Sindical.....	89
Imagem 03 - Caravana de Filiações da CSB em Sergipe.....	104
Imagem 04 – Ato contra a Reforma da Previdência em 2019.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ADUFS – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CCOO - Comisiones Obreras

CEBS - Comunidade e Eclesiástica de Base

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COB - Confederação Operária Brasileira

CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT - Congresso da Central Única dos Trabalhadores

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

CSP Conlutas – Central Sindical e Popular Conlutas

CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FECOMERCIO/SE – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FS – Força Sindical

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

NCST – Nova Central Sindical

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PFL - Partido da Frente Liberal

PIS - Plano de Integração Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partidos dos Trabalhadores

SECA - Sindicato dos Empregados do Comércio de Aracaju

SINDIPEMA - Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju

SINERGIA - Sindicato dos Eletricitários do Estado de Sergipe

SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe

SINTRADISPEN - Sindicato dos Agentes Privados Penitenciários do Estado

SINTRASE - Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços do Estado de Sergipe

UGT – União Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1. Introdução	13
1.1 Justificativa.....	15
1.2 Metodologia.....	17
2 - Revisão de Literatura	22
2.1 - Teoria da ação sindical e questões de classe e conflito.....	22
2.2. – Estudos do Trabalho no Brasil e a crise no sindicalismo.	29
2.3 – Trabalhos sobre a CUT.....	39
2.4 – Literatura Sergipana	42
3 - Construção histórica e social do Sindicalismo Brasileiro	46
3.1 – Sindicalismo anterior a construção da CUT.....	46
3.2 - Sindicalismo brasileiro em tempos de CUT.....	53
4 - Nova legislação trabalhista e a organização sindical	72
4.1- Lei 11.648 de 2008 Regulamentação das Centrais Sindicais.....	72
4.2- 13.429 de 2017 – Terceirização	78
4.3- A reforma trabalhista de 2017	81
5 – Crise do Sindicalismo e a CUT em Sergipe	96
5.1- CUT Sergipe e sua estrutura.....	96
5.2 -CUT e a relação com o Partido dos Trabalhadores.....	98
5.3 – As Centrais em Sergipe.	102
5.4 – A importância de uma central sindical e a relação da CUT com as outras centrais ...	104
5.5 – Crise do sindicalismo.	106
5.6 – Greves em Sergipe e a Crise no Sindicalismo.....	112
5.7- Gênero, renovação e novas ações da CUT.....	113
6 – Conclusão	117
Referências	122

1. Introdução:

O movimento sindical tem passado por alterações significativas nos últimos anos. Seja por questões de representatividade ou políticas, cada sindicato teve que refletir sobre qual caminho seguir para manter-se diante dos desafios atuais. Isso se deve em grande parte à pauta política que o Brasil tem enfrentado no período recente. Essa pauta trouxe consigo a lei da terceirização, a reforma trabalhista e a reforma da previdência social. Além disso, o movimento sindical não se ateu às mudanças no seio da sociedade, que geram impacto da sua forma de mobilização.

Todas essas dimensões atingem diretamente os trabalhadores e a forma de organização deles. Além disso, segundo dados oficiais do IBGE, a quantidade de desempregados e de pessoas na informalidade cresce significativamente.

A Reforma Trabalhista de Nº 13.467 de 2017 foi a lei que mais trouxe mudanças significativas para a organização do movimento sindical. Com ela o tipo de relação de trabalho foi alterado e a forma de financiamento dos sindicatos e centrais sindicais também.

A lei foi criada com a justificativa de que traria para o país uma maior geração de empregos e em seu texto aconteceram as maiores modificações da CLT desde a criação por Getúlio Vargas em 1943.

Além da Reforma Trabalhista, outras alterações na legislação do trabalho no Brasil são importantes para compreender a conjuntura recente do movimento sindical e a relação com sua base. Entre elas podemos citar a regulamentação das centrais sindicais em 2008 e a lei de 2017 sobre a terceirização irrestrita para todas as atividades.

Os sindicatos sergipanos passam pelos mesmos dilemas dos sindicatos nacionais. E é justamente a partir desses dilemas que construímos nosso projeto e nosso problema de pesquisa: como a nova legislação trabalhista e a conjuntura política que desencadeou essa nova legislação têm afetado diretamente as relações de trabalho e as organizações sindicais no estado de Sergipe. Construímos essa análise a partir de Central Única dos Trabalhadores – CUT e os sindicatos que ela representa ou que tem afinidade política e de mobilização.

Como objetivo, temos a perspectiva de analisar como o processo de organização sindical tem sido afetado a partir da conjuntura social, política e econômica no contexto atual e como os líderes sindicais, sobretudo CUT, tem se portado frente às mudanças de cenário nos últimos anos.

Para isso levamos em conta tanto a análise das questões sociais que tem sido produzida ao longo dos anos e também como a reforma trabalhista de 2017 e outras modificações na legislação tem afetado diretamente esse processo.

Ao longo da história várias foram as tentativas de organização de uma entidade nacional que unificasse sindicalmente as forças do trabalho, através de uma central sindical. Com a regulamentação das centrais sindicais de 2008 o Brasil passou a ter 15 centrais sindicais. Portanto, o que seria uma unificação da classe trabalhadora a partir de uma luta conjunta, nesse momento passou a existir centrais sindicais de perfis diferentes e com diferentes perspectivas partidárias, ideológicas e de organização.

A ideia de unificação das lutas dos trabalhadores no Brasil é antiga. A primeira tentativa, segundo Antunes (1995), foi ainda em 1906 com a criação da Confederação Operária Brasileira (COB) e outra tentativa expressiva foi da criação da CGT - Comando Geral dos Trabalhadores em 1962. Antunes (1995) afirma que essas não conseguiram se consolidar primeiro por questões inerentes à organização da classe como diferentes ideias de perfis que essas centrais deveriam seguir e principalmente pela repressão de governos.

Esse debate retornou no período final da Ditadura Militar por dois grupos específicos que queriam unificar a organização em torno de uma central sindical. O primeiro, ligado ao chamado Novo Sindicalismo, criado a partir da organização política oriunda do Sindicato dos Metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, que também fundou o Partido dos Trabalhadores. O outro grupo ficou conhecido como Oposição Sindical que era ligado o Partido Comunista Brasileiro.

Dessas 15 centrais o estado de Sergipe conta com nove. A CUT é a maior em número de sindicatos filiados e com maior base de representatividade no estado. Diferente das outras centrais sindicais, uma das características da CUT é que esta centraliza em sua base uma maioria de sindicatos ligados ao setor público.

E é a partir dessa central que analisamos como tem se dado a organização sindical em Sergipe. Se essas centrais têm sofrido perdas na forma de mobilização, de arrecadação e na representatividade frente os trabalhadores e a sociedade sergipana.

A unificação, como percebemos dentro do quadro sindical atual, não tem se realizado, já que existe uma diversidade de centrais sindicais. A pergunta que buscaremos responder aqui é: qual a configuração atual do sindicalismo em Sergipe frente a essa a pulverização de centrais sindicais?

Levantamos como hipótese que as transformações na CLT que desencadearam finalmente com a Reforma Trabalhista e outras modificações, somadas à grande quantidade de centrais sindicais e à falta de uma análise aprofundada dessas transformações por parte dos sindicalistas, prejudicam a formação da organização sindical.

1.1 - Justificativa

O primeiro passo para entender o processo pelo qual chegamos a esse objeto de estudo é justificar o porquê de sua escolha. Desde antes de entramos na graduação, tínhamos a curiosidade por assuntos ligados ao período da Ditadura Militar e da redemocratização. Dentre eles estavam os Movimentos de Base da Igreja Católica, o Movimento Estudantil e o Movimento Sindical.

Além disso, fizemos um inventário de alguns jornais para o projeto do professor José Vieira da Cruz *Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX*. O que resultou em um TCC em história pela Universidade Tiradentes. Não foi um TCC robusto, pois não foi uma pesquisa aprofundada, mas contém além de análise de alguns recortes de jornais, entrevistas com três representantes sindicais que militaram no período de 1980 a 1999 e ainda uma entrevista com o Professor Ibarê Dantas.

A princípio, nosso objetivo era trazer para Sergipe a discussão do que se tratou esse movimento e como esse processo levou a construção de uma central única dos trabalhadores no estado de Sergipe. Mas, como lembra Minayo (2009), o campo é que acaba delimitando o objeto do pesquisador.

No nosso caso específico, o contato com outros pesquisadores mudou o norte da pesquisa. Primeiro foi a conversa com o orientador e em um segundo momento com a pesquisadora Gleise Passos. Ambos questionaram sobre a relevância atual para a Sociologia de um debate sobre o Novo Sindicalismo e da formação da CUT. A resposta é que ela só se sustenta com as demandas da sociedade recente, pois só se faz interessante para o campo da Sociologia se tiver alguma relevância para o debate atual.

Portanto, a partir disso mudamos o objeto, deixando de ser o Novo Sindicalismo e formação da CUT em Sergipe para os dilemas do sindicalismo e das centrais sindicais atuais frente ao enfraquecimento do sindicalismo com as mudanças sociais e da legislação trabalhista, a partir da análise da CUT Sergipe e dos sindicatos ligados a ela.

Matos (2009) observa que não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais. Nas últimas três décadas, inúmeras greves, a ascensão de lideranças políticas vindas do meio sindical, incluindo um presidente da República, estiveram diretamente inseridas na construção da política brasileira.

A fala do atual Presidente da República Jair Bolsonaro diz muito porque a Sociologia precisa entender esse processo:

Esses sindicatos têm que diminuir. De preferência acabar com os sindicatos no Brasil. Uma desgraça sindicato no Brasil. É uma pequena minoria que vive da profissão de atazanar o proprietário.¹ (Canal RVT. 08/02/2018)

Além dessa declaração do presidente, as suas ações ao assumir a presidência já mostram a forma de como seria a relação com os sindicatos e trabalhadores. Um dos seus primeiros atos foi a extinção do Ministério do Trabalho, criado no mesmo período que a CLT. O Ministério passou a ser uma Secretaria subordinada ao Ministério da Economia.

Frente a isso, o debate proposto pelo presidente da CUT, Vagner Freitas, é da necessidade do diálogo com o governo (mesmo que precário), ele usou as seguintes palavras antes da posse do atual governo: “Trabalhadores votaram em Bolsonaro. A CUT vai procurar o Governo para negociar.” Colleta (2018).

A importância dessa pesquisa é levantar, numa perspectiva sociológica, a discussão sobre o papel dos trabalhadores organizados através dos sindicatos dentro da sociedade sergipana na atualidade e como a CUT e os sindicatos ligados a ela têm se organizado frente a esse processo. Portanto, contribui para o preenchimento de algumas lacunas do debate sociológico sergipano, na medida em que reconhece as peculiaridades regionais e analisa como esse movimento de organização sindical se estabelece no estado de Sergipe, caracterizando as transformações do modelo sindical.

Nos últimos tempos a Sociologia tem se interessado menos pela temática do trabalho, sobretudo no que tange as questões estruturais. O foco nas questões de subjetividade e nas questões de ordem cultural tem sido o cerne dos debates sociológicos, como aborda Sorj (2000). Entretanto, a maioria dos indivíduos em sua coletividade necessita estar inserido no mercado de trabalho e todos eles têm alguma entidade sindical que o representa, seja esse indivíduo filiado ou não.

¹ Entrevista de Bolsonaro no Youtube ao canal RVT durante a pré-campanha a presidente. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vWUrvZOORgk> Acessado em 27 de novembro de 2018.

O trabalhador costuma recorrer aos sindicatos em diferentes assuntos relacionados ao seu universo de trabalho, seja na busca por valorização salarial ou por outras questões jurídicas. A partir do momento que o sindicato é enfraquecido, o tipo de relação do trabalhador com o empregador também se modifica.

Como no Brasil o tipo de organização dos sindicatos começa a ser transformada tanto pela legislação como pelo tipo de mobilização, cabe à Sociologia interpretar como é dado esse fenômeno.

O mundo do trabalho mudou, o trabalhador atual também mudou, o que consequentemente modifica as relações de trabalho. Hoje aspectos como identidades, gênero e as novas tecnologias também são decisivos para construção do mundo do trabalho e da relação com o movimento sindical.

Escolhemos a CUT por se tratar da maior central sindical em número de sindicatos filiados no Brasil. Os outros critérios para sua escolha estão relacionados primeiramente ao fato de ser a primeira central sindical fundada a partir do chamado Novo Sindicalismo e que para seu surgimento foi construída uma CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora com diferentes correntes ideológicas.

Outro critério está relacionado à sua ligação com o Partidos dos Trabalhadores –PT. Isso foi determinante no tipo de relação sindical nos últimos anos durante os governos petistas, inclusive tendo ex-presidentes dessa central como Ministros durante os governos de Lula e Dilma. O próprio Lula é oriundo desse movimento, ou seja, o primeiro presidente da República com bases no movimento sindical tem em sua trajetória a ligação com essa central sindical.

1. 2 Metodologia

Interpretar as questões históricas, econômicas, sociais e políticas é o primeiro passo da pesquisa. Saber onde os grupos políticos se organizam e a lógica de poder que existe nesse momento é central para nossa pesquisa.

Focaremos aqui em métodos que após análise achamos mais propícios para ajudar na condução da pesquisa e iremos no decorrer do texto explicar o porquê dessas escolhas e como elas se encaixam em nossa metodologia.

O cerne da nossa pesquisa é de cunho qualitativo, buscando interpretar quais os caminhos do sindicalismo, a partir de questões que levam em consideração os anseios, as

discussões e a construção do que é essa realidade social. Minayo conceitua assim a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2009, p. 21)

Para chegarmos ao nosso resultado precisamos analisar o contexto histórico, social e econômico que vem passando o Brasil nos últimos anos. A nova legislação trabalhista não surgiu de forma ocasional. Ela foi construída a partir desses elementos citados anteriormente e pela vontade de grupos sociais que tinham interesse pela aprovação da reforma.

A análise quantitativa nos ajuda também, pois nos auxilia na pesquisa, principalmente por nos fornecer alguns dados documentais coletados. No entanto, essa não é a metodologia central da pesquisa, apenas um auxiliar nesse processo. Como afirma Dietrich, Loison & Roupnel (2015), uma análise mais precisa de determinados documentos pode nos ajudar a decifrar melhor o resultado do objeto pesquisado.

Buscamos na metodologia narrativa uma base para construção dessa pesquisa. Essa metodologia ajuda com a análise das fontes a partir de um processo sequencial dos fatos, com seus personagens, estruturas e falas sobre determinado acontecimento. Nesse caso, analisamos os documentos e as falas do processo de mudança na legislação trabalhista e das consequências para o sindicalismo.

Segundo Paiva (2008) muitos são os significados de narrativa que circulam entre nós: uma história; algo contado ou recontado; um relato de um evento real ou fictício; um relato de uma série de eventos conectados em sequência; um relato de acontecimentos; uma sequência de eventos passados; uma série de eventos lógicos e cronológicos, etc. As narrativas circulam em textos orais, escritos e visuais e têm sido amplamente investigadas.

Para Almeida, Freitas e Santos (2012) narrar sociologicamente não significa reproduzir teorias e o real em sua aparência. Significa “contar” os cantos da teoria e da realidade com rigor científico, mas também com criatividade; com o olhar que enxerga amplitudes, mas também com o olhar que enxerga o mundo vivido, com o pensamento que analisa a objetividade dos fatos na generalidade social, mas também na singularidade do real.

Fonte documental

A primeira fonte a ser analisada é própria legislação trabalhista. Analisando minuciosamente o texto construído com a lei 13.467 de 2017, que trata da reforma

trabalhista, podemos observar o que modifica com a legislação sobre a vida do trabalho, a relação desse trabalhador com os sindicatos e ainda o que determina essa nova lei sobre o funcionamento e sobrevivência dos sindicatos e centrais sindicais.

Ainda analisamos outras modificações na legislação. Como é o caso a lei 11648/2008 que regulamenta as centrais sindicais no Brasil e a lei 13.429/2017 que trata da terceirização irrestrita para todas as atividades. Levando em consideração como cada ponto dessa legislação foi construída para determinar interesses específicos do empresariado e do governo e o que o governo alegava nesses pontos, como ganhos do trabalhador.

Essa análise também é feita comparando o texto da reforma trabalhista com o original da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas - e outras leis como a própria Constituição Federal de 1988.

A análise documental foi realizada por dados em jornais, revistas e sites de notícias que ao longo dos últimos anos têm noticiado questões políticas e sociais e principalmente matérias relacionadas à implantação da reforma trabalhista, além disso, o material colhido com os sindicatos tanto impresso como de suas redes sociais e sites oficiais.

Uma ferramenta importante de análise são os documentos oficiais produzidos ao final de cada congresso realizado pela entidade a cada dois anos e o estatuto da central. A partir desse material conseguimos construir um perfil da CUT. Esse perfil mostra tanto as transformações sociais e políticas no Brasil nas últimas décadas, como também como a central se comportou frente a essas mudanças.

Essa documentação vai desde a CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora que representa a preparação para fundação da CUT até o congresso mais recente, no ano de 2019.

Analisamos os discursos dos parlamentares que se posicionam contra ou favorável às modificações na legislação. Essa busca foi feita através do site da Câmara Federal e do Senado. Utilizando as palavras-chave Reforma Trabalhista, Terceirização e Sindicalismo e filtrando essas palavras a partir de parlamentares sergipanos, observamos como cada senador e deputado que representa o estado de Sergipe se posicionaram em momentos de modificação da legislação trabalhista. Esses discursos vão desde 2003 até o ano de 2019 e mostram qual o lado de cada parlamentar nesse processo.

Observação:

Outro mecanismo que nos ajudou nessa análise foi a observação não participante. Em todos os sindicatos que fomos para coletar dados e entrevistas observamos como se dá o seu funcionamento. Observamos ali como é o acesso do trabalhador ao sindicato que o representa e ainda como funciona a burocracia sindical. Além disso, participamos do 13º Congresso Estadual da CUT/SE, que elegeu sua nova diretoria. A observação do Congresso nos ajudou a entender como se dá o processo de escolhas dos representantes e como tem acontecido os debates sobre o futuro do movimento sindical e como os sindicalistas têm observado a atual conjuntura no mundo político e do trabalho.

Entrevista Semiestrutura

Outra ferramenta metodológica utilizada é a entrevista semiestruturada. Depois de reunir toda análise citada anteriormente, podemos confrontar as informações. Para isso, a entrevista é um método de grande importância, para compreender melhor todo processo social construído do objeto de estudo em questão. A entrevista como cita Barbot (2015) é um método largamente utilizado pelas Ciências Sociais, principalmente por ser um método confiável de coleta de dados.

O que muda é a aplicação de regras e instrumentos que devem estar adequados para a medição de fenômenos sociais. Por exemplo, fenômenos qualitativos não podem ser analisados com instrumentos quantitativos. Em outras palavras, opiniões, crenças, atitudes, valores etc. são processos mentais não aparentes. Portanto, para coletar informações, devem-se utilizar Instrumentos qualitativos (entrevista semi ou não estruturada) (RICHARDONS, 1999, p. 30)

Portanto, a entrevista nos serve como um mecanismo na pesquisa qualitativa, para aferir o que está sendo proposto e para confirmar ou não o que tem sido pesquisado a partir das outras fontes. No caso da análise do sindicalismo atual, a entrevista semiestruturada acaba sendo mais adequada, primeiro por ter um questionário prévio que dê um norte à entrevista e segundo pelo o fato de não ser totalmente estruturada, isso permite que elementos novos sejam coletados para a pesquisa, para uma possível interpretação posterior.

Com todos esses elementos, podemos questionar na entrevista quais caminhos os sindicatos e centrais sindicais têm seguido na conjuntura atual e confrontar a ideia que os entrevistados têm a respeito do objeto.

A partir das entrevistas buscamos entender a relação dos sindicatos atuais com as centrais sindicais e como ambos tem se organizado frente à situação social, econômica e política atual. Para realiza-las, delimitamos então alguns critérios para chegar aos

entrevistados. Quase todos os entrevistados são de sindicatos ligados à CUT ou que representam diretamente a Central:

- a) Duas entrevistas com representantes da direção da CUT Sergipe; (A primeira com um líder sindical homem, de 59 anos, que fez toda sua trajetória no funcionalismo público estadual, a segunda também um homem de 42 anos, também oriundo do funcionalismo público estadual. Ambos professores)
- b) Uma entrevista com a representante do sindicato ligado à CUT com maior número de filiados, que também exerce cargo na direção nacional da CUT; (Entrevistada mulher, professora, de 52 anos, oriunda também do funcionalismo público estadual)
- c) Representante do único sindicato de trabalhadores terceirizados filiado a CUT/SE; (Entrevistado homem, de 42 anos, agente penitenciário)
- d) Representante do sindicato que mais sofreu impacto financeiro com o fim do imposto sindical; (Entrevistado homem, de 63 anos, oriundo do setor do comércio)
- e) Representante do sindicato que representa o trabalhador tanto no setor público como privado; (Entrevistado homem, do setor de energia, com 57 anos)
- f) Representante da oposição a atual diretoria da CUT/SE. (Entrevistada mulher, de 64 anos, professora, oriunda do setor público municipal)

2. Revisão de Literatura

2.1- Teoria da ação sindical e questões de classe e conflito

O sindicalismo é um modo de organização dos trabalhadores que surgiu a partir da Revolução Industrial e conseqüentemente do capitalismo. Em mais de duzentos anos de existência dos sindicatos, foram construídas as mais diversas concepções de teorias de ação sindical. Isso permitiu a construção de diversas tipologias sobre sindicatos (anarquista, socialista, reformista, comunista, populista etc). Assim como os outros movimentos sociais, o sindicalismo não é estático e suas interpretações também não, vivem em constante mudança.

Se formos traçar uma linha, dentro da Sociologia, observando os tipos de relações de trabalho, vamos identificar que, desde sua origem, esse tipo de debate está presente. Pensando a partir do clássico Durkheim (1999), em *A Divisão Social do Trabalho*, ele debatia positivamente a forma como essa divisão do trabalho se dava e suas variantes. Ele cita inclusive o tipo de relação a partir dos sindicatos:

Enfim, não só os sindicatos de patrões e s sindicatos de empregados são distintos uns dos outros, o que *é que é legítimo e necessário*, como não há entre eles contatos regulares [...] Salvo no caso de seus atos pertencentes à esfera moral comum, patrões e operários estão uns em relação aos outros, na mesma situação de dois Estados autônomos de força desigual. (DURKHEIM, 1999, pp. 12)

Essa teoria específica não nos cabe para compreensão do que é o sindicalismo brasileiro e sergipano, os dilemas atuais e a relação das centrais sindicais com esse processo, pois retrata uma lógica de que o conflito no trabalho nasce e vive dentro de uma perspectiva positiva.

Ainda buscando na teoria clássica sociológica, veremos que Weber (2004) não trata esse tipo de relação do operariado como uma lógica de luta e vê o papel do sindicato operário como mediador de relações impessoais, de forma a ser instrumento de implantação do modelo burocrático.

Como citado por Bérourd (2014), o sindicalismo não constituiu um objeto de estudo privilegiado por Pierre Bourdieu, que não realizou trabalhos aprofundados sobre o sindicalismo como movimento social e como instituição. Ele se interessou pelo movimento

sindical em suas intervenções de conteúdo político, principalmente após o movimento do outono de 1995.

A teoria que mais se encaixa no nosso debate é de origem marxista, tanto na perspectiva do próprio Marx, como dos autores posteriores que debatem a estrutura de construção do operariado e suas formas de luta.

Marx é importante para análise sindical de diferentes formas, primeiro porque o ponto central do debate de Marx encontra-se centralizado na ideia da discussão da luta de classes, segundo porque toda essa dimensão do que se trata a luta de classe para ele está relacionado à questão do trabalho e à divisão social que se implica no mundo capitalista, terceiro por servir de base teórica de diversas organizações sindicais.

Em *O capital*, Marx (2013) fala da existência do exército industrial de reserva que limita a força dos sindicatos. Essa questão surge novamente em *Salário, preço e lucro*, onde ele mostra as fases do ciclo econômico (reanimação, prosperidade, superprodução e recessão) que refletem na eficiência maior ou menor da luta sindical.

Ainda em *O Capital*, Marx (2013) discute a perspectiva central da divisão de classes. Em relação ao capitalismo, ele afirma que esta divisão de classes está centrada no campo econômico, alegando que existe a classe dominante que é o burguês, detentor do meio de produção, e o proletariado, a classe que tem sua mão de obra explorada.

Existem as fragmentações de classe e essas necessitam de representatividades. Analisando as lutas de classes na França, o prefácio de Friedrich Engels em Marx (2012), nos ajuda a compreender como se dá a lógica da luta de classes:

Marx conseguiu reconduzir os conflitos políticos à lutas de interesses entre as classes sociais e frações das classes sociais existentes, implicados pelo desenvolvimento econômico, e mostrar que os diversos partidos políticos são a expressão, mais ou menos adequada, dessas mesmas classes sociais e frações de classes sociais. (MARX, 2012, p.10).

Podemos também perceber que os diferentes sindicatos associados dentro dessa luta por espaço e construção social são representatividades do que é a fragmentação de classes na sociedade brasileira.

Os diversos partidos políticos são manifestações do que é essa luta de classes em busca de representatividade, a partir da fragmentação de classe. Dentro da conjuntura da ação sindical, esses partidos políticos são responsáveis por agregar às diferentes centrais sindicais, como é o caso de CUT ligada ao PT, a Força Sindical ligada ao partido Solidariedade e a CTB que em Sergipe tem grande parte dos seus membros ligados ao PC do B.

Como entende Haramoto (2017), fica claro que para além dos embates entre classes, há também as lutas intra-classes sociais, quando subclasses, ou na terminologia marxiana, facções de classes sociais, que travam embates conflituosos na sua disputa pelo poder.

Esse tipo de fragmentação e o tipo de exploração estão relacionados a outro tipo de questão levantada por Marx, que é a divisão social do trabalho. Ela é uma questão importante que pode nos ajudar a compreender como todo processo de construção econômica e social da sociedade brasileira pode influenciar nas questões de formação sindical.

Enquanto a divisão do trabalho na sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, a conexão dos trabalhos parciais na manufatura o é pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. Enquanto a divisão manufatureira do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho pressupõe a fragmentação dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si. (MARX, 2013 p. 533)

Esse tipo de divisão é determinante para situar a lógica de como se forma a coletividade dentro do processo de produção, já que o trabalhador deixa de ser um agente manufatureiro para ser um operário com um serviço e qualificação específica. O lucro e a produção capitalista aumentam na medida em que existe a divisão social do trabalho e que não se paga o valor social do trabalho como remuneração desse trabalhador.

Para que se chegue a um resultado de produção, o trabalho é dividido por diversos operários. O trabalhador que antes não tinha contato direto com outros operários, já que não existia divisão social do trabalho, passa a se relacionar com outros, assim surge um elemento importante: o contato entre trabalhadores faz surgir a possibilidade de adquirir uma consciência de classe, isso fortalece o sindicalismo.

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende torna-se interesses de classe (MARX, 2013, p.90).

Entretanto, as novas formas de trabalho mudaram com advento da tecnologia e as relações de trabalho também. Isso reflete diretamente na forma de relação do trabalhador

com o sindicato, sobretudo pelo fato de que muitos trabalhadores passaram a trabalhar de forma autônoma ou informal.

Portanto, traçando o sindicalismo a partir de uma posição marxista tradicional, essa análise acaba focando na ideia de luta de classes e os movimentos realizados pelos sindicatos são realizados a partir desse mecanismo.

Terminamos a discussão anterior falando sobre a visão clássica de luta de classes pelos marxistas. Existem, no entanto, outros teóricos que são considerados marxistas pela sociologia, mas que ainda assim desempenharam um papel crítico ao modelo interpretativo de Marx e que apresentaram outras visões sobre a lógica do conflito, um desses autores é Hebert Marcuse. Oriundo da Escola de Frankfurt, ele teceu crítica tanto ao universo capitalista, quanto ao modelo Soviético de organização social.

No que se refere à lógica sindical e ao sindicalismo, podemos citar Marcuse, referindo-se a ele como um teórico com orientação marxista. Assim como Marx, Hebert Marcuse alega que as condições históricas impulsionam a luta de classe e essa justifica toda a luta dos trabalhadores, em busca de uma nova ordem social que superasse a desigualdade de classe. Para Marcuse (2004), o sistema político tinha de ser destruído e transformado em nova ordem racional. E tal transformação não se podia fazer sem violência.

O proletariado, é distinto porque, como uma classe, significa a negação de todas as classes. Os interesses de todas as outras classes são essencialmente unilaterais; o interesse do proletariado é essencialmente universal. O proletariado não tem propriedade nem lucro a defender. Sua preocupação, a abolição do prevalecente modo de trabalho, é a preocupação da sociedade como um todo (MARCUSE 1960, p. 291 apud SILVA, 2017, p. 32).

Segundo Silva (2017), o conceito de trabalho em Herbert Marcuse é tema importante em sua produção teórica, assim como na de outros teóricos críticos frankfurtianos. As formulações de Marcuse sobre o tema mantêm forte relação com a concepção de trabalho de Marx, segundo a qual o trabalho desempenha papel fundamental na constituição do ser humano.

Entretanto, o que nos ajuda a buscar melhores ferramentas em Marcuse está na relação que ele observou a partir da lógica do trabalho, da estrutura de poder e o tipo de relação que os sindicatos tinham no século XX. A partir da análise desses sindicatos nos Estados Unidos ele nota um conluio e a aliança entre os negócios e o trabalho organizado, o que modifica o tipo de relação entre patronato e sindicato. O sindicato passa a ser não apenas uma estrutura de luta:

O que aconteceu é que o sindicato se tornou indistinguível da corporação *aos seus próprios olhos*. Vemos hoje em dia o fenômeno de os sindicatos e corporações procurando, *conjuntamente*, influenciar deputados. O sindicato não conseguirá convencer os operários das fábricas de foguetes de que a companhia para a qual eles trabalham é um conjunto delator quando ambos, sindicato e corporação, estão procurando influenciar deputados para obter maiores contratos de construção de foguetes e tentando trazer outras indústrias da defesa para o seu se tornou quando comparecem juntos ao Congresso para, juntos, pedir que sejam construídos foguetes em vez de bombardeiros, ou bombardeiros em vez de foguetes, dependendo de que contrato eles tenham conseguido. (MARCUSE, 1973, p. 39)

Isso nos remete à participação política partidária na construção dos sindicatos no Brasil. Vários dos sindicalistas que construíram a estrutura sindical buscaram não apenas nas lutas das greves e da organização dos sindicatos o espaço para obter resultados. Eles também entraram na política partidária, tanto se elegendo como também influenciando a votação de determinados representantes.

Dentro do sindicalismo existe o termo “pelego” são os sindicatos ou sindicalistas que não buscam a ação sindical e vivem em função da relação próxima ao patronato ou ao governo. O que Marcuse nos ajuda a refletir, nessa perspectiva, é que esse tipo de relação pelega se transformou em um mecanismo corporativista, pois nesse contexto sindicalistas buscam espaços políticos, não propriamente na organização da classe, mas sim com objetivos próprios ou de defesa de uma minoria participante dessa luta.

As principais tendências são familiares: concentração da economia nacional nas necessidades das grandes corporações, sendo o Governo uma força estimulante, sustentadora e por vezes até controladora; deslocamento dessa economia para um sistema mundial de alianças militares, convênios monetários, assistência técnica e planos desenvolvimentistas, assimilação gradativa das populações de operários e "colarinhos brancos", de tipos de liderança nos negócios e no trabalho, de atividades das horas de lazer e aspirações em diferentes classes sociais; (MARCUSE, 1973, p. 37)

Marcuse (1973) observa que, na esfera política, essa tendência se manifesta em marcante unificação ou convergência de opostos. Com tais motivações, surge um universo de administração no qual as depressões são controladas e os conflitos estabilizados pelos efeitos benéficos da produtividade crescente. Ou seja, a chamada luta de classes pela lógica dos sindicatos é trocada por um tipo de negociação, que está centrada no avanço do capitalismo e da necessidade de preservação dos meios de produção.

O impulso acelerado para organizar o crescente elemento de colarinho branco nos sindicatos industriais poderá, caso chegue a ter êxito, resultar no crescimento de uma consciência sindical desses grupos, mas dificilmente em sua radicalização política. (MARCUSE, 1973, p. 54)

Um debate importante, tanto para compreender a teoria de Marcuse e sua relação com Marx, quanto a sua aplicação na relação sindical está na lógica do trabalho. Marcuse (1973) observa que a mecanização está reduzindo cada vez mais a quantidade e a intensidade da energia física consumida no trabalho. Esta evolução tem grande impacto sobre o conceito marxista de proletário. Para Marx, proletário é, primordialmente, o trabalhador braçal que gasta e esgota sua energia física no processo de trabalhar, até mesmo se trabalha com máquinas.

Em contraste, o trabalhador organizado dos setores avançados da sociedade tecnológica vive essa negação menos conspicuamente e, como os demais objetos humanos da divisão social do trabalho, está sendo incorporado à comunidade tecnológica da população administrada. Mais ainda, nos setores da automatização mais coroados de êxito, uma espécie de comunidade tecnológica parece integrar os átomos humanos no trabalho. (MARCUSE, 1973, p. 44)

Marcuse (1973) observa que a escravização do homem pelos instrumentos de seu trabalho continua numa forma altamente racionalizada e enormemente eficaz e promissora para os meios de produção. O que é importante salientar é que ele faz esse tipo de observação, tanto para o meio capitalista, quanto para o socialismo real aplicado na União Soviética. Fundamentalmente, podemos observar que ele analisa, nesse caso, a sociedade industrial e não apenas capitalista. Marcuse afirma que existe um caráter unidimensional, referindo-se à paralisia da oposição aos sistemas.

Um autor que nos faz pensar as questões da classe trabalhadora em sua origem e processo de formação de uma teoria da ação sindical é E. P. Thompson, principalmente sobre o que podemos observar sobre a formação da classe operária inglesa no período da Revolução Industrial. O que nos remete ao tipo de organização sindical e as relações que os sindicatos e trabalhadores têm para com outras organizações.

Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson (1987) observa a origem dos trabalhadores, a influência da religião, o peso das leis e as primeiras experiências de organização dos trabalhadores urbanos. No caso da organização dos sindicatos em Sergipe, as reflexões engendradas por Thompson nos ajudam a pensar essa experiência no tocante a origem dos sindicalistas, formação, influência de outras instituições, influência dos partidos políticos e as modificações das leis que levaram ao movimento sindical e aos trabalhadores mudanças na relação de trabalho e na luta por melhores condições de trabalho.

Portanto, a reflexão de Thompson nos mostra que os sindicatos e o tipo de relação da classe trabalhadora sindicalizada não é isolada de outras organizações. Para a formação e

transformação de cada sindicato existem outros grupos que influenciam diretamente o tipo de orientação desses sindicatos. Se pegarmos, por exemplo, os sindicatos que surgiram em Sergipe pós-ditadura militar no período do chamado Novo Sindicalismo, podemos observar a influência de partidos políticos, da igreja católica e de grupos de intelectuais. Esse tipo de influência permeia ainda a lógica de construção dos sindicatos.

Claus Offe (1989) distingue alguns aspectos da visão clássica do marxismo no que se refere à lógica do trabalho e no conceito de classe. Para o trabalhador, o trabalho só se transforma em um elemento importante quando se configura em uma referência da vida moralmente correta, e/ou condição externa para a sobrevivência física.

Isso ocorre para ele por questões religiosas ou tradicionais. Ele fala então de um *ethos* que só pode funcionar a partir de condições que permitam aos trabalhadores serem reconhecidos como sujeitos morais, possuidores de deveres e direitos em função do trabalho que realizam. Segundo Offe (1989) o trabalhador atualmente, em sua maioria, não compreende o processo produtivo do qual faz parte. E nesse caso, se e o trabalho deixa de compreender uma obrigação de ordem moral, cabe então investigar sua relação a partir da questão da sobrevivência.

Isso tudo reflete no próprio enfraquecimento dos sindicatos. Para Offe as restrições ao poder sindical e à política social, são formas para reduzir o custo do salário e, com isso, fortalecer a capacidade de investimento do capital.

O sentido das regulações do Estado de bem-estar, o sentido de sua organização, consiste em fazer valer um princípio de dignidade humana e de autonomia dentro dos limites do economicamente realizável, e onde este princípio não configure simplesmente como derivado de desenvolvimentos econômicos. Quer dizer, consiste em garantir os direitos humanos frente às pretensões dos processos de valorização do capital. Proteção trabalhista, reconhecimento dos direitos de representação sindical, seguridade social etc. são exemplos disso. Trata-se sempre da antítese do direito dos homens frente ao direito das coisas. (GONZALEZ, 1989, p. 3)

Claus Offe (1989) fala de falta de consciência de classe por parte de quem é associado aos sindicatos. É a ideia de que pouco importa o outro trabalhador quando seu próprio direito e bem-estar continuarem garantidos. Ele cita, por exemplo, a questão do desemprego, afirmando que as políticas que poderiam propiciar um aumento da oferta de emprego não encontram receptividade entre os trabalhadores sindicalizados. Para ele, medidas como a redução da jornada de trabalho com redução de renda, em momentos de crise poderiam ajudar na geração de emprego, entretanto não são aceitas dentro do movimento sindical.

Além disso, na questão sindical, Offe (1989) busca demonstrar que o caráter formal dado aos sindicatos pelo sistema e sua dinâmica interna levou ao crescimento de uma burocratização sindical, levando um distanciamento das lideranças sindicais para com a base. O que reflete, para ele, tanto o enfraquecimento do próprio trabalhador como das lideranças sindicais e conseqüentemente dos sindicatos, o que dificulta a manutenção de uma identidade operária coletiva.

2.2 - Estudos do Trabalho no Brasil e a crise no sindicalismo

Alguns autores brasileiros são fundamentais para compreender o processo pelo qual passa tanto os sindicatos e suas centrais sindicais, como também o tipo de relação de trabalho e o entendimento atual da sociologia pelo trabalho.

Como aborda Barbosa (2003), a nova fase de produção do capitalismo pode ser caracterizada pelo esgotamento do modelo do Taylorismo-fordismo, pela introdução de novas tecnologias e conseqüentemente de novas formas de organização do trabalho, bem como pela desestruturação dos trabalhadores e sindicatos.

Ricardo Antunes em *Adeus ao Trabalho* aborda aspectos centrais dessas transformações e como isso tem se refletido na lógica do mundo do trabalho no Brasil:

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a *produção em série e de massa* são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade. (ANTUNES, 2004, p. 24)

Essas transformações mudaram o perfil do trabalhador ao longo nos últimos 40 anos no mundo inteiro, o que reflete diretamente no tipo de organização sindical. A velha classe operária industrial deu lugar a uma classe trabalhadora ligada às novas formas de trabalho. Como aborda Antunes (2004), o tipo de sociedade acaba sendo caracterizada com a “sociedade dos serviços”.

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização do trabalho industrial, fabril*, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. (ANTUNES, 2004, p. 49)

Antunes (2000) observa uma mudança considerável na lógica de relação de trabalho. Essas mudanças não são recentes e todas elas estão relacionadas a perdas dos direitos dos trabalhadores frente ao capital e que atualmente passamos por uma transição que não apenas

retira direitos do trabalhador como também coloca fim na sobrevivência de um modelo de trabalho existente.

Vivemos formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. (ANTUNES, 2004, p. 24)

Corroborando com isso, José Ricardo Ramalho (2014) analisa o efeito da globalização no processo de relação de trabalho, observando que em meio a esse processo existe uma questão global de enfraquecimento dos direitos e das organizações trabalhistas.

Uma boa parte das análises sobre os efeitos da globalização econômica tem enfatizado a estratégia de enfraquecer e destruir o movimento trabalhista e sindical em nível global. (RAMALHO, 2014, p. 28)

Antunes (2004) observa o sindicalismo no mundo inteiro a partir do fim da década de 1980 como um processo de crise e ele elenca as razões que levam a esse processo.

As metamorfoses em curso no inundo do trabalho. Vimos que elas afetaram a *forma de ser* da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Essas transformações afetaram também intensamente os organismos sindicais em escala mundial. Como expressão mais evidente dessa crise pode-se destacar uma nítida *tendência de diminuição das taxas de sindicalização*, especialmente na década de 1980. (ANTUNES, 2004, p. 67)

Dentro das mudanças no mercado de trabalho, Antunes também observa que os próprios sindicatos têm sofrido com a dificuldade de entender o processo de transformação da sociedade e do mundo do trabalho. Existem tipos de trabalhadores que não se encaixam nos perfis dos sindicatos e que poderiam ser acolhidos por eles e pelas centrais sindicais.

O sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial. (ANTUNES, 2004, p. 70)

Ramalho (2014) observa também uma oportunidade dos trabalhadores frente a esse a processo de globalização e de mudanças da forma da lógica do trabalho. Para ele os sindicatos devem agir como fator de resistência sobre o processo de perdas que os trabalhadores vêm sofrendo frente ao capital. E isso deve dar-se pela criação de oportunidades através do próprio capitalismo global, para uma organização também global dos trabalhadores.

Para Droppa e Speranza (2017), o estudo do trabalho passa por profundas mudanças nos últimos tempos. Eles elencam quatro razões centrais para tal. Primeiro no ponto de vista geográfico, onde os estudos são voltados para características mais regionais, diminuindo os estudos que tratam das questões nacionais, vendo peculiaridades mais específicas de diferentes localidades do Brasil. A segunda questão está relacionada à cronologia adotada pelas pesquisas, que tem produzido estudos relacionados a tempos mais distantes do período em que vivemos, trabalhos que em sua maioria analisam o período logo após o fim da escravidão e a Primeira República.

Outro ponto que os autores abordam é sobre a mudança de perspectiva que os autores do trabalho tinham, sobretudo até a década de 1980, que privilegiavam as relações no interior dos espaços produtivos urbanos, fábricas e oficinas, e centravam-se na análise do movimento operário e sindical organizados e em suas lideranças. Para Droppa e Speranza (2017), os estudos mais recentes sobre o trabalho passaram a dar mais atenção a características do trabalho nos mais diversos âmbitos, locais, interações e vivências.

O quarto ponto, para eles, está relacionado a questões metodológicas e empíricas, que recaem sobretudo para vertente da interdisciplinaridade e esse cruzamento de informações entre os diferentes campos da ciência fortalecem ainda mais o campo de estudo do trabalho.

Segundo Santana e Braga (2009), a análise sobre os temas relacionados ao trabalho e aos trabalhadores no Brasil tratava-se em seu princípio de uma luta simbólica travada no terreno científico contra as ideologias político-programáticas. Nos anos 1970, contudo, as noções de “passividade política” e de ausência de “consciência de classe” presentes nas análises sociológicas da década anterior, passaram a ser rapidamente substituídas pela “radicalidade” e a “combatividade” do “novo sindicalismo”.

Bridi, Braga e Santana (2018) fazem uma análise importante, mostram como tem se desenvolvido a sociologia do trabalho atualmente no Brasil e ainda retoma como em cada período esse campo se comportou frente a diferentes contextos sociais e políticos. Para eles a Sociologia do Trabalho durante a década de 1960 focava o estudo principalmente na compreensão da formação de uma nova classe operária que surgiu a partir do contexto da urbanização, industrialização e modernização da sociedade brasileira.

No período da virada da década de 1970 e 1980 os estudos passaram a analisar as dinâmicas da vida e trabalho da classe trabalhadora, bem como as lutas operárias e a organização do movimento operário frente a regime militar existente no Brasil.

Bridi, Braga e Santana (2018) observam que entre a década de 1980 e 1990, com a globalização neoliberal, os estudos se orientaram em distinguir fenômenos globais e resultantes das dinâmicas gerais do capitalismo, daquilo que seria específico e particular da sociedade brasileira.

No contexto atual entre as questões que são centrais da sociologia do trabalho, uma das mais importantes está relacionada à crise do trabalho e sua centralidade no campo sociológico.

Para Bridi, Braga e Santana (2018), existe quase um consenso na literatura brasileira e estrangeira na análise da crise do trabalho e na organização da representação dos trabalhadores, ao que se refere às transformações no meio produtivo nos diferentes setores da economia. Principalmente pelo fato das corporações e de seus agentes buscarem racionalização do trabalho e a redução dos custos do trabalho.

Dentro da perspectiva sindical, os autores Bridi, Braga e Santana (1998) usam a categoria de ação coletiva para explicar as características de análise da Sociologia do Trabalho atual frente às novas formas de organização dos trabalhadores.

No contexto brasileiro de análise Bridi, Braga e Santana (1998) observam um deslocamento de demandas e luta dos sindicatos que desafiam a análise da Sociologia do Trabalho no contexto mais recente:

Os protestos atuais gravitam em torno da oposição à onda de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, traduzida em termos de eliminação de subsídios sobre alimentos e combustíveis, cortes salariais, aumentos de impostos sobre a circulação de bens e serviços básicos, ataques à previdência social, reformas regressivas dos sistemas de aposentadoria e de saúde e precarização do trabalho. Trata-se de um conjunto de questões que tende a desafiar cada dia mais a Sociologia do Trabalho brasileira. (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 1998, p. 54)

Ianni (1994), por exemplo, fala da centralidade através da globalização, para ele, dentro dessas características o trabalho se encaixa dentro de um processo de transição para uma nova forma de divisão internacional do trabalho e da produção. Já Antunes (1999) defendeu a centralidade da categoria trabalho a partir do estudo das relações entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial, bem como a forma assumida pela divisão sexual do trabalho e uma nova configuração da classe trabalhadora. No caso de Leite (2003), ela aborda a conjuntura neoliberal implantada nos mais diversos países que reconfiguram a lógica do trabalho e que mesmo modificando a lógica do capital, é o trabalho que determina os tipos de relação.

Cardoso (1999) observa que nas décadas de 1980 e 1990 houve um aumento na taxa de sindicalização no Brasil. Para Cardoso, existem dois fatores que se destacam, um seria a mudança no modelo de organização sindical, com o advento do chamado Novo Sindicalismo, pois com ele surgiram centrais sindicais e a estruturação melhor dos sindicatos para mobilização. O segundo ponto está relacionado com a oferta de emprego formal, quanto maior a possibilidade de emprego formal, maior era a taxa de sindicalização.

O movimento sindical brasileiro passou por um período de crescimento com o surgimento do chamado Novo Sindicalismo, por isso a análise desse período, que é muito representativo para a Sociologia do Trabalho e os estudos sobre movimento sindical.

Cardoso (1999) fala de uma crise do sindicalismo, mas apesar do título do seu livro falar em questões de ordem econômica a partir do mundo neoliberal, ele trata a crise como um elemento construído exclusivamente por esse novo modelo econômico. Para ele, questões relacionadas a características de ordem de organização tática de agentes individuais e coletivos levaram a essa crise.

Um desses elementos citados por Cardoso (1999) é a incapacidade dos sindicalistas de enxergarem novos movimentos na economia, que necessitam de novas posturas por parte dos sindicatos. Ele cita também que esses sindicatos assistem de forma passiva, sem quase nenhum tipo de participação nessa transformação.

Cardoso argumenta que a ação sindical que aconteceu durante a década de 1990 saiu de dentro da arena política brasileira. Cardoso afirma que isso ocorre devido a três razões: a primeira para ele é a própria ação sindical, que aceitou o diálogo direto com o empresariado e governo, aceitando e aderindo ao discurso oficial. Com isso, centrais sindicais como a Força Sindical e a CUT, estando em posição de situação ou oposição, se sentiram no papel de dividir a responsabilidade na questão do crescimento econômico do país, discutindo temas como negociação salarial. O segundo ponto para Cardoso está relacionado ao fortalecimento da democracia brasileira, que devolveu aos políticos no parlamento e no executivo o papel de agentes políticos, diminuindo o campo de ação política das centrais sindicais. E a terceira razão coloca que a partir de então a força do mercado ultrapassou a força política, quando esse mercado passou a orientar o jogo político e não a política que orienta o mercado.

Na questão de filiação sindical, Cardoso traça um comparativo entre a desfiliação no Brasil e em outros países. Com dados empíricos o autor mostra que em relação a outros países analisados a taxa no Brasil é branda, entretanto existe uma queda significativa no

setor industrial, sobretudo entre metalúrgicos e no setor financeiro. Em contraponto a queda desses dois setores existe um crescimento de filiação entre os trabalhadores do setor de ensino, de serviços e da administração pública.

Com isso Cardoso conclui que existe uma crise no sindicalismo brasileiro, mas que essa não é universal.

Marcio Pochaman (1998) observa que durante a década de 1990 houve uma pulverização dos sindicatos e que levou também uma crescente fragmentação das negociações coletivas. E que apesar disso houve um fortalecimento sindical de conquistas de determinados sindicatos ou de setores sindicais específicos, entretanto o que diferencia para ele a década de 1990 para a de 1980 é que em 1980 as lutas eram mais coletivas e de toda classe trabalhadora.

Marcio Pochmann (1998) também observa características distintas do sindicalismo de 1990 com o que emergiu com o chamado Novo Sindicalismo. Em seu estudo ele observa uma menor taxa de sindicalização e de greves e uma crescente participação da justiça nas relações de trabalho. Entretanto ele observa uma nova característica do movimento sindical brasileiro, que passa a ter uma maior participação nos fóruns e debates de construção de políticas públicas.

Esse cenário observado por Pochmann (1998) também é analisado por Lucio (2007) a partir de uma realidade em que por toda América Latina tem sido alicerçada por uma política econômica neoliberal durante a década de 1990. Essa política acaba por ampliar as retiradas de direito dos trabalhadores e ainda acontece o arrocho salarial como forma de controle de inflação e das contas do Estado. Lucio (2007) coloca que, iniciado no governo do Presidente Fernando Collor e aprofundada durante o Governo Fernando Henrique, a pauta neoliberal é o grande impulsionador de debates dentro dos meios sindicais.

Buscando uma base em Marcio Pochmann, Ivan Barbosa (2003) analisa que na década de 1990 a ampliação do desemprego e o aumento da informalidade, que leva também a uma desindicalização do trabalhador, é causada por mudanças profundas ocorridas na economia brasileira:

Nesse sentido durante o período de 1932 a 1980, o Brasil levou avante um modelo de crescimento fundado na ampla difusão do emprego assalariado e com forte ênfase no estado como gerador de empregos, com a criação de empresas estatais. É somente, a partir da década de 90, que o crescimento dos postos de trabalho, que de certa forma, ficaram estagnados na década de 80, começaram a decair de maneira significativa em detrimento do

crescimento de atividades ligadas ao setor informal. (BARBOSA, 2003, p. 18)

Essa análise por Ivan Barbosa (2003) foi feita sobre a ótica do trabalho informal em Aracaju durante toda década de 1990. Barbosa qualifica isso como um quadro assustador, pois se o aumento do desemprego e das atividades informais por si só já indicam a exclusão de um considerável contingente do contexto das garantias trabalhistas, a diminuição delas também implicou em perdas para todos os trabalhadores.

Como mostra Ricardo Antunes (1995), esse tipo de exploração capitalista era ainda maior no Brasil, se for comparado com a realidade econômica e social de outros países na mesma época:

É esclarecedora a pesquisa feita pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos publicada no *Jornal do Brasil*, onde se revela que o custo de uma hora de um operário médio da indústria brasileira era, de 1 dólar e 49 centavos, enquanto que o trabalhador norte-americano custava 13 dólares e 46 centavos. (ANTUNES, 1995, p. 23)

Nesse período de crise do sindicalismo surge para Ricardo Antunes como um modelo sindical chamado de sindicalismo de resultado que ele classifica assim:

Alguns pontos centrais do seu ideário são: reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolar este âmbito da luta; o papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculados da ação sindical; o estado deve reduzir a sua ação, em favor de uma política privatizante. (ANTUNES, 2004, p. 38)

Com a chegada ao governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, chegam também ao governo pessoas oriundas do modelo sindical conhecido por Novo Sindicalismo. O próprio presidente Lula ganhou projeção política por conta do Novo Sindicalismo, quando foi presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista.

Abers, Serafim e Tatagiba, (2014) argumentam que dois fatores influenciaram nas mudanças de relação Estado-sociedade durante o governo Lula: a migração de ativistas dos movimentos sociais e simpatizantes para dentro do governo e a transformação criativa dos repertórios de interação Estado-sociedade já existentes nessas novas circunstâncias.

No governo, tais ativistas buscaram construir e fortalecer espaços participativos formalizados, que até então se restringiam a âmbitos municipais. Mas eles também experimentaram outros canais de comunicação, negociação e colaboração entre Estado e sociedade civil, tais como novas formas de negociação baseadas em protestos e outros encontros, menos públicos e mais personalizados, entre Estado e

representantes de movimentos sociais. (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 326)

Oliveira, Bridi e Ferraz (2014) fazem uma série de estudos, a partir de variadas interpretações sobre a dinâmica de lutas e de mobilização dos trabalhadores durante o governo do Presidente Lula. Eles fazem isso a partir da ambivalência do mercado de trabalho, os balanços das negociações coletivas e outros tipos de relação das mais diversas categorias.

Nesse sentido, tanto Abers, Serafim e Tatagiba (2014), quanto Oliveira, Bridi e Ferraz (2014) observam que boa parte dos sindicatos brasileiros recuaram da luta durante os governos petistas e, como consequência, foram impactados na forma de organização. Entretanto, os autores observam que essa acomodação da luta sindical deve-se também a conquistas do meio sindical que atuava dentro do Estado. A partir do momento em que ativistas e sindicalistas ocuparam cargos no governo facilitaram os trâmites da negociação e consequentemente ganhos reais para o movimento.

Oliveira, Bridi e Ferraz (2014) analisam também a perspectiva neoliberal para os trabalhadores durante o governo do PT e o impacto na legislação trabalhista. Para eles se não houve um avanço real na legislação que assegurava modificar o que foi retirado nos governos anteriores, esse foi compensado por valorização do salário mínimo e pela regulamentação das centrais sindicais.

Com o fim dos governos do Partido dos Trabalhadores uma série de novas legislações foi criada que modifica o processo de organização do movimento sindical, entre elas a terceirização e a Reforma Trabalhista.

Desde a aprovação da Reforma o cenário tornou-se espinhoso para o sindicalismo. O número de desempregados no Brasil também aumentou, o que diminui a taxa de filiação e ainda emana em todo mundo aquilo que Ricardo Antunes (2018) analisa como o novo proletariado da era digital. Onde o mundo do trabalho está sendo moldado por aplicativos de celulares, que a cada dia aumenta o número de trabalhadores que prestam serviços a partir deles, com prestação de serviços informais do ponto de vista jurídico, acarretando precarização da força de trabalho. Nesse texto Antunes também observa características da crise do sindicalismo atual, como a falta de ação frente aos novos dilemas do mundo do trabalho e a falta de representatividade como, por exemplo de gênero, nas direções sindicais no Brasil.

Esses dilemas retratados por Ricardo Antunes no livro *O privilégio da Servidão: O novo proletariado de serviço na era Digital (2018)* também foi retratado por ele mesmo em

Adeus ao Trabalho (2004), onde ele observa um esgotamento do modelo fordista e taylorista com o advento das novas tecnologias. Essas novas tecnologias produzem o fim de diversos campos e modalidades de emprego no mundo inteiro, dando lugar a subempregos e a informalidade. E isso ataca conseqüentemente as filiações e inserção da classe trabalhadora no mundo do movimento sindical.

Sobre análise das centrais sindicais, um trabalho interessante foi realizado por Leôncio Martins Rodrigues (2009) a partir da CONCURT que é o congresso realizado pela CUT. Ele pôde fazer um diagnóstico a partir dos delegados que participaram dos debates do evento. Rodrigues fala que o estudo não foi para analisar a história da CUT, mas sim para traçar um perfil de cada corrente ideológica que ali tem representatividade. Se na própria CUT existem diferentes correntes buscando espaços entre meio sindical é possível supor que o debate por poder é bem maior nesse momento, com 15 centrais sindicais oficializadas. Isso pode nos ajudar a compreender como diferentes centrais se comportam frente aos desafios atuais.

Nesse trabalho, Rodrigues (2009) fala sobre o papel da redemocratização, como sendo importante para formação e estruturação do sindicalismo brasileiro, que desencadeou no surgimento da CUT. Ele observa que apesar de durante a Ditadura Militar ter havido grande repressão aos sindicatos e retirada de lideranças sindicais, ainda assim a estrutura sindical permaneceu. Os sindicatos foram controlados e não destruídos, com isso, quando da redemocratização surgiu uma grande leva de novos sindicalistas que aproveitaram a estrutura sindical para se organizar.

Foi a partir da estrutura corporativa, ocupada por novas lideranças, que o sindicalismo brasileiro ganhou impulso. Sem a existência dessa base organizatória, capaz de fornecer recursos administrativos e financeiros, além de ativistas e militantes, o movimento sindical dificilmente teria conseguido se levantar com tanta rapidez e ocupar um espaço importante na política brasileira. (RODRIGUES, 2009, p. 2)

Foi nesse cenário citado por Rodrigues (2009) que surgiram as lideranças sindicais que deram origem à CUT. Ele observa que os primeiros movimentos desses sindicalistas ligados à CUT tinham como base duas ideias que apareceram depois nos congressos da CUT durante a década de 1980. A primeira uma perspectiva trabalhista, com redução de jornada de trabalho, direito de sindicalização dos funcionários públicos e estabilidade no emprego. A segunda defendia uma reforma social radical, como reforma agrária, ocupação das terras improdutivas e coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais.

Já Dal Rosso (2013) trabalha a ideia de fragmentação sindical, considerando que essa

fragmentação é revelada pelo crescimento vertiginoso de centrais sindicais. Rosso observa que isso é decorrência de lutas por espaços políticos, disputa por verbas, por divisão territorial e por puro corporativismo que não tem por objetivo fortalecer a luta como um todo.

Fernandes (2009) defende que a Central Única dos Trabalhadores, sobretudo, a partir do IV CONCUR (Congresso da Central Única dos Trabalhadores) em 1991, perde o papel de uma entidade contestadora e de quem poderia se contrapor ao papel ideológico e hegemônico do neoliberalismo e passa a ser parceira da construção da nova institucionalidade. Fernandes observa que essa mudança acontece porque os sindicalistas passam a disputar cargos eleitorais e outros espaços dentro do Estado brasileiro.

Aqui se inaugura uma nova prática sindical no país, que abandona o campo teórico-político que se baseavam as lutas de classe, para abraçar, a partir do IV CONCUR – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, aquilo que seria denominado pelas próprias lideranças sindicais como “sindicalismo propositivo”, na realidade, a forma como se chamou a nova trajetória destes setores da política nacional, oriundos dos movimentos sociais, no caminho para disputar a gestão do estado. (FERNANDES, 2009, p. 14 -15)

Um trabalho importante para entender as mudanças na estrutura sindical brasileira é do sergipano Frederico Romão. Sua tese de 2006 na Unicamp fala de ruptura de um modelo sindical dentro de um contexto de globalização e de fortalecimento das políticas neoliberais no Brasil durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para fazer essa análise, Romão usou a greve dos petroleiros de 1995, que acaba sendo um marco na transição desse modelo.

Diferentemente dos anos 80, quando as pautas de reivindicações visavam a ampliar direitos e garantias, em 1995 se buscava manter o conquistado anteriormente. Antes mesmo de Collor, os programas de cariz toyotista introduzidos na Petrobrás, desde meados dos anos 80, tendiam a fragmentar os coletivos e deslegitimar as organizações dos trabalhadores. (ROMÃO, 2006, p. 437)

Para Romão (2006), as mudanças que ocorrem durante o governo Fernando Henrique e principalmente como artifício de controle do governo para com o movimento sindical, fizeram retroceder o processo de organização e conquistas iniciado com as lutas operárias nos fins dos anos 70, levando para a precarização das condições e da relação de trabalho.

Como observamos, os diferentes autores citados aqui falam sobre mudanças na organização e modelo sindical. Principalmente mudança de uma postura contestadora para um sindicalismo mais propositivo, sobretudo, quando essa comparação é feita com o

sindicalismo oriundo do fim da década de 1970 e início de 1980, com o sindicalismo construído a partir da década de 1990. Os diferentes autores colocam alguns fatores para essa mudança, entre eles estão a participação política dos líderes sindicais em contextos eleitorais e ocupação de cargos no estado, e ainda a nova política econômica brasileira com o advento do modelo neoliberal, que leva ao sindicalismo se adaptar à nova realidade.

2.3 - Trabalhos sobre a CUT

No trabalho de Tumolo (2011) são traçadas algumas características que revelam semelhanças e diferenças entre a principal central sindical brasileira a CUT e a CCOO (Comisiones Obreras) principal central sindical espanhola. Esse trabalho nos ajuda, porque ele traça características das duas centrais sindicais e com essas características podemos nos atentar a um perfil, com conceitos melhores elaborados, da Central Única dos Trabalhadores.

Tumolo (2011) observa na origem da CUT, que apesar de se posicionar como de esquerda e próximo ao movimento comunista, ela surge justamente como oposição sindical aos principais partidos comunistas brasileiros, o PC do B (Partido Comunista do Brasil) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro). No começo era difícil determinar um grupo hegemônico ideologicamente dentro da CUT, mas segundo Tumolo a partir da segunda metade da década de 1980 um grupo chamado “Grupo dos 113” e posteriormente conhecido como “Articulação Sindical” passou a ter a hegemonia dentro da Central. Esse grupo a princípio era formado por sindicalistas forjados fora do círculo comunista alguns deles inclusive influenciados por concepção cristã de esquerda.

Tumolo (2011) entende que durante a década de 1990 a CUT teve uma certa guinada à direita:

Na década de 1990, foi a vez de a CUT fazer seu “giro à direita”... De organizações sindicais combativas e de esquerda, com um perfil classista e anticapitalista se converteram em Centrais Sindicais reformistas e amoldadas à lógica capitalista, o que para alguns autores cartelizaria uma estratégia social-democrata. (TUMOLO, 2011, p. 194)

Essa perspectiva de Tumolo (2011) concorda com a análise feita por Silva (2007) em sua dissertação de mestrado sobre a CUT no estado de Pernambuco. Silva (2007) faz essa análise entre os anos de 1989 a 1999 e observa através da análise do discurso que o perfil cutista mudou durante esse período. Na década de 1980 a CUT era contestatória do sistema capitalista e acreditava na mobilização social como principal fator de transformação da realidade. Já na década de 1990 com o advento do modelo neoliberal e de transformação no mundo do trabalho, a central passou a assumir uma postura de negociação com os governos

neoliberais e com os patrões, diminuindo a mobilização social e a organização das novas categorias de trabalho que ficaram esquecidas dentro da política sindical.

Observando a trajetória da CUT antes mesmo da sua fundação até o início dos anos 2000, Teixeira (2009) também observa uma guinada da CUT para o novo modelo sindical. Para ele a relação com os estados também determinou essa nova postura da central. Para obter sua sobrevivência e ampliar o campo político e econômico, ela se submeteu as essas nova faces do modelo neoliberal. Isso se deram com uma maior ênfase na participação nos conselhos tripartites, de convênios internacionais e na disputa de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para implementar cursos na área de formação profissional.

Essa pesquisa de Teixeira (2009) corrobora com Corrêa (2014), que em sua tese de doutorado observa a CUT a partir de um outro aspecto, o que ele chama de sindicalismo cidadão. Segundo ele, sobretudo durante a década de 2000, a CUT exerceu um papel de prestação de serviços sociais paralelamente ao Estado, algo que ele identifica como o terceiro setor, comum na estrutura neoliberal.

Para exemplificar esse caráter cutista, ele cita uma agência criada pela central chamada de ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, que foi criada para atuar na política de emprego, no auxílio no fomento de alternativas de trabalho e renda para trabalhadores fora do mercado formal. Seria um aspecto contraditório no discurso cutista sobre o que pensava a CUT a respeito do modelo neoliberal, pois segundo Corrêa a agência serviu menos para ajudar em uma mobilidade social dos trabalhadores e mais para traçar acordos entre trabalhadores e empresas para obtenção de certos benefícios corporativos para os primeiros e vantagens econômicas para os segundos.

A primeira questão levantada por Ladosky e Rodrigues (2018) está relacionada à CUT, após anos de organização, mudanças, enfrentamento e participação no governo, como a central sindical vai se comportar com o fim dos governos do PT. Para os autores, a CUT, durante os governos petistas, optou por uma atuação mais institucional, com menos ação e mobilização e que esse talvez tenha sido o fator de perda de mobilização e resistência posterior ao fim dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Assim como outros autores, eles apontam na CUT três diferentes períodos até a chegada do governo Lula, o de surgimento com um modelo sindical que busca o embate e a contestação, o segundo de transição e para um modelo que os autores vão chamar de “sindicalismo-cidadão”, assumindo espaços de representação de classe para além do mundo do trabalho. O segundo período citado, segundo os autores, surge a partir da criação da Força

Sindical em 1991, que passa a disputar posição hegemônica com a CUT no sindicalismo brasileiro.

Em termos de plataforma econômica, o governo Lula incorporou e combinou três agendas contraditórias, para compatibilizar interesse de classes. Por um lado, manteve parte das políticas de seu antecessor – tripé macroeconômico do superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação – “Cartas aos brasileiros” ainda durante a campanha eleitoral de 2002. (LADOSKY; RODRIGUES, 2018, p. 56)

Essas medidas aliadas a reforma da previdência no setor público, levou à ruptura do governo com alguns grupos do meio sindical e de partidos de esquerda. Com isso houve o surgimento de duas centrais sindicais a CSP-Conlutas e a Intersindical, que usaram o argumento de passividade da CUT frente a essas medidas como estopim para esse rompimento.

Como o governo Lula teve êxito no campo econômico e ainda lançou programas e medidas que beneficiaram a classe trabalhadora e os mais pobres, algumas das principais centrais sindicais brasileiras, mesmo as que faziam oposição ao governo anteriormente, se aliaram ao governo petista:

No que tange à Central de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB) os resultados positivos do governo na área social e do desenvolvimento, com a geração de emprego e renda, legitimaram suas posições políticas de apoio. Mesmo a Força Sindical, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) – Centrais sindicais muitas vezes opositoras ao governo do PT – aliaram-se em torno da candidatura de Dilma Rousseff na eleição de 2010, participando da Assembleia da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em junho daquele ano. (LADOSKY; RODRIGUES, 2018, p. 58-59)

Fregnani (2018) fez uma análise importante a partir dos aspectos econômicos sobre o comportamento das principais centrais sindicais brasileiras durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Fregnani cita que durante os governos petistas entre 2003 e 2014, a CUT defendeu um ponto de vista de um programa de desenvolvimento que contrapôs-se ao modelo neoliberal, mas que apesar disso defendeu questões e medidas que ajudam o neoliberalismo. Ela cita como exemplo a defesa do crédito consignado. Para ela, apesar da CUT defender em seu discurso a universalização dos direitos sociais, a central se contradiz ao defender o consumo enquanto direito à cidadania.

Como era ligada ao governo, a CUT, segundo Fregnani (2018) defendeu o Estado como indutor para estimular o mercado interno e o consumo dos trabalhadores. No aspecto sobre a legislação trabalhista Fregnani, observa que a central defendeu uma agenda de valorização do trabalho, colocando em pauta temas como a redução da jornada de trabalho,

mas que na prática, por conta da aproximação ao governo moderou as críticas sobre alguns temas como por exemplo a combatividade com relação a terceirização em atividade fim.

Uma análise importante que Freganani faz sobre o contexto dos governos do PT e a relação política com movimento sindical é que essa também vai além do poder executivo. A CUT não permitia que um dos seus membros assumisse outros cargos públicos e continuassem desempenhando algum papel dentro da central. Ao contrário da CUT, na Força Sindical - FS isso era possível. Um destaque nesse sentido foi de Paulinho da Força, que, além de parlamentar, exercia a presidência da FS, isso ajudou a Força a ganhar espaço nas discussões e lobbies políticos dentro do parlamento, Fraganani, 2018.

2.4 - Literatura sergipana

Alguns autores sergipanos têm trabalhos importantes na análise do movimento Sindical. Uma que se destaca nesse sentido é Maria da Conceição A. Vasconcelos. Em sua pesquisa sobre o Sindicato dos Petroleiros de Sergipe, Vasconcelos (1999) discute a importância da relação desses trabalhadores com a perspectiva sindical, quando começou a ser acenada a possibilidade de retorno da atividade sindical. A partir de então, novas estratégias de ação começaram a ser desencadeadas. A prática sindical deixou os muros das fábricas e procurou estabelecer outras resistências.

Esse trabalho de Vasconcelos é importante, sobretudo a partir de um dos sindicatos que foi uma das bases do surgimento do “Novo Sindicalismo”. O estado de Sergipe nesse momento passa por transformações importantes na estrutura econômica, principalmente pela descoberta de diversos campos de petróleo, que impulsionou a economia sergipana, consequentemente o aumento de postos de trabalho e a taxa de sindicalização.

Outro autor que tem um trabalho importante sobre o sindicalismo sergipano é Frederico Romão. O primeiro dos seus trabalhos é a dissertação em Sociologia que analisa o sindicalismo no setor têxtil durante a década de 1930 em Aracaju. Esse trabalho torna-se mais interessante por se tratar de um período em que o modelo sindical construído no governo Vargas começa a ser implementado. Em Sergipe havia nesse período um aliado de primeira ordem de governo federal, que era Augusto Maynard.

Romão também tem um trabalho fundamental para quem quer entender o processo de construção do sindicalismo sergipano. Em seu livro *Na Trama da História. O Movimento Operário de Sergipe 1871 a 1935*, Romão (2000) analisa o surgimento do movimento operário sergipano e ainda como esse movimento operário posteriormente torna-se um

movimento sindical organizado. Onde existia apenas uma organização em busca de resolver questões particulares e de troca de apoio, passa a ter um movimento organizado com defesa de interesse de classe.

Os trabalhos do professor Ibarê Dantas, *História de Sergipe: República (1889 - 2000) e A tutela militar em Sergipe de 1964/1984*, trazem um apanhado importante da história política e social de Sergipe no século XX, entre eles também a organização dos trabalhadores sergipanos. Ibarê (1997) trata a perspectiva de como o processo de Ditadura Militar fragilizou o movimento sindical em sua organização.

Dantas (2004) faz uma análise completa da história da república em Sergipe e destaca que o movimento sindical participou desse processo de organização, pautando interesses da classe trabalhadora. Nesse livro Dantas fala inclusive do processo de fundação da CUT Sergipe e como a organização de uma nova central sindical tinha influência no processo político e social.

De qualquer forma, esses sindicatos ligados à CUT e articulados nacionalmente, numa época de liberalização das instituições e inflação descontrolada, proporcionaram uma combatividade sem precedentes no movimento sindical em Sergipe (DANTAS, 2004, p. 267).

Um trabalho importante é a Dissertação em Serviço Social de Catarina Oliveira (2002). O trabalho é sobre a construção política do SINTESE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe). Esse trabalho fala de conflitos e consenso no início da década de 1990. Esse momento é de reestruturação do sindicato. O grupo que participou daquele processo, assumindo a direção, está há quase trinta anos no poder, mudando muito pouco a estrutura sindical.

Para traçar sua interpretação, ela usa questões como hegemonia, ideologia e discurso. Ela observa que essa hegemonia aconteceu primeiro com a mudança no discurso ideológico, antes de passar por mudanças na estrutura sindical e que os sindicalistas que assumiram o sindicato nesse momento utilizavam o argumento de que a mudança ideológica deveria ser o primeiro passo. E para isso, perante a sociedade, falava-se do fortalecimento do sindicato como mecanismo para uma defesa da qualidade da escola pública.

O SINTESE, com esse agrupamento, tornou-se o maior sindicato do estado de Sergipe e é base fundamental da Central Única dos Trabalhadores.

Outro trabalho com relação ao SINTESE é a Dissertação de Adenilde Dantas (2017). Ela deu ênfase à questão de gênero em sua análise. Esse debate é presente no

sindicalismo brasileiro e sergipano na atualidade, sobretudo pelo fato de o meio sindical ser majoritariamente masculino.

Em seu resultado, Dantas (2017) observa que apesar de a base do SINTESE ter maioria de mulheres e da direção ter em diversos cargos mulheres, ainda assim não existe uma incorporação da discussão de gênero por parte do sindicato. Para ela isso ocorre principalmente pelo fato de o sindicato focar sua organização na questão de classe, não dando tanta importância a questão de gênero.

No campo do direito, há duas dissertações na Universidade Federal de Sergipe, que nos ajudam a entender a lógica da legislação e os impactos na relação de trabalho e consequentemente no movimento sindical.

A primeira é de Luiz Meneses (2017), que trata sobre a questão do imposto sindical. Meneses propõe em seu trabalho a substituição do imposto sindical obrigatório por uma contribuição negociada, aprovada em assembleia e que essa negociação fosse ratificada pelo poder judiciário. Para Meneses, essa forma melhora a relação do trabalhador com o seu sindicato e ainda daria ao movimento sindical liberdade e autonomia.

A outra dissertação no campo do direito é de Anna Catharina Machado (2014). Seu trabalho é sobre as questões de acordos coletivos de trabalho, em que ela afirma que esse deve ser um meio de efetivação dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Entretanto, ela faz ressalvas sobre postura de alguns sindicatos que não preconizam o interesse em si da classe trabalhadora, mas sim do interesse pessoal dos sindicalistas. Ela aponta esse processo como o grande empecilho da formação de uma convenção coletiva concreta e eficaz para os trabalhadores.

Assim como Meneses (2017), Machado (2014) observa a necessidade de existir sindicatos com o poder de autonomia de instituição e principalmente com força frente ao patronato, para barganhar os temas do interesse do trabalhador.

Outros estudos no campo do trabalho identificam como a precarização do trabalho tem relação direta com o enfraquecimento dos sindicatos e consequentemente com perda de força dos trabalhadores para modificar essa realidade.

Um desses trabalhos é de Alexis Jesus (2016), que analisou a situação dos funcionários de escola da rede estadual de ensino e como esses com a situação precária não teve força para mudar essa realidade. Enquanto os professores possuem um sindicato forte e que com estrutura para enfrentar o governo, o sindicato que representa os demais funcionários de escola, como merendeira, executor de serviços básicos e oficial

administrativo, não exerce essa força, apesar de ter em sua base uma grande quantidade de trabalhadores. Para fazer frente a algumas questões de necessidade dos trabalhadores, foi criado entre os trabalhadores da educação um grupo independente chamado de “Acorda Servidor” para pleitear suas reivindicações.

O trabalho de Jaime Santos (2014) fala de um tipo de precarização do trabalho ainda maior, que é na indústria canavieira. Essa análise foi feita a partir da realidade sergipana. A precarização nesse setor da economia é ainda maior do que em outros setores do trabalho, chega a ser em muitos momentos análogos a escravidão. O poder de negociação dos trabalhadores com o patrão é difícil e a força do movimento sindical também. Ainda assim, Santos observa que o surgimento dos sindicatos rurais e as ligas camponesas ajudaram a amenizar um pouco esse processo de precarização no setor rural.

3 - Construção histórica e social do Sindicalismo Brasileiro

3.1 – Sindicalismo anterior a construção da CUT

Assim como o sindicalismo surge no mundo a partir da formação de uma classe operária, no Brasil isso também ocorre. O surgimento do que entendemos por uma classe operária e de uma organização por parte dela só acontece a partir da transição da mão-de-obra no país. Isso ocorre a partir do processo de fim da escravidão.

O proletariado brasileiro nasceu quando no conjunto do mundo ocidental já se aceitavam determinadas reivindicações que não eram aceitas um século antes. Mas a maior parte das conquistas operárias na Europa e Estados Unidos, conseguidas com muita luta e sacrifício, não eram reconhecidas no Brasil. (GIANNOTTI, 1988, p. 5)

A partir do que foi a origem do movimento operário no estado de Sergipe, podemos observar característica que não eram de sindicatos, não tinha pretensão de debate de classe, mas que servia de aporte para o trabalhador. Esse mecanismo é o que Romão (2000) chama de mutualismo.

Em fins do século passado, e antes mesmo do término da escravidão em nosso país, já se encontram em Sergipe os primeiros embriões de organizações de trabalhadores que visavam a prestar de alguma forma, uma assistência e estes e aos seus familiares, quando dos seus infortúnios. (ROMÃO, 2000, p. 43)

Vasconcelos (1999) observa que as ideias de ajuda material aos trabalhadores que passavam dificuldades financeiras e solidariedade predominaram no início desse movimento. A primeira de que se tem notícia, foi criada em 1871, na cidade de Laranjeiras, sob o nome de Sociedade Monte Pio dos Artistas.

No âmbito nacional, a primeira sociedade que se tem notícia é a Imperial Sociedade dos Artistas mecânicos Liberais de Pernambuco, criada em 1836, em 1853 é fundada na capital federal a imperial associação tipográfica fluminense. (ROMÃO, 1999, p.68)

Como observa Giannotti (1988), nesse momento as condições de vida e de trabalho eram impostas pelo patrão, principalmente por não ter uma legislação trabalhista. A jornada de trabalho poderia chegar a 20 horas, além de ser normal o trabalho infantil.

Quanto maior é a jornada de trabalho, maior é o lucro. A legislação trabalhista não existia. Por exemplo, em 1901, havia nas indústrias inúmeras crianças de até 5 anos trabalhando. Os locais de moradia dos trabalhadores eram precários, faltando água, transporte, higiene, luz, etc. (GIANNOTTI, 1988, p. 4)

No período de início da República, na década de 1900, é que começa a ter modificações no processo de organização dos trabalhadores. Segundo Carvalho (2000), uma medida importante do período republicano foi o reconhecimento dos sindicatos como legítimos representantes dos trabalhadores. "Surpreendentemente, o reconhecimento dos sindicatos rurais precedeu o dos sindicatos urbanos. O fato se explica pela presença de trabalhadores estrangeiros na cafeicultura", onde as representações diplomáticas destes países acompanhavam o tratamento dados aos imigrantes. Os sindicatos rurais foram então reconhecidos em 1903, enquanto que o sindicato urbano em 1907.

José Murilo de Carvalho (2004) observa que nesse momento existiam dois grupos de anarquistas: os socialistas e os socialistas individuais. O primeiro grupo admitia o sindicalismo como arma de luta, já o segundo grupo era contra toda forma de organização que não fosse espontânea.

No ano de 1906 aconteceram diversas greves. E realizou-se também 1º Congresso Operário Brasileiro que resultou fundação da Confederação Operária Brasileira (COB).

Giannotti (1988) observa que até 1915 existiam sindicatos por ofícios: todos os torneiros, todos os mecânicos, etc. Durante a primeira guerra mundial começou a organização por categorias: todos os metalúrgicos, todos os têxteis etc. Cada organização operária decidia sua forma de organização, seus estatutos.

Em Sergipe, Romão (2000) afirma que no início do século XX o estado passou a ter mais organizações operárias e com mais força. E a partir delas surge então o Centro Operário Sergipano:

A partir de 1910 com retomada do jornal O Operário e a criação de Centro Operário Sergipano, as reivindicações se processarão de forma mais abrangente incorporando-se nessa fase os operários têxteis e sua realidade. (ROMÃO, 1999, p. 43)

O surgimento de uma imprensa operária, segundo Vasconcelos (1999), foi um ponto crucial de desenvolvimento da organização trabalhadora no estado de Sergipe. Deixando então Sergipe de ter uma organização de trabalhadores mutualista assistencialista, para outro tipo de organização de trabalhadores, com um viés mais político.

Essas ideias foram se disseminando entre os trabalhadores e também se modificando diante das divergências ideológicas. A criação de outras associações o surgimento da imprensa operária e posteriormente do centro operário sergipano ocasionou mudanças na prática sindical assistencial, que foi paulatinamente se transformando em prática política. (VASCONCELOS, 1999, p.58)

Segundo Giannotti (1988), de 1920 a 1930 há luta política entre os militantes operários das várias correntes que existiam no movimento: a anarquista, a comunista e a católica. A partir de 1922 os Primeiros de Maio, dia do trabalhador, data em que simbolicamente há manifestações em todo mundo, passaram a ser organizados sempre separados em duas ou três manifestações.

Durante esse período surgiram as primeiras leis do trabalho:

1919 — Lei sobre acidentes de trabalho;

1925 — Lei de 15 dias de férias;

1926 — Lei sobre o trabalho do menor.

Em 1922 fundou-se o Partido Comunista do Brasil num congresso de 9 pessoas, 7 operários e 2 intelectuais. A partir dessa data, a tendência comunista-socialista se fortaleceu e a direção dos sindicatos passou a disputar com os anarquistas, como cita Giannotti (1988). Essa influência também chegou a Sergipe:

Nos anos que vão de 1923 a 1927, fruto, nos parece, da influência de José Alfredo e de Antônio Siqueira Alves, o COS passa ter uma influência forte do PCB. Operários como Manuel Luiz assumem-se como correspondentes de jornais do Rio de Janeiro, de linha abertamente comunista. (ROMÃO, 2000, p. 74-75)

Em 1929 os comunistas fundaram a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), que só existiu no papel.

Para Giannotti (2007), a Revolução de 1930 encontrou o movimento operário esmagado por longos anos de repressão e dividido entre si. Isso permitirá a implantação do sindicalismo oficial por Getúlio Vargas. Entretanto, durante esse período pode-se verificar a expansão do sindicalismo brasileiro e sergipano e ainda um aumento das leis do trabalho como a CLT.

Outra questão importante nesse momento é a questão da transformação econômica, o país que restritamente agrário começa a ter transformações com certo aumento das indústrias e dos espaços urbanos. O que também modifica o tipo de trabalhadores com um aumento do operariado.

Entre 1931 e 1934 foram criadas quase todas as leis trabalhistas que temos até os dias de hoje no Brasil. Em 2017 houve as mais profundas modificações até então, mas ainda assim, o eixo central da legislação trabalhista data dessa época. E em 1931 foi criado o Ministério do Trabalho, extinto 87 anos depois no governo de Jair Bolsonaro.

Nesse período também observa-se uma relação populista do Governo Vargas para com os sindicatos. Segundo Giannotti (2007), até 1934 existiam dois tipos de sindicatos; o

sindicato do Governo e o sindicato livre. O Governo reprimia tudo o que era programado pelos sindicatos livres e apoiava tudo que vinha dos sindicatos oficiais.

Romão (1999), em sua dissertação de mestrado faz uma análise sobre o sindicalismo sergipano justamente nesse período. Nesse momento o interventor indicado por Vargas foi Augusto Maynard, que participou do movimento Tenentista em Sergipe. Ele observa esse período como de conquistas, entretanto observa muito desrespeito à legislação trabalhista:

Apesar de esparsos, os poucos direitos que iam sendo conquistados, fruto de greves, acordos ou através da lei, eram costumeiramente desrespeitados. Esse é um movimento constante, semelhante aquele já analisado quando da discussão sobre jornada de trabalho: operário se organizam, reivindicam, provocam mobilizações. Conquistam direitos e, em seguida, os patrões encontram as formas de surripiá-los. (ROMÃO, 1999, p. 82)

Romão relata também o tipo de relação dos sindicatos da indústria têxtil nesse período com o governo e patrões, após algumas mudanças na legislação trabalhista. Sobretudo, a partir do decreto de 1931 que regulava a criação dos sindicatos no Brasil.

Um dos decretos que mais custou caro aos trabalhadores têxteis em Sergipe foi o decreto nº 1970 de 19 de março de 1931, que regulava a criação de sindicatos no Brasil. Este sofre o mais duro combate por parte dos empresários sergipanos, que não admitiam a possibilidade de dividir poder com os trabalhadores organizados. (ROMÃO, 1999, p.83)

Apesar desse tipo de perseguição, Frederico Romão entende esse decreto como benéfico, já que a partir dele em Sergipe cresce consideravelmente o número de sindicatos. Esse período também elege os primeiros operários a cargos políticos:

Desta forma, nas eleições de 1935, garantiram uma vaga na Assembleia Legislativa e, ao nível municipal, elegeram representantes através do partido de Aliança Proletária. (VASCONCELOS, 1999, p. 68)

Outra lei importante nesse período, datada de 1932, foi a lei que regulamentava o trabalho das mulheres.

Vasconcelos (1999) analisa o período do governo Vargas e Maynard sobre uma ótica parecida tanto com Giannotti (1988) como Romão (1999). Na ideia de que esse momento reflete conquista de legislação do trabalho e de avanço dos sindicatos, mas que o modelo paternalista, assistencialista e atrelamento ao governo é que prevalecia.

Essa tutela, paternalista e assistencialista estabelecida, durante o período da interventoria de Maynard, com os trabalhadores urbanos de Sergipe, trouxe um atrelamento dos sindicatos ao estado, mas ao mesmo tempo significou um período de conquistas do movimento sindical, em Sergipe. (VASCONCELOS, 1999, p. 66)

Assim como existia nacionalmente os chamados sindicatos livres, como trata Giannotti (1988), em Sergipe também tinham sindicatos que buscavam o desatrelamento do governo e conseqüentemente sua autonomia para se organizar.

Um acontecimento importante que mostrou a preocupação de alas do movimento sindical sergipano, em busca de sua autonomia, foi a ocorrência do primeiro congresso unitário sindical, realizado em 1935, em Aracaju. (...) este buscava a congregar as diversas categorias e discutir os novos rumos do movimento. (VASCONCELOS, 1999, p. 67)

Ivan Barbosa (2003) nos alerta para uma questão importante quanto à legislação e o capitalismo. Apesar de o segundo ser uma estrutura que só existe a partir da exploração do trabalho, foi nele que surgiu oportunidade de regulamentar as formas de trabalho.

O capitalismo embora alicerçado no conflito capita/trabalho, trouxe garantias concretas em termos de benefícios para classe trabalhadora, traduzidos em termos de salários, férias, etc. (BARBOSA, 2003, p.17)

Dentro dessa ótica, a regulamentação mais importante da legislação do trabalho ocorre com o Decreto-Lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943, que cria a CLT - Consolidação da Leis Trabalhistas. Esse foi precedido por duas questões importantes, primeiro foi a criação do salário mínimo em 1936 e em 1939 a criação a Justiça do Trabalho.

A criação de qualquer lei ou de regulamentação depende muito da conjuntura política, social e econômica. Esse momento é de profundas transformações na estrutura desses três pilares e isso se refletiu diretamente na criação da CLT.

O Estado Novo acabou, os governos Vargas chegaram ao fim, mas não houve grandes transformações na estrutura sindical e de legislação até o período da Ditadura Militar.

A classe operária, através dos que se diziam seus líderes, e que comandavam suas articulações, cria uma política contraditória com relação ao Governo e as Forças Armadas. É todo um período de alianças e rompimentos. Mas até 1963 o que predomina é um pacto entre Governo, Exército e Sindicatos. (GIANNOTTI, 1988, p. 14)

Vitto Giannotti descreve um texto do que refletia o modelo sindical pós 1964, texto produzido pela a Oposição Sindical Metalúrgica, em 1970:

Após 1964 historicamente, está começando a 2ª etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo dos tempos de Getúlio ou de Jango, baseado na confiança e expectativa do Governo. Hoje está nascendo um sindicalismo novo: sem esperanças no Governo e sem meios termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro à sua frente o centro do problema: o problema político e o problema de luta de classes. (GIANNOTTI, 1988, p. 17)

Inicia-se então o período em que não se permitia aos sindicatos serem politizados. Ou esse sindicato servia como órgão assistencialista e recreativo, ou era reprimido pelo governo Militar. Alguns desses sindicatos eram presididos por interventores indicados pelo regime. Além disso, o crescimento econômico se deu por redução de garantias do trabalhador, como a diminuição do valor do salário mínimo, o que garantia o aumento do lucro do empresariado.

O controle sindical e o controle do salário profissional foram as formas autoritárias encontradas para compatibilizar os objetivos de acumulação acelerada, modernização tecnológica da economia e baixo nível de investimento educacional.

Os instrumentos legais da repressão foram os "atos institucionais" editados pelos presidentes militares. O primeiro foi introduzido logo em 9 de abril de 1964 pelo general Castelo Branco. Por ele foram cassados os direitos políticos, pelo período de dez anos, de grande número de líderes políticos, sindicais e intelectuais e de militares. (CARVALHO, 2002, p. 160)

Na constituição de 1967 o governo militar promulgou alguns pontos que garantia o caráter assistencialista ao trabalhador. Além disso, também tomou medidas para tirar a perspectiva política dos sindicatos, tornando-os mais assistencialista e recreativo. As medidas foram as seguintes:

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Banco Nacional da Habitação;
- Doação de terrenos aos sindicatos para colônias de férias, hospitais, etc.;
- Bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores;
- Convênio de assistência médica dos sindicatos com INPS;
- PIS (Plano de Integração Social);
- Assistência jurídica gratuita prestada pelos sindicatos aos trabalhadores;
- Plano de valorização dos sindicatos (plano de empréstimos aos sócios).

Essas perspectivas não são diferentes no estado de Sergipe. Os sindicatos, como outros movimentos, foram amordaçados e pouco se fazia dentro do movimento sindical sergipano, como relata Francisco Gualberto, ex-líder sindical e atualmente deputado estadual:

Eu aos 14 anos já trabalhava na fábrica de tecido, tinha os sindicatos dos têxteis, mas o sindicato naquela ocasião era o sindicato que ele tinha que ter dupla vida, dupla atividade porque a ditadura militar controlava o movimento sindical e as ações mais agressivas ou mais radicais a gente fazia, na verdade, na clandestinidade, fora da legalidade dos sindicatos. (NASCIMENTO, PASSOS & TORRES, 2009, p. 30)

O período da ditadura militar é ainda um momento de transformação na economia sergipana como relata Vasconcelos (1999) e Araújo (2004) com a exploração de petróleo no estado. Com essa nova economia, o processo de urbanização do estado aumenta e o tipo de operariado também. Surge com ele sindicatos ligados ao petróleo que eram o Sindicato dos Petroleiros e o Sindicato dos Petroquímicos, esses sindicatos produziram mobilizações e sindicalistas importantes no contexto social e político de Sergipe.

Os anos 70 iniciaram com nova fase, tanto no movimento sindical como também no regime militar. Ações repressivas mais fortes se estabeleceram e a aplicação da legislação sindical corporativa reforçou o papel dos sindicatos enquanto agentes prestadores de serviços. A ação sindical dos petroleiros SE/AI foi canalizada para outra direção: o assistencialismo enquanto prática sindical. (VASCONCELOS, 1999, p. 130)

Dentre todos os períodos citados anteriormente, Luiz Wernneck Viana (1976) observa os modelos de sindicatos relacionados, a partir de cada momento, resumidamente assim: até 1989 as ações operárias e sindicais ficam no campo do mutualismo. Entre 1989 e 1991 existem poucas ações operárias e nesse momento acontece o início da intervenção do Estado, modernizando e disciplinando o mercado de trabalho. De 1891 a 1919 havia certa contradição entre direito de associação e a “ortodoxia liberal do marco institucional”, período de grandes atividades operárias. Os anos de 1919 a 1930 foram marcados pela assinatura do tratado de Versalhes, sem expressivas ações operárias. De 1931 a 1934 houve mudança no perfil da intervenção do Estado, que procurava restringir e neutralizar as ações sindicais, e sofre, por isso, resistência nos grandes centros. Os anos de 1934 a 1935 foi um período de autonomia e pluralidade sindicais em função da Constituição de 1934. Entre 1935 a 1946, o estado corporativo regula em todos os níveis a vida sindical, concepção comunitarista, baseada na justiça do trabalho. Nos anos após 1964 o Estado tudo controla, inviabilizando a vida operária independente.

Durante todo esse período citado até aqui houve algumas tentativas de formação de centrais sindicais que canalizassem as lutas dos trabalhadores brasileiros. Entretanto, de várias tentativas não houve êxito para sua formação, como aborda Ricardo Antunes:

Da Conferência Operária Brasileira (COB), de 1906, ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de 1962, várias foram as tentativas de organização de uma entidade nacional que unificasse sindicalmente as forças do trabalho. Lutando contra uma infinidade de elementos que lhes dificultavam a ação, estas tentativas não conseguiram consolidar-se, quer dificuldades iminentes à uma classe que buscava fazer-se nos embates contra o capitalismo, quer especialmente pela repressão feroz da ordem como se vivenciou no início deste século, depois em 1935, 1947 ou 1964, para dar alguns exemplos. (Antunes, 1995, p. 25-26)

No período da ditadura militar, apesar de todo momento de repressão, houve nesse momento, movimentos organizados em diversas áreas em busca por resistência política. Movimentos como o estudantil, intelectual, artístico, da igreja católica - ligado à teologia da libertação e CEBS (Comunidade e Eclesiástica de Base) - e o movimento operário fizeram em diversos momentos frente ao Regime Militar, resultando inclusive em mobilizações, como, por exemplo, a da anistia política.

A partir desses movimentos, surgiu então o que ficou conhecido como Novo Sindicalismo. Primeiramente um movimento que buscava melhorias de condições salariais e de trabalho, mas que acabou tomando uma proporção política e social gigantesca. Essa proporção causou tanto uma influência direta no processo de fim da ditadura, como também no tipo de organização sindical que o Brasil iria adquirir posteriormente.

O surgimento do Novo Sindicalismo teve como berço as lutas por melhorias salariais e condições de trabalho no interior do estado de São Paulo, em uma região conhecida como ABC paulista. Esse movimento tomou proporção a partir dos sindicatos dos metalúrgicos, que tinha como presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse sindicato engendrou greves de grandes dimensões, enfrentando a censura e a repressão do governo militar.

3.2 - Sindicalismo brasileiro em tempos de CUT

Resolvemos fazer essa análise a partir do período do chamado “Novo Sindicalismo”, com os documentos oficiais da CUT, que são as atas dos congressos realizados pela entidade ao longo dos últimos 40 anos. A partir dessa documentação podemos traçar algumas observações, primeiro da construção do perfil da CUT em diferentes momentos e como ela se adequou nesses diferentes períodos, segundo como o país estava politicamente e economicamente em diferentes momentos durante esses anos, terceiro como a estrutura sindical e trabalhista reflete na vida dos trabalhadores. Essa análise é feita também dialogando com autores que analisam esse período.

Ao longo desses quase 40 anos, a CUT realizou 13 congressos e como percebemos cada um com perspectivas políticas diferentes, que levam em consideração, sobretudo, a conjuntura política e social vigente em cada período.

O período que precede a CUT é de grandes debates sobre a possibilidade de unificação da luta dos trabalhadores através de uma central sindical que representasse toda a classe. O sindicalismo criado no período de redemocratização ficou conhecido como Novo

Sindicalismo, o auge desse movimento aconteceu na região do ABC – Paulista, com as grandes greves puxadas principalmente na cidade de São Bernardo do Campo. Os sindicatos que participaram desse movimento, juntamente com movimentos sociais e grupos ligados à Igreja Católica, deram origem ao Partido dos Trabalhadores e posteriormente estiveram ativamente na construção da CUT.

Entre os anos de 1981 e 1983 foram realizados os Congressos Nacionais dos Trabalhadores, com a intenção de construir essa central. Para essa construção existiam dois grupos com tendências distintas, buscando que seu pleito representasse essa central. Ricardo Antunes (1995) descreve assim esses grupos:

De um lado, no universo do *Novo Sindicalismo*, encontravam-se aqueles que, em sua maioria desprovidos de militância política anterior, nasciam como sindicalistas na sua ação concreta. Nesse polo aliaram-se, num primeiro momento sindicalistas vinculados à esquerda tradicional, especialmente ao PCB, e até mesmo alguns segmentos vinculados ao peleguismo sindical, que buscam “modernizar-se”. No outro polo, no universo da oposição sindicais, maior era presença de ex-militantes da esquerda organizada, em especial dos inúmeros grupamentos existentes na viragem dos anos 1960/70 no Brasil, além de um contingente expressivo oriundo da esquerda católica. Se o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é um exemplo típico do *Novo Sindicalismo*, a Oposição Metalúrgica de São Paulo talvez seja o melhor exemplo da segunda corrente. (ANTUNES, 1995, p. 28-29)

O primeiro documento da CUT surge antes mesmo do seu nascimento. Esse documento é o da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que foi realizado entre 21 a 23 de agosto de 1981 em Praia Grande no estado de São Paulo.

Nesse primeiro documento fala-se da legislação vigente no período, que não refletia os anseios da classe trabalhadora e exigia o fim do regime militar e um Código Nacional do Trabalho, que deveria ser construído a partir de uma discussão da classe trabalhadora e sindicatos. Lembrando que nesse momento o Brasil estava nos últimos anos da Ditadura Militar, que apesar de enfraquecida ainda assim reprimia as manifestações sociais, políticas e sindicais. Para os sindicalistas desse momento, com o fim do regime militar poderia haver fortalecimento do sindicalismo.

Eles defendiam que posteriormente, ao fim da Ditadura, fosse construída uma nova Constituição. Nessa possível nova constituição deveria constar a liberdade democrática e que essa deveria ser manifestada também a partir da liberdade sindical, com o direito amplo e irrestrito a greve.

Nesse momento eles exigiam também questões como a convenção Coletiva de Trabalho. Eles pediam o fim do contrato individual de trabalho e que os sindicatos

passassem a ser a base principal de negociação dos acordos de trabalho, como de determinadas reivindicações e de base salarial. É interessante observar que esse tipo de reivindicação, como iremos observar na análise da Reforma Trabalhista de 2017, voltou a ser um tema debatido na sociedade e principalmente no meio sindical.

Outros aspectos importantes que sempre foram bandeiras da classe trabalhadora também estiveram presentes nessa conferência, questões como o direito a um salário mínimo universal nacional² e redução da jornada de trabalho. Outros temas nos lembram até bandeiras atuais como direito da mulher trabalhadora. E ainda tinham temas que podemos dizer ser absurdos não serem garantidos, como fiscalização e restrição do trabalho infantil e licença maternidade ampliada.

No aspecto da organização sindical, essa conferência abordou muito a unidade sindical. Essa unidade não é apenas a partir de uma nova central sindical, mas a defesa da unidade dentro sua própria categoria. Observa-se nesse momento que para uma mesma categoria, às vezes existia mais de um sindicato e a conferência defendia que o trabalhador, dentro de sua categoria, deveria unificar a luta dentro de apenas um sindicato. Para eles isso aumenta a força sindical e a representatividade.

Exigia-se também nesse momento uma liberdade sindical por parte do trabalhador e do próprio sindicato. Como citamos, esse período ainda é da Ditadura Militar e existia uma pressão pela não participação dos trabalhadores no movimento sindical e ainda muitos sindicatos eram dirigidos por interventores. Os trabalhadores que participaram dessa Conferência exigiram uma liberdade de participação dos trabalhadores e que esses pudessem escolher seus representantes.

Falamos que esse primeiro documento é o embrião da CUT, porque os trabalhadores reunidos nessa conferência já tratavam assim. Eles já usavam o nome Central Única dos Trabalhadores e a sigla CUT para falar da necessidade de criar uma central sindical que pudesse representar os anseios da classe trabalhadora brasileira. O texto do documento fala que os sindicatos tinham o direito de reunir-se interprofissionalmente em Central Única e ainda que os sindicatos, a partir da vontade da assembleia, tinham o direito de se filiar à organização sindical internacional de sua escolha.

Nessa conferência foi formada uma comissão chamada de Pró-CUT que era composta por 56 sindicalistas, sendo 24 dos sindicatos rurais e 32 urbanos. Essa comissão

² Nesse momento tinham muitas distinções por estados quanto ao valor do salário mínimo aplicado.

ficou responsável por organizar os trabalhadores para fundação da CUT posteriormente. O representante de Sergipe nessa comissão foi Manoel Júlio de Santana, que era oriundo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe.

Temas presentes nas discussões da organização e legislação sindical já eram presentes nesse momento. Uma delas é a questão sobre a contribuição sindical. A CUT historicamente, como veremos em vários momentos, foi contra a contribuição obrigatória do imposto.

Nessa primeira Conferência, o documento fala que o movimento sindical deve ter como meta a sua auto-sustentação, buscando diversos mecanismos de obter recursos próprios entre os trabalhadores, em vez do imposto obrigatório. O documento cita também que o trabalhador deveria discutir amplamente as formas de contribuição financeiras para as entidades sindicais e mostra ainda de que forma esses recursos deveriam ser aplicados.

Naquele período o imposto sindical, não ia apenas para o movimento sindical, 20 % de tudo que era arrecado com o imposto era revertido para o Ministério do Trabalho, e os trabalhadores reunidos nessa conferência exigia o fim dessa fatia do imposto para o Ministério.

Um fato político importante que antecede a criação da CUT é o fim do bipartidarismo. Durante a Ditadura Militar apenas dois partidos poderiam ter suas atividades políticas, que eram a ARENA - Aliança Renovadora Nacional Neste partido de situação e o de oposição que era o MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

Com o fim do bipartidarismo, voltamos a ter partidos de esquerda como o PC do B – Partido Comunista do Brasil, o PCB – Partido Comunista Brasileiro e PT – Partido dos Trabalhadores, eles que vão disputar no campo político partidário as discussões sobre a fundação da nova central sindical.

Em Sergipe dentre os partidos de esquerda, destaca-se o Partido dos Trabalhadores, que foi de fundamental importância para a formação da CUT. Menezes (2000), analisando a formação do Partido dos Trabalhadores, identificou alguns líderes sindicais como Antônio José Góis, ex-líder estudantil vinculado ao PCB e posteriormente um dos fundadores do PT no estado, Marcelo Bonfim, primeiro presidente estadual do partido e Milson Leite Barreto Filho.

1ª CONCLAT e fundação da CUT

A CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora foi o evento de fundação da CUT. Realizado em São Bernardo do Campo em São Paulo entre 26 e 28 de agosto de 1983. A cidade é simbólica para o contexto da CUT, pois foi a partir das grandes greves realizadas naquela região que deu origem ao chamado Novo Sindicalismo.

Aqui em Sergipe no dia 13 de agosto de 1983, foram discutidas duas propostas para a criação da CUT: uma elaborada pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo e a outra elaborada pelo sindicato dos trabalhadores em estabelecimento bancário do Estado de São Paulo. Eles se reuniram no auditório do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe. “Os trabalhadores e líderes sindicais da área urbana e rural de Estado discutiram também o estatuto da CUT, formalizando o processo de inscrição dos delegados sergipanos que participariam do Congresso Nacional dos Trabalhadores” – CONCLAT.³

Analisando as propostas, os sindicalistas de Sergipe expediram um documento que foi entregue na oportunidade da realização do CONCLAT. Cerca de quinze trabalhadores, representando algumas classes profissionais, viajaram para São Paulo, onde participaram na cidade de São Bernardo dos Campos da CONCLAT.

Além de debater a fundação da CUT, essa CONCLAT debateu temas inerentes à luta dos trabalhadores e contexto político da época. A Ditadura Militar estava chegando ao fim e o debate nesse momento era também sobre a possibilidade de os brasileiros escolherem o presidente da República. Essa CONCLAT pedia também isso.

Eles exigiam no documento o fim do Regime Militar, eleições diretas para presidente da República e que o futuro governo fosse controlado pelos trabalhadores.

Outros temas foram pautas dessa CONCLAT, como mais uma vez a redução da jornada de trabalho, o fim das horas extras, questões relacionadas ao desemprego, luta por estabilidade no emprego, exigiam a criação de um salário desemprego e defesa das empresas estatais.

Quanto à legislação sindical, eles defendiam primeiramente a revogação da Lei de Segurança Nacional, que foi criada durante a Ditadura Militar, com o pretexto de estabelecer a ordem no país e que na verdade foi usada para repressão aos opositores ao regime. Dentro dessas repressões estava também o movimento sindical.

3 Gazeta de Sergipe, 14/08/1983

Os trabalhadores exigiam o direito irrestrito a greve e autonomia sindical, com o fim da intervenção por parte do governo nas entidades sindicais e que todos os dirigentes sindicais que foram cassados deveriam ser reintegrados a suas diretorias.

A criação CUT foi o marco desse CONCLAT. De alguma forma todo o debate promovido no meio sindical ao longo dos anos se concretizava a partir dessa central. Existia uma disputa política entre os grupos ligados ao PC do B e PCB contra ao PT sobre como seria a proposta dessa nova central sindical.

ANTUNES (1994) observa que o Partido dos Trabalhadores contava ainda com a participação de uma ala da Igreja Católica, particularmente a ala vinculada à Teologia da Libertação, setor que para o PCB não era bem-vindos nas discussões da formação da nova central sindical.

Por sua parte, a igreja, em numerosos setores e regiões, tem assumido posturas de decida solidariedade e apoio aos trabalhadores em seus esforços de organização e defesa dos seus direitos. Nas suas ações pastorais, através das CEB's, pastorais inúmeros militantes engajados nas organizações populares, sindicais e partidárias. Esses militantes são presença e fermento evangelizador no mundo do trabalho. (Documento da CNBB, "Igreja: Comunhão e Missão na Evangelização dos Povos, no Mundo do Trabalho, da Política e da Cultura" do ano de 1988, citado do por: ROSSI & GERAB, 2009, p. 104)

A proposta que prevaleceu foi a do PT, que buscava um sindicalismo mais autônomo, principalmente ao que se refere a práticas sindicais que vinham sendo construída desde o governo de Getúlio Vargas.

Dentre os principais eixos dessa nova central, estava que a CUT deve ser um órgão representativo dos trabalhadores e que deve ser democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos.

Foi eleita nessa CONCLAT a primeira diretoria, que ficou na direção durante um ano. Essa direção era composta por 83 membros efetivos e 83 suplentes, por uma executiva nacional de 15 membros e por uma coordenação nacional de 7 membros. De Sergipe, os representantes foram: efetivos Manoel Dionísio da Cruz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poço Redondo), Antônio José de Góis (Sindicato dos Bancários do Estado de Sergipe); suplentes José Costa Almeida (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe), Silvia Virgínia Andrade Leite Zappa (Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Aracaju).

Nesse documento da 1ª CONCLAT que dá origem a CUT, consta o primeiro estatuto da Central, onde podemos observar como de fato essa central nasce e quais perspectivas ela tem para construção da organização da classe trabalhadora.

Entre os artigos a CUT, há algo interessante de se observar, o fato de que a própria CUT se identifica nesse momento como uma Central Sindical Classista, ou seja, a Central deve seguir unicamente na defesa da classe trabalhadora e combater interesses do patronato e a estrutura de Governo e Estado que não representasse os trabalhadores.

O artigo 6º do novo estatuto da CUT deixa claro que tipo de sindicato era desejado pelos dirigentes da Central que nascia:

A CUT luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho.

Outro aspecto importante de se observar nesse primeiro documento da CUT é que um dos principais objetivos da nova central nesse momento seria de buscar uma sociedade igualitária e sem exploração. Para além dos trabalhadores filiados a ela ou não, o documento fala que todo povo brasileiro deveria superar o capital e sua exploração. Que ela tem por obrigação avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais.

Uma questão importante desde sempre são os embates entre as diferentes tendências, antes mesmo da sua fundação. O documento oficial de fundação da central explicita que esses embates são importantes e que eles devem ser respeitados. Mesmo que haja divergência de opiniões, deve-se haver uma convergência para unificação da classe trabalhadora.

Nem todos os trabalhadores são representados pela CUT, alguns são representados por parte de entidades sindicais que não são vinculados à Central Única dos Trabalhadores e há outras entidades que a CUT não busca representar ou ter nos seus quadros como sindicatos filiados, por motivos que serão abordados neste trabalho. É importante observar que no primeiro estatuto, o de fundação da Central, no artigo 10º, é declarado que todos os setores da classe trabalhadora devem ser representados por uma entidade sindical e que toda a representatividade da classe trabalhadora deve ser acolhida dentro de um processo democrático. Ou seja, a CUT justifica que a central deve atender a todos os trabalhadores, sem distinção, seja por setor ou profissão.

Quanto à questão do financiamento sindical, nesse primeiro estatuto não especifica o fim do imposto sindical, porém fala mais uma vez sobre autonomia financeira. Que cada trabalhador que assim achar importante contribuir deve ser descontado 1% mensal de cada trabalhador.

A fundação da CUT em Sergipe só aconteceu um ano após a fundação da CUT nacional que é datada de 28 de agosto de 1983.

Aos onze dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e quatro, os trabalhadores presentes ao Congresso Estadual da Classe, regularmente convocado, realizado na Universidade Federal de Sergipe – Campus Universitário na cidade de Aracaju deliberaram fundar a Central Única dos Trabalhadores, no estado de Sergipe, bem como aprovar a adesão aos estatutos sociais da Central Única dos Trabalhadores e ele eger sua primeira Diretoria⁴. Aberto com a participação de sessenta e dois delegados, representando cerca de nove categorias, entre sindicatos e oposições sindicais (ATA DO CONGRESSO DE FUNDAÇÃO, DA CUT)

1º congresso da CUT

Em 1983 a CONCLAT serviu como base para a fundação da CUT, um ano após, em agosto de 1984, mais uma vez em São Bernardo do Campo, foi realizado o 1º Congresso da Central Única dos Trabalhadores.

O documento gerado a partir do primeiro congresso da CUT expõe a divisão no meio sindical, afirmando que para alguns sindicalistas houve dúvida a respeito de que uma central sindical única, se realmente atenderia aos anseios da classe trabalhadora de forma adequada. Para os cutista a nova central estava sim funcionando e era uma resposta ao Ministério do Trabalho e para os sindicalistas pelegos.

O documento desse congresso mostra o que a maioria dos autores conceituam sobre o Novo Sindicalismo, que seria um sindicato desatrelado do governo. Para os cutistas reunidos nesse congresso, a grande vitória da construção de uma central sindical foi o rompimento com o Ministério do Trabalho. Essa estrutura era presente no movimento sindical desde o período do governo Getúlio Varga, como observa Cardoso (1999).

4 Direção Estadual – Presidente: Rômulo Rodrigues, vice-presidente: Manoel Dionísio da Cruz, Secretário Geral: Edmilson José Santos Araújo, Tesoureiro: João Rodrigues Santana, 1º Secretário de formação: Antônio José Góis, Secretário Política Sindical: José Vieira dos Santos Filho, Secretaria de Imprensa e divulgação: Antônio da Cruz, Secretaria de Política Sindical: Marcelo Farias Barreto, Diretor Executivo: Avilete Cruz, suplentes: José Costa Almeida, Madalena Rodrigues Santana, José Walter Santana.

Antes de existir centrais sindicais nos moldes que conhecemos hoje, já existiam confederações de trabalhadores. Uma delas é a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Essa Confederação foi fundada em 1963, no Governo João Goulart. Nesse primeiro congresso a CUT elegeu justamente essa Confederação como oposta a ela na construção de um novo tipo de sindicalismo. Os cutistas falavam que a Confederação fazia pressão sobre os trabalhadores rurais para manter a relação com o Ministério do Trabalho. Para os membros da CUT, a CONTAG era a representatividade do sindicalismo pelego. Esse termo determinado pela CUT contra a CONTAG remete uma forma de posicionamento de oposição política sindical, o termo acaba nesse caso sendo usado para desqualificar as ações daquela que poderia ser o rival da CUT em alguns embates políticos.

O 1º congresso da CUT fez um balanço sobre o primeiro ano da Central e sobre o sindicalismo brasileiro durante esse período. Para eles o sindicalismo brasileiro se unificou em dois grupos, de um lado os combativos, como os cutistas se auto intitulam, e do outro os pelegos, que para eles são aqueles que queriam manter a estrutura sindical antiga.

O ano do primeiro congresso da CUT foi um ano importante para o debate político do Brasil, 1984 foi o ano dos comícios que exigiam eleições diretas para Presidente da República. A CUT nesse momento avaliou que não foi satisfatória, tanto por não ter espaço político na construção das atividades, como também ela faz uma autocrítica afirmando que não houve uma movimentação própria satisfatória que levasse a integrar o movimento. Os representantes da CUT consideraram que demoraram a ter entrado na campanha chamada de Diretas Já.

Algo interessante de se observar nesse momento é que existia uma autocrítica na construção dos congressos cutistas. Eles debatiam os erros e os caminhos que o movimento sindical seguia. Veremos mais adiante que nem sempre isso aconteceu ou acontece no meio sindical. Entre os problemas que esse congresso elencou estavam a falta de apoio às lutas de trabalhadores rurais, a falta de uma unificação para diversas pautas dos trabalhadores e a falta de diálogo com as bases.

Mesmo observando o fortalecimento de grupos sindicais opositoristas, a CUT nesse primeiro congresso compreendeu a necessidade de haver essa oposição, desde que não houvesse vínculos sindicais com estruturas de governo e do patronato. Ainda assim ela identificava que essa oposição deveria ser ligada a uma única central, que é a própria CUT.

A Central única dos Trabalhadores cita em seu documento o tipo de sindicato que não deveria existir no Brasil. Assim, citam aspectos como o fim do controle financeiro por parte do Estado e com isso eles também exigem o fim do imposto sindical.

Os trabalhadores, em seus diversos ramos produtivos e em suas diversas instâncias organizativas, criarão formas de sustentação financeira que garantam o desenvolvimento da luta. Toda as formas impostas de sustentação financeira deverão ser abolidas, sendo a assembleia de trabalhadores soberana para decidir como arrecadar fundos.” (Ata do 1º Congresso da CUT, p. 18-19)

Esse ponto sobre imposto sindical veremos ao longo da história da CUT como marco significativo de sua organização. Desde sempre a Central Única dos Trabalhadores defenderam o fim do imposto.

Dentre outros pontos que os sindicalistas da CUT observavam e julgaram que deveriam ser extintos no movimento sindical brasileiro estão o corporativismo sindical e o assistencialismo.

Mais uma vez nesse congresso, a CUT reafirma sua posição classista, com a unidade da classe trabalhadora e a luta contra a classe burguesa, sendo isso a cerne para esse modelo sindical.

2º congresso da CUT

O Segundo Congresso da CUT ocorreu entre o fim de julho e o começo de agosto de 1986 no Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro grande evento cutista fora do berço em que foi construída. Tanto a CONCLAT quanto o 1º Congresso aconteceram em São Bernardo do Campo. Levar esse evento para o Rio de Janeiro foi uma busca da central em tirar do seu perfil a característica de uma central ligada apenas à região onde foi fundada. Ela buscou com isso nacionalizar sua base.

Outra característica importante desse 2º Congresso é que esse é o primeiro após o fim da ditadura militar. No ano de 1985 Tancredo Neves tinha sido eleito Presidente de forma indireta pelo Congresso Nacional, mas sem os votos do Partido dos Trabalhadores e da CUT, que viam nisso uma traição para com a campanha das Diretas Já. Tancredo veio a falecer e quem assumiu a presidência foi José Sarney, que tinha no seu passado uma estreita relação com a Ditadura Militar.

Para os cutista reunidos no 2º Congresso, esse governo continuava com repressão ao movimento sindical. Uma nova lei sobre greve foi construída pelo governo, mas segundo a CUT, em nada essa lei ajudava ao meio sindical e o direito a greve. Para eles o direito a greve deveria ser irrestrito.

Durante o governo Sarney o Brasil enfrentou grandes problemas com a inflação descontrolada. O governo então usou mecanismos econômicos como arrocho salarial, congelamento dos preços e a relação próxima ao FMI – Fundo Monetário Internacional.

Todas essas medidas foram abordadas pelos cutistas no 2º Congresso e repudiadas por aqueles ali presentes. Importante observar que os sindicalistas observavam esses mecanismos econômicos como uma nova ordem econômica mundial, que desencadearia no que ficou conhecido como modelo neoliberal. O termo neoliberal não foi usado, mas as características econômicas implementadas em outros países foram citadas e debatidas no Congresso. Mostrava ali o surgimento de uma pauta que passou a ser constante nas mobilizações do movimento sindical nos anos seguintes.

O pacote econômico do governo não é exclusividade do Brasil. Trata-se de tática do imperialismo e do FMI para auxiliar a nova forma de dominação que tem se implantado em países capitalistas dependentes em crise. (Ata do 2º Congresso Nacional da CUT, p. 9)

O 2º Congresso definiu eixos centrais de mobilização da CUT para os anos subsequentes. O primeiro era o direito a terra, salário, emprego e liberdade. O segundo direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical. O terceiro o não pagamento da dívida externa. E o quarto a participação popular na Constituinte convocada para o ano de 1988.

Mais uma vez, a CUT reafirma nesse congresso seu caráter classista. Que tanto o governo como o patronato buscavam cada vez mais a exploração do trabalhador e que apenas uma mudança democrática a partir da constituinte poderia atenuar isso.

O congresso Constituinte convocado pelo Governo Sarney é mais uma tentativa de legitimar o regime conservador da Nova República: constituinte amarrada por leis arbitrárias e pronta para ser manipulada em favor dos interesses da classe dominante. (Ata do 2º Congresso Nacional da CUT, p. 15)

A convocação feita por Sarney prevaleceu e a CUT orientou nessa constituinte que os trabalhadores escolham representantes comprometidos com a classe e que houvesse pressão por parte do movimento sindical no decorrer da constituinte para que se colocassem pautas específicas do movimento sindical, como o direito a greve por exemplo.

Outros temas não oriundos do meio sindical também foram citados durante o congresso, temas como direito das mulheres, fim da caracterização do homossexualismo como doença e fim da violência policial contra negros e pobres.

Quanto às questões políticas de organização sindical, a CUT continua falando da necessidade do fim da chamada por eles de velha estrutura sindical, que começou a partir de

1930. Inclusive referindo como a estrutura sindical anterior a 1930 como um modelo independente e com força.

É sabido que a chamada Revolução de 1930 criou as condições políticas e inconstitucionais para acelerar o processo de expansão capitalista no Brasil. Até 1930 os trabalhadores eram livres para se organizarem como entendesse. Os trabalhadores que determinavam seus Estatutos, a forma de sustentação financeira. (Ata 2º congresso nacional da CUT, p. 40)

Um debate central trazido pelo chamado Novo Sindicalismo através da CUT é a busca por uma modificação no Decreto Lei 19.770 de 1931 decretado por Getúlio Vargas. Esse decreto já foi citado aqui através da análise feita por Romão (1999). Para a CUT tal decreto que regulamentava a atividade sindical no Brasil trazia consigo uma “desunificação” dos trabalhadores brasileiros, porque ela criava o direito de uma mesma empresa a ter trabalhadores sindicalizados nos mais diversos sindicatos de categorias diferentes, além disso uma mesma categoria poderia ser representada por mais de um sindicato.

Com isso os cutistas exigiam uma estrutura sindical autônoma e unificada dos trabalhadores brasileiro, para isso eles propunham nesse momento: liberdade e autonomia sindical, sindicato classista e de luta, sindicatos organizados por ramo de atividade econômica, eleições sindicais livres e autonomia financeira.

3º Congresso

O terceiro Congresso Nacional da CUT ocorreu entre 7 e 11 de setembro de 1988, na cidade de Belo Horizonte. Mais uma vez deixando a base política e longe de sua sede no estado de São de Paulo, mas ainda assim em um estado da região Sudeste do país.

O fator interessante desse congresso é que ele ocorre logo após a aprovação da constituição de 1988. Para a CUT, apesar da constituinte não ter sido positiva, pois segundo ela não existiu um caráter popular, houve avanços ao que se referia a luta dos trabalhadores. E nesse aspecto eles afirmam que isso se deu por pressão popular dos trabalhadores, com atos e greves que resultaram na inclusão de pautas históricas da classe trabalhadora no Brasil.

No texto do documento gerado nesse 3º congresso, os cutistas elencam algumas das principais conquistas dos trabalhadores a partir da Constituição de 1988. Para eles o mais importante foi o direito a greve, que era a maior reivindicação da Central desde sua fundação. Outras conquistas importantes foram a redução da jornada de trabalho, o salário-férias de um terço, extensão para cinco anos do prazo para prescrição de ações trabalhistas, a licença paternidade, o aumento da licença maternidade, máximo de seis horas para turnos

ininterruptos, verbas vinculadas para o seguro-desemprego, aposentadoria com salário integral, direitos trabalhistas iguais para trabalhadores rurais e urbanos.

Para além da questão da Constituição, a CUT fez nesse congresso uma análise do governo Sarney e traçou algumas críticas, sobretudo no campo econômico. No governo Sarney foram lançados alguns planos econômicos com o intuito de combater a inflação que estava alta no país naquele momento. Para a CUT esses planos eram nocivos para os trabalhadores, que viam a cada dia seus salários sendo corroídos pela inflação e com grandes perdas no poder de compra. Além disso, os cutistas consideravam que o governo Sarney era autoritário e que não havia diálogo aberto com a classe trabalhadora.

Quanto à organização sindical, a CUT nesse congresso ataca ferozmente a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que eles conceituam como entidade pelega e fascista. Essa central foi criada em 1962, ainda no governo João Goulart e foi extinta em 1964, após o golpe militar. Durante a criação da CUT o grupo ligado a CGT participou dos debates, mas não obteve êxito em ter o controle da nova Central e resolveram então recriar a CGT, o que, para os dirigentes da CUT, desunificava a luta dos trabalhadores brasileiros.

No Brasil, a corrente que defende a conciliação de classes se encontra basicamente da Central Geral dos Trabalhadores. No entanto, a CGT é um projeto sindical que sobrevive em função da estrutura sindical fascista. (...) Essa aliança entre o reformismo do PCB e do PC do B, o peleguismo histórico e o neopeleguismo se sustenta, em primeiro lugar, pelas tentativas dos reformistas de encontrar uma solução de compromisso com a grande burguesia como forma de superar a crise política e econômica. (Ata do 3º Congresso Nacional da CUT, p. 17)

Para se mostrar diferente da CGT, a CUT lançou então em votação nesse 3º Congresso, a questão sobre qual o papel da central sindical. Essa votação perguntava qual o perfil que a CUT deveria seguir e por unanimidade a CUT se reafirmava como uma entidade classista, que tinha como papel a defesa unicamente do trabalhador e sem conciliação de classes.

Quanto ao caráter de organização do movimento sindical, a CUT mais uma vez fala sobre a necessidade da autonomia financeira dos sindicatos e a necessidade de se construir sindicatos em que a base participe mais ativamente das decisões, com voz no processo de votação.

4º Congresso

O 4º Congresso da CUT voltou para sua base política no estado de São Paulo e ocorreu entre 4 e 8 de setembro de 1991. Era início da nova década e para isso foi feito um balanço do que foi a década de 1980 para o sindicalismo brasileiro e especialmente para a CUT. Para os sindicalistas que representam a CUT, a Central durante a década de 1980 tornou-se a principal interlocutora da classe trabalhadora brasileira. Para além disso, ela se considerava a representante legítima de uma massa de excluídos e sem inserção social. Ela justifica essa postura alegando que atuou diretamente em conquistas democráticas e de embate contra a política econômica vigente no país.

No ano de 1989 ocorreu a primeira eleição direta para presidente da República depois da Ditadura Militar. A CUT nesse 4º Congresso analisa essa eleição e a conjuntura política que desencadeou nos anos subsequentes. Já nas eleições, um aliado de sempre da CUT chegou ao segundo turno, esse aliado era Luiz Inácio Lula da Silva, que era oriundo do movimento conhecido como Novo Sindicalismo e participava ativamente da construção da CUT. A CUT considerou nesse congresso que a chegada de Lula ao segundo turno da eleição presidencial indicava uma melhora na consciência de classe do povo brasileiro.

Lula perdeu a eleição no segundo turno para Fernando Collor de Melo e a Central então decide que era obrigação do movimento sindical fazer uma oposição a esse governo. Segundo eles um projeto político de Collor era totalmente oposto ao que desejavam os trabalhadores e a CUT.

Esse momento era de grave crise econômica no país e Fernando Collor adotou um modelo econômico que seguia as práticas que vinham sendo implantadas no mundo todo a partir da chancela do FMI. Essa prática é conhecida como modelo neoliberal. Entre as medidas observa-se arrocho salarial e redução do estado a partir de ações como privatização.

Collor lançou alguns planos econômicos como o Plano Collor 1 e 2. Para esses planos aconteceu algo inédito na história da CUT, que foi a Presidência da República convocar a Central para negociar pontos desses planos. Entretanto, a CUT não concordava com a maioria dos pontos, decidiu não participar mais das negociações e promoveu diversos atos por todo país se opondo ao governo e aos planos econômicos.

Quanto à organização sindical, nesse período surge uma nova central sindical, que é a Força Sindical, que ao longo dos anos passou a ser a grande oposição à CUT e ao modelo adotado por ela. A CUT então, nesse 4º Congresso, afirma a necessidade da unidade de ação para garantir a unificação da CUT, contra as correntes internas segundo ela reacionárias e principalmente contra a Força Sindical.

A CUT ainda reafirma seu caráter classista e de contraponto a estrutura social e econômica vigente no país e que todos os sindicatos deveriam seguir esse caminho em busca de uma unificação.

5º congresso

O 5º congresso da CUT aconteceu mais uma vez na cidade de São Paulo, sede da central, de 19 a 22 de maio de 1994. Em um momento em que o Brasil passava por uma transição econômica importante na história do país. Essa mudança foi resultado da implementação do Plano Real, que ajudou a conter a inflação. No entanto, segundo a CUT, a mudança de plano monetário trouxe perdas salariais para os trabalhadores brasileiros, no momento da conversão da moeda.

Por todo mundo o avanço do modelo neoliberal era visível e encabeçado pelo FMI. No documento gerado nesse Congresso da CUT essa foi a discussão principal. Para eles isso gerou cortes de salários, aumento do desemprego, desmonte dos serviços públicos, privatização de estatais e ampliação de uma economia especulativa.

Como discurso ainda classista, de não haver conciliação entre a classe trabalhadora e o patronato, a CUT enxergava esse momento como de crise do sistema capitalista. A novidade no texto dessa ata final do congresso traz dados específicos da economia mundial e brasileira. Por exemplo, eles explanam que nesse momento a população mundial tinha cerca 35 milhões de desempregados e que o modelo neoliberal estava gerando a maior desigualdade mundial da história, com alta concentração de renda.

No campo político, a CUT fez mais uma vez o balanço dos últimos anos e das décadas anteriores até chegar ao governo Itamar Franco. Para eles o governo Sarney desestruturou o Estado Brasileiro e as dificuldades foram aumentadas com o governo de Collor.

No ano 1992, Collor sofreu um impeachment, com amplo apoio da CUT e de muitos movimentos sociais e sindicais. Esse processo político vivido pelo Brasil foi analisado pela central nesse congresso, que considerou positiva a transição política com a saída de Fernando Collor e a entrada de Itamar Franco.

A mudança política resultante do impeachment de Collor reforçou a luta para ampliar e consolidar a democracia brasileira. (...) O impeachment de Collor e a posse de Itamar Franco não abalaram as instituições, fato inédito no Brasil e na América Latina. Ao contrário, fortaleceram a perspectiva da luta democrática. (Ata do 4º Congresso da CUT, p. 6)

A CUT também observa que no período que vai do governo Sarney e até o fim do governo Collor houve uma crescente de greves por todo o país, principalmente com o direito a greve, adquirido na Constituição de 1988. Nesse período, os embates contra os diversos planos econômicos implementados pelo governo federal foram determinantes para eclosão dessas greves.

Outra questão na área política é que no ano de 1994 aconteceu eleição presidencial. Impulsionado pelo sucesso no controle da inflação, coloca Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda como potencial candidato à presidência. Para contrapor a Fernando Henrique, a CUT nesse 5º congresso lança a campanha Lula Urgente. Mais uma vez a aposta do movimento sindical ligado à CUT para o projeto político tinha Lula como representante para eles da classe trabalhadora. Enquanto que para a CUT, Fernando Henrique representaria o fortalecimento de um modelo começado com Collor que precisava ser derrotado nas urnas.

Um debate que se inicia nesse congresso é a ampliação da terceirização. Esse tema foi ponto de embate constante nos anos à frente dentro da CUT. Ela se posiciona então nesse momento como contrária à terceirização e que todos os trabalhadores que exerçam as mesmas atividades tenham igualdade salarial e de direitos.

No campo da organização sindical, a CUT sugere nesse congresso uma ampliação na aliança com outros setores da esquerda e todos os movimentos sociais com que pudesse haver uma convergência de pensamentos.

Mais uma vez, a respeito da organização dos sindicatos, a CUT defende o fim do imposto sindical, mas essa deve ser feita com uma grande campanha para ampliar o número de filiados. Ainda nessa perspectiva, a CUT fala em liberdade sindical e fim da unicidade.

O debate sobre a transição para a liberdade e autonomia sindical deve discutir a transformação das oposições sindicais em entidades associativas de caráter permanente, vinculadas e subordinadas à estrutura vertical da central. Na hipótese da revogação da unicidade sindical, devemos avaliar a criação de sindicatos minoritários da CUT. (Ata do 5º congresso da CUT, p. 30)

6º Congresso

O 6º Congresso ocorreu entre 13 e 17 de agosto de 1997. Nesse ano completavam-se três anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, que no ano seguinte tentaria a reeleição. A análise de conjuntura nesse congresso da CUT foi com relação a esses três anos de governo Fernando Henrique e sua posição dentro do mercado internacional que aprofundou o caráter neoliberal.

A CUT então convocou nesse congresso os sindicatos brasileiros e da América Latina a resistir a esse processo neoliberal e à forma como a globalização da economia se apresentava nesse momento. Para eles essa globalização apenas servia como forma de exploração de países ricos sobre países pobres e aumentava a exploração da burguesia frente ao proletariado. Eles entendiam que isso agravava a super exploração do trabalho.

Para os cutistas, a saída para a questão brasileira dentro desse cenário seria um governo que pautasse a política dos trabalhadores e para eles havia uma figura que representava isso, que seria Lula. Nesse mesmo congresso foi aprovada uma nota de apoio a Lula e contra Fernando Henrique:

Nós delegados reunidos no 6º Concut, vimos através desta moção, prestar a nossa solidariedade ao companheiro Luís Inácio Lula da Silva, que foi vítima de uma campanha difamatória, orquestrada pelo governo FHC, fortemente propagandeada pela mídia, com intuito político claro de tentar atingir o campo democrático popular e de inviabilizar uma possível candidatura desses setores, que poderá se expressar através do companheiro Lula. (Ata do 6º Congresso da CUT, p. 46)

Esse congresso também fez um balanço sobre a década de 1990 e nessa retrospectiva, a central faz uma autocrítica com relação à sua postura durante a elaboração do Plano Real. Sobre a construção do Plano, a CUT enxergava apenas como uma medida eleitoreira e não eficiente para o povo brasileiro, entretanto o Plano conseguiu conter a inflação e conseqüentemente teve posteriormente apoio popular. A CUT enxergou então nesse congresso que o erro de ter atacado o Plano Real isolou a Central, tendo dificuldades de pautar temas posteriores sem que os trabalhadores tivessem desconfiança de sua fala.

Quanto à organização do movimento sindical, a CUT continua atacando a postura que eles chamam de corporativista criada pela CLT. No documento, a CUT também fala da impossibilidade de criar uma unidade sindical brasileira e que por conta disso foram criadas outras centrais sindicais como a Força Sindical e CGT. Para os cutistas, essas centrais não estavam dispostas a romper com as velhas estruturas do sindicalismo brasileiro, enquanto isso, eles consideravam a CUT autônoma e que buscava a liberdade sindical.

7º Congresso

Ocorrido em Serra Negra em São Paulo entre 15 e 19 de agosto de 2000, tem um tom diferenciado por parte da CUT. Antes de ímpeto de lógica classista o tom torna-se mais conciliador por parte desses congressistas. Ainda existe a visão classista e falava-se em

busca do socialismo, mas a CUT começa a partir desse congresso a aceitar a negociação com outras classes e com outros modelos de sindicalismo.

O ataque que a CUT faz é maior à política externa brasileira, sobretudo com relação aos Estados Unidos e ao FMI. Para a CUT estava existindo uma nova colonização da América Latina através das políticas econômicas impostas a esses países. No caso específico do Brasil, a crítica era feita direcionada ao presidente Fernando Henrique, que, para a CUT, seguia tudo que era ditado pelos Estados Unidos e ainda tinha submetido o Brasil a uma crescente dívida externa por conta disso.

O ano anterior ao 7º congresso da CUT foi marcado pelos debates da criação de um bloco econômico que ficou conhecido como ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. O texto do 7º congresso faz críticas à tentativa de criação desse bloco e fez campanha junto com outros segmentos sociais, inclusive realizando um plebiscito exigindo que o Brasil não participasse. Para eles se a ALCA fosse criada, aumentaria a exploração dos Estados Unidos para com os países da América Latina.

Em 2001 Fernando Henrique enviou para o Congresso uma Reforma Trabalhista, entretanto antes mesmo disso, por decreto e por medida provisória, aconteceram algumas mudanças nas regras trabalhistas, que foram debatidas nesse Congresso da CUT. Entre elas estavam limitar a participação dos sindicatos em processos de negociação. Essa reforma restringia a participação de dirigentes sindicais nas associações de servidores públicos e ampliou os casos de contratos temporários em determinados setores da economia.

No campo da estrutura sindical, a CUT continua atacando a CLT ao que se refere à postura, segundo eles, corporativista e que para eles em alguma reforma da CLT deveria levar isso em consideração. Para a Central Única dos Trabalhadores, qualquer mudança na legislação trabalhista tinha que ser precedida por mudanças na estrutura sindical, para que os sindicatos tivessem mais autonomia.

Um ponto que é possível observar é a mudança de postura da CUT com relação aos aspectos econômicos. Nesse congresso os termos usados ao falar da economia mudam, enquanto antes era defendido que o capitalismo era o mal e que esse deveria ser superado, nesse congresso a CUT começa a usar o termo economia solidária. Dando impressão de aceitação de alguns pontos da conciliação de classe.

A “economia solidária” tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados. (...) A implementação de políticas alternativas de mercado, por meio da formação de redes e de

sistemas de comercialização direta, é indispensável a viabilização dos empreendimentos. (Ata do 7º congresso da CUT, 2000, p. 19)

Como já citado aqui através do texto de Teixeira (2009), esse período foi da criação da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, órgão ligado à CUT, que surgiu para fomentar esse tipo de economia solidária, através de recurso do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Para Teixeira (2009), esse é o momento de mudança da CUT de entidade classista para uma central conciliadora.

A CUT também nesse congresso reafirma a necessidade de se unir a outras entidades do movimento social e ainda que o apoio a Lula nas eleições anteriores foi correta e que já vislumbrava um possível apoio em 2002.

4 - Nova legislação trabalhista e a organização sindical

Quando resolvemos fazer uma análise da legislação trabalhista e o impacto na organização do movimento sindical, tínhamos por pretensão analisar apenas esse impacto a partir da Reforma Trabalhista de 2017 para o sindicalismo. Entretanto com as entrevistas e análise documental, percebemos que as modificações aconteceram não só com a Reforma Trabalhista. Outras modificações na legislação do trabalho foram decisivas para uma nova configuração do sindicalismo brasileiro nos últimos anos.

Três dessas modificações foram mais profundas, a primeira foi a lei de 11.648 de 2008, que reconhece formalmente as centrais sindicais no país; a segunda foi a lei 13.429 de 2017, que amplia a terceirização; e a terceira, a que teve mais impacto no movimento sindical, foi a 13.417 de 2017 que é a Reforma Trabalhista.

Dessas três modificações, duas foram feitas durante o governo do Presidente Michel Temer, pouco tempo depois do Impeachment que destituiu a presidente Dilma Rousseff. Para o movimento sindical brasileiro, o impedimento da presidente Dilma tem relação direta com essas modificações, que também serviu para retirada de direitos dos trabalhadores.

4.1 - Lei 11.648 de 2008 Regulamentação das Centrais Sindicais

Essa lei formaliza as centrais sindicais no país. Ela é importante para entender a forma de organização sindical desenvolvida pela CUT e centrais sindicais nos últimos anos. Primeiro porque ela é oriunda de uma pressão por parte do movimento sindical, segundo porque isso desencadeou em um aumento significativo do número de centrais sindicais no país.

A lei não foi construída de uma hora para outra, ela passa principalmente pelo momento posterior à eleição de 2002 e o resultado que ela trouxe para o movimento sindical brasileiro.

Quando o Partido dos Trabalhadores chegou à Presidência da República em 2003, levou ao chefe do executivo nacional o símbolo do chamado Novo Sindicalismo, que foi o Lula. Era natural que algumas das demandas do movimento sindical fossem atendidas por parte do Governo Federal, pela relação próxima que tinha com o governo.

No documento central do 8º congresso da CUT em 2003, a entidade fala da independência frente ao governo e a partidos políticos, mas não deixa de observar que a

vitória de Lula em 2002 é resultado também de uma disputa política em que a central também estava inserida:

Desde sua origem, a Central reafirma sua independência de classe frente ao capital e a sua autonomia perante o Estado e os partidos políticos, o que não significa, entretanto que a CUT estivesse alheia às disputas políticas, inclusive eleitorais. (Ata do 8º Congresso da CUT, 2008 p. 1)

Para o movimento sindical essa era a oportunidade de pautar temas que fossem de relevância para a construção da organização sindical e dos trabalhadores, como cita o dirigente sindical a seguir, só o fato de ser recebido pelo governo já significa uma conquista para a classe:

Mas veja, você antes manifestava para ser recebido, já Lula criou um gabinete especial. E ele botou quem no gabinete? Botou ex-dirigentes de sindicatos para que tenha costume de dialogar com o trabalhador, ex-dirigente do movimento sem teto, gente que sabia dialogar. Então quando você tinha uma pauta então você ia lá. Então o gabinete ele recebia, era uma coisa diferente, recebia e encaminhava, e as pessoas começavam a ir resolvendo. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

A pauta política da CUT passou sim a ser atendida pelo novo governo, entretanto durante a eleição, Lula sinalizou para o mercado financeiro, através da “Carta ao Povo Brasileiro”, a intenção de fazer uma reforma trabalhista. Essa proposta de reforma trabalhista se diferenciava da atual, principalmente porque todos os lados afirmavam, nesse período, que existia a necessidade de uma modernização na legislação. Entretanto, a perspectiva do que precisaria ser reformado foi diferente.

Em 2004 foi realizado o Fórum Nacional do Trabalho. A CUT, Força Sindical e CGT encabeçaram um debate junto ao governo e ao empresariado, para uma regulamentação e modificação na legislação e nas relações de trabalho. Importante observar que mesmo enfrentando o empresariado, nesse primeiro momento a CUT continua com uma postura mais conciliadora do que foi em suas origens.

A criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) no início do Governo Lula foi uma tentativa de conciliar posições divergentes dos trabalhadores, empresários e governo em torno da reforma sindical no momento em que as mudanças no mundo do trabalho justificariam a necessidade de tais reforma. (MOLIN, 2012, p. 2)

Nesse Fórum, foi produzido então a proposta de criação de uma reforma trabalhista. Existia um consenso da reforma, mas a partir de perspectivas distintas sobre como ela deveria ser elaborada. De um lado o meio sindical e os novos parlamentares que eram

oriundos do movimento sindical e do outro o empresariado que sempre teve e tem a maior força dentro do parlamento brasileiro.

Se analisarmos o discurso do Deputado Paulo Bauer (na época no Partido da Frente Liberal - PFL, atualmente DEM), que representava a oposição ao governo e ainda o setor empresarial, ele argumenta que as exigências e regras variadas encarecem as despesas do empregador com o empregado. Esse discurso, já presente até então nessa tentativa de Reforma Trabalhista, é o mesmo adotado posteriormente por empresários para que a Reforma fosse aprovada em 2017.

Do lado contrário, nesse período, estavam os sindicalistas que pensavam a Reforma Trabalhista por outra ótica, a ótica do movimento sindical. Como aquele era um governo oriundo do meio sindical, a comissão que foi formada em 2003 para analisar a reforma foi presidida por um sindicalista, o Deputado Vicente Paulo da Silva - Vicentinho, filiado ao Partido dos Trabalhadores - PT e que tinha sido presidente da CUT - Central Única dos Trabalhadores. Nesse período, um dos nomes fortes que o Partido dos Trabalhadores tinha na Câmara era o Deputado pernambucano Mauricio Rands, que em discurso, em setembro de 2003 sinalizou qual tipo de Reforma era a que se pretendia nesse momento: *É a organização sindical que vai celebrar a convenção coletiva e garantir a efetividade da legislação ordinária. Há uma preocupação para que não se mude os outros aspectos sem antes definir qual é a organização sindical que o País pretende.*

A disputa política com a relação do trabalho resultou em algumas questões que veremos a seguir e que pela pauta do movimento sindical teve seu ápice com regulamentação e formalização das centrais sindicais no Brasil.

A comissão formada para debater a Reforma Trabalhista resultou em proposituras que ajudaram em pautas do movimento sindical, como aborda Conceição, Rodrigues e Ramalho (2008). A partir dessas discussões, no primeiro governo Lula os sindicatos e as centrais sindicais conseguiram participar da comissão Quadripartite do Salário, a Criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho e o reconhecimento das Centrais Sindicais para participação em conselhos e fóruns públicos.

Nós observamos, no capítulo anterior, que nos diferentes momentos da história da CUT, pautou-se a ideia de um sindicalismo autônomo, como força política e com liberdade de sindicalização por parte dos trabalhadores. Antes da lei 11.468 de 2008 ser promulgada, ainda no governo Lula, houve uma tentativa por parte do governo e do movimento sindical de uma PEC que alterasse a legislação trabalhista e promovesse essa liberdade sindical.

A PEC 369/2005 enviada pelo governo ao Congresso nacional tinha, entre outros pontos, autonomia dos trabalhadores para filiação sindical, autonomia para criação de sindicatos sem interferência do governo, contribuição sindical não obrigatória, sendo decidida a contribuição a partir de negociação coletiva.

Para o movimento sindical oriundo do chamado Novo Sindicalismo e que resultou na construção da Central Única dos Trabalhadores, essa era a modificação na legislação trabalhista que deveria ser realizada. Para eles essa seria a verdadeira mudança enquanto modernização da CLT. Entretanto, a PEC não teve força no Congresso Nacional e não seguiu para votação.

Segundo Conceição, Rodrigues e Ramalho (2008), a crise política de 2005 que ficou conhecida como mensalão atrapalhou a aprovação da PEC. E ainda, essa PEC não teve tanto apoio por parte do meio sindical, pois acabava com a unicidade sindical, ou seja, mais de um sindicato poderia representar a mesma categoria.

Portanto, durante esse período, foram construídos debates sobre modelos de organização sindical no Brasil e como poderia ser atribuída uma legislação que pudesse abrigar o interesse do movimento sindical e principalmente das centrais sindicais que apoiaram Lula e o Partido dos Trabalhadores e que agora passaram a exigir uma mudança que as contemplassem.

A proposta de uma legislação que formalizasse as centrais sindicais foi colocada em pauta. Ou seja, a disputa no meio sindical pela existência de centrais sindicais que unificassem a organização sindical dentro de uma entidade, que centralizasse as pautas políticas, estava próxima de ser realizada.

Entretanto, é possível observar que desde sempre a CUT pautava que a central sindical deveria ser autônoma e livre de uma vinculação à estrutura de governo. Com a regulamentação das centrais sindicais diretamente pelo texto da lei, que dispunha de mecanismo de arrecadação a partir do imposto sindical, essa liberdade econômica e de organização não era a ideal para CUT.

A pressão pela criação dessa lei não foi tanta por parte da Central Única dos Trabalhadores, mas sim por outras centrais como a Força Sindical e CGT. Entretanto, a CUT, para não perder espaço no meio sindical, quando percebeu que fatalmente a lei seria aprovada, ela assume a postura de liderança nesse processo:

A CUT teve uma participação ativa nas negociações que culminaram no projeto de Lei de reconhecimento institucional das Centrais Sindicais, resultado de um acordo entre trabalhadores e governo que recuperou parte importante dos debates e propostas feitas no Fórum Nacional do Trabalho.

Com o reconhecimento, a CUT passou a representar legalmente os trabalhadores nos fóruns e instâncias nos quais existem debates de interesses da classe trabalhadora. (10º congresso da CUT, 2009, p. 19)

Um dos dirigentes sindicais entrevistados por nós, em uma conversa prévia da entrevista, relata que num momento antes da aprovação, esteve em uma reunião de dirigentes da CUT com o então presidente Lula. Segundo ele, durante a reunião Lula falou o seguinte: *Com vocês eu posso orientar e puxar a orelha. Vocês entraram nessa, mas essa lei vai mais atrapalhar do que ajudar.*

Outro dirigente sindical fala de como foi feito o debate na CUT e como posteriormente compreenderam que a forma como foi construída a lei, mais atrapalhou do que ajudou a central:

Para você ter ideia a CUT até lá, a CUT não era reconhecida pelo governo, era uma entidade que não tinha nenhum reconhecimento e aí o que era que os dirigentes da CUT colocavam, a CUT precisa ser reconhecida pelos trabalhadores e não pelo governo. E a o patrão e o próprio governo deve receber a CUT não porque ela é reconhecida pelo Ministério do Trabalho, mas porque ela tem força, porque ela mobiliza e foi assim que aconteceu, não reconhecida, mas empunha pela força. Aí foi quando Lula ganhou e o movimento sindical deu um tiro no pé, as centrais vão lá e convence a CUT a pedir o reconhecimento junto a Lula, a CUT entrou nesse barco. Eu me lembro que eu participei de algumas reuniões em São Paulo, teve muito debate, e eu, por exemplo, me colocava contra. Está certo quem defende que quem dever reconhecer as centrais não é o governo, o reconhecimento está pedindo para o governo vim para dentro da gente. A maioria aprovou passou, hoje a CUT faz autocrítica que errou. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

Para os dirigentes atuais da CUT em Sergipe, um dos artigos que explica diretamente essa falta de autonomia do movimento sindical e que poderia trazer dificuldades com um governo não aliado ao movimento é o artigo 3º. Esse artigo determina que o governo, mediante a consulta às centrais sindicais, pode baixar instruções para disciplinar os procedimentos necessários para aferição dos requisitos de representatividade, bem como alterá-los. Enquanto o governo foi aliado dos sindicatos, durante as gestões Lula e Dilma, esse tipo de preocupação era mínima para as centrais sindicais como a CUT. Entretanto, segundo os dirigentes sindicais, durante governos que não fossem aliados, esse dispositivo passa a ser um mecanismo de perseguição, já que assim o governo tem o poder de decidir qual central sindical poderia ser legalizada ou não de acordo com seus interesses.

A questão financeira é central dentro desse processo. A CUT sempre falou de autonomia sindical e fim do imposto sindical, apesar de em seus congressos reafirmar a

necessidade que cada sindicato, que fosse filiado à central, deveria contribuir com uma porcentagem da arrecadação para manutenção da organização sindical.

No texto da lei em questão, cada trabalhador que contribuísse com a manutenção das suas atividades sindicais teria a destinação da sua contribuição da seguinte forma:

- a) 5% para a confederação correspondente;
- b) 10% para a central sindical;**
- c) 15% para a federação;
- d) 60 % para o sindicato respectivo;
- e) 10% para a Conta Especial Emprego e Salário.

O que se observa posteriormente a essa lei é um salto no número de centrais sindicais, sobretudo por causa da intenção de ter uma fatia desse dinheiro da representatividade. Isso porque não se exige uma grande quantidade de sindicatos para se tornar central. Pelo texto da lei são necessários 100 sindicatos em todas as regiões do país ou em 3 regiões do país ao menos 20 sindicatos por região para se formar uma central.

A ideia de unificação da classe trabalhadora a partir de uma central única, forte, capaz de fazer frente aos governos, patrão e outras entidades de classe, deixa de existir a partir dessa lei. A partir de sua aprovação foram regularizadas 6 centrais sindicais e em 2017 chegou ao número de 15 centrais sindicais, sendo que dessas 15 o estado de Sergipe conta com 8 centrais. Ou seja, a CUT que tinha uma batalha pela unificação da classe trabalhadora passou a disputar espaço com outras centrais.

Algumas dessas centrais existentes afirmam que essa pulverização é importante. Para eles, existe uma estrutura sindical vigente que monopoliza a luta e a organização do movimento sindical. Afirmam também que alguns sindicatos não se sentiam contemplados dentro de algumas dessas centrais. A crítica é feita diretamente à CUT e à Força Sindical, que mais disputaram espaço no sindicalismo brasileiro.

Quem é contrário a essa pulverização fala que além de não unificar a luta da classe trabalhadora, cria espaço para uma quantidade de sindicatos e centrais sindicais chamadas de “cartoriais⁵”:

O que muda com o reconhecimento das centrais? O que muda é que, que era o interesse de muita gente, é que ela passa a ter direito ao imposto sindical, um a parte do imposto sindical ia para centrais aí o que acontece surge um monte de central, centrais que fazem luta, mas também centrais

⁵ Cartorial entendesse o sindicato e central sindical que apenas serve para fazer registro em cartório como representante de um setor e receber a fatia do imposto sindical.

cartoriais, só para arrecadar o dinheiro do imposto hoje tem 13 centrais, mas tem mais umas 5 aí encaminhada. (Dirigente 2 da CUT Sergipe, 2019)

É visível o aumento do número de centrais sindicais com essa regulamentação. O que veremos ainda em nossa análise é que as novas configurações e conjunturas construídas, sobretudo com a Reforma Trabalhista, podem alterar esse número de centrais.

4.2 - 13.429 de 2017 – Terceirização

Durante todo o governo Lula e Dilma não houve grandes modificações na legislação que alterassem diretamente a CLT e formas de organização sindical. Houve conquistas para a classe e, segundo Lucio (2007), faltaram a esses governos um avanço maior que assegurassem os direitos à classe trabalhadora, mas, para ele, mesmo não havendo maiores avanços, também não houve retrocessos significativos para a organização da classe trabalhadora.

Essa perspectiva começou a se alterar significativamente depois da eleição de 2014. Em 2015 foi eleito para Presidência da Câmara dos Deputados o deputado carioca Eduardo Cunha. Cunha lançou algumas proposições que refletiam diretamente na vida do trabalhador e beneficiava o empresariado, entre eles estava a lei da terceirização irrestrita.

O relator da lei da terceirização foi o deputado sergipano Laércio Oliveira. Laercio⁶ é representante do empresariado, sendo dono de uma empresa de terceirização no estado de Sergipe e presidente uma entidade sindical do patronato que é a FECOMERCIO/SE – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe. O deputado justificava assim a defesa da aprovação lei:

Uma população de mais de 20 milhões de brasileiros desempregados está esperando a aprovação deste projeto hoje para que renasça nela a esperança do emprego. Quando a terceirização virar lei, vai ser bom para esses desempregados e também para os terceirizados. Por quê? Porque até hoje eles não têm uma lei que regulamente sua atividade. Ninguém perguntou a um terceirizado se ele gostaria que houvesse uma lei que regesse o seu tipo de serviço. (Discurso Dep. Laercio Oliveira, Câmara dos deputados, 22/03/2017)

Do outro lado estavam os partidos de esquerda e algumas centrais sindicais, que não entendiam que essa lei iria gerar emprego e sim aumentaria a precarização do trabalho.

⁶ Laércio nesse momento era filiado ao Partido Solidariedade, que foi fundado por Paulinho da Força, líder da Força Sindical. O nome Solidariedade remete a Federação Sindical Polonesa, que teve um destaque durante a década de 1980.

Um discurso contrário ao deputado Laercio Oliveira foi proferido pelo deputado sergipano João Daniel, filiado ao partido dos trabalhadores, em nome de algumas centrais sindicais sergipanas:

Sr. Presidente, nós fazemos um apelo para a retirada de pauta desse projeto. Esse projeto não foi aprovado no Governo Fernando Henrique Cardoso, sendo engavetado, na época, por pressão do movimento sindical e da classe trabalhadora. Há um pedido do Presidente Lula para que esse projeto não vá para a votação. Esse projeto, se aprovado, ameaça os 40 milhões de brasileiros e brasileiras que têm hoje os seus direitos trabalhistas respeitados. Esse projeto não vai gerar um emprego a mais. Esse projeto só precariza a condição dos trabalhadores que estão empregados com carteira assinada. Esse é um apelo da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, da Central Única dos Trabalhadores e da União Geral dos Trabalhadores do nosso Estado de Sergipe, que neste momento acompanham esta votação e consideram que o projeto destrói aquilo que foi conquistado pelo povo brasileiro. (Discurso do deputado João Daniel, Câmara dos Deputados, 22/03/2017)

Com essa mudança, a legislação acaba afetando diretamente a forma de organização do movimento sindical, porque ela permite que num mesmo setor de trabalho a unicidade histórica do movimento sindical brasileiro seja afetada, podendo dentro desse mesmo setor, ter um sindicato que defenda os direitos dos trabalhadores efetivos ou não terceirizados e um outro sindicato que defenda os interesses dos terceirizados.

Essa falta de unicidade também gera uma disputa política entre trabalhadores que em tese exercem a mesma função em uma empresa. Na maioria das vezes, o trabalhador terceirizado tem menos condições de trabalho e salários inferiores àqueles que não são, além disso, muitos nem sabem em que sindicato se encaixa e qual entidade pode recorrer para resolver suas demandas.

A Central Única dos Trabalhadores sempre foi contrária à terceirização e sempre deixou claro que a combateria. Entretanto, a CUT pecou em não entender que esses trabalhadores também precisam de representatividade. Mesmo antes da aprovação da lei, existiam trabalhadores necessitando de um apoio sindical e depois da aprovação da lei muitos outros trabalhadores passaram a necessitar.

Essa falta de interesse da CUT fica clara quando, dentre todos os sindicatos filiados a ela no estado de Sergipe, apenas um sindicato representa os terceirizados. Esse Sindicato é o Sindicato dos Agentes Privados Penitenciários do Estado (Sintradispen).

Segundo informação dos próprios sindicalistas, houve um embate muito grande para que essa entidade pudesse participar da central.

Aqui por exemplo, em Sergipe eu vinha cobrando a CUT nacional, eu era capaz de ser metralhado, quando eu perguntava: e aí vamos organizar os

terceirizados ou vamos deixar desorganizados? Aqui em Sergipe nós recebemos um sindicato, de agentes penitenciários. Qual foi a tese que eu defendi aqui para CUT aceitar? Gente são trabalhadores explorados, é mais fácil eles se organizarem para combater a exploração aqui dentro da CUT ou fora da CUT? Aí eu consegui convencer. Eles vieram sem muita noção da luta, aí a gente foi ensinando. Qual o papel do sindicato terceirizado Cutista? É briga pela isonomia salarial, eu sou terceirizado eu quero ganhar o mesmo que o cara da ativa, se a gente conseguir fazer isso, a gente consegue acabar com a terceirização. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

A entidade sindical que mais acolheu os sindicatos do meio terceirizado foi a Força Sindical. Ainda assim, o único sindicato terceirizado na CUT Sergipe tem ganhado um respaldo importante da direção local, participando de eventos e ainda assumindo cargos de representatividade na direção da Central.

Como observa esse sindicalista, a CUT começa a entender que tem que abrigar melhor os sindicatos dos terceirizados:

Agora eles estão aceitando mais, mas no começo não foi muito fácil não. Até agora recente eu fui fazer um curso em São Paulo e só tinha eu de terceirizado, os outros eram tudo público. Rolou até um “assediozinho”, mas o depois o cara está vendo que a guinada do país que é terceirizar. (Líder Sindical 3, 2019)

O Sintradispen é uma das entidades sindicais filiadas à CUT com uma das maiores proporções de número de filiados em relação a quantidade de trabalhadores que a representam. Dos 540 trabalhadores e trabalhadoras representados nessa categoria, cerca de 400 são filiados ao sindicato. O sindicato representa todos os trabalhadores que são terceirizados no setor penitenciário no estado de Sergipe, não somente os agentes penitenciários.

Portanto, esse trabalhador do setor terceirizado necessita da CUT para avançar nos seus embates. Pelo percentual de filiação, esses trabalhadores percebem a necessidade de se organizar politicamente para terem melhores condições de trabalho e salarial. Entretanto, é possível também observar que esses sindicalistas têm uma visão pouco diferente dos demais trabalhadores e da CUT com relação ao que significa a terceirização:

Eu não chamo nem de terceirizar, chamo de fazer uma cogestão, que vai dar um andamento melhor, tanto atender o público que é o que necessita mais, porque quando o público necessita do serviço público ele é muito maltratado. A gente quer o que uma cogestão entre público e privado. (Líder Sindical 3, 2019)

Como a terceirização parece ser um caminho consolidado pela legislação trabalhista, alguns sindicatos tradicionais e mais fortes ligados à CUT também já começaram a se movimentar para captar esse trabalhador. É o caso do SINTESE -Sindicatos dos

Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe. Em seu último congresso a entidade sindical deliberou que a partir do ano e 2020 os professores das redes estadual e municipal que não são do quadro efetivo também passam a ter direito a filiar-se ao sindicato.

4.3 - A reforma trabalhista de 2017

Em 2016, assim que Dilma Rousseff foi destituída do poder, as tratativas por uma mudança mais profunda na CLT foram levadas à frente. O ano de 2016 foi marcado por uma crescente do desemprego no país, segundo o IBGE chegava a cerca de 14 milhões de desempregados. Quem defendia a reforma nesse momento, afirmava que a desburocratização da legislação trabalhista iria ajudar na retomada do emprego no país, quem era contrário afirmava que não geraria novos empregos e aumentaria a precarização das relações de trabalho.

A reforma foi aprovada e trouxe consigo as maiores mudanças na relação de trabalho desde a instituição da CLT, e ainda abre brechas para que num futuro próximo outras modificações aconteçam de forma mais célere.

Esse foi o discurso do Presidente da República Michel Temer, assim que foi aprovada a Reforma trabalhista: *Essa aprovação da proposta é uma vitória do Brasil na luta contra o desemprego e um país mais competitivo. É com muita satisfação que digo que tive a coragem de propor essa mudança para o país, portanto para todos os brasileiros. Nela eu me empenhei desde o início do meu mandato. Seu sentido pode ser resumido de uma forma singelíssima: nenhum direito a menos, muitos empregos a mais.*⁷

Já da parte do movimento sindical, todos os nossos entrevistados colocam a Reforma Trabalhista como uma lei nociva ao movimento sindical e sua organização e principalmente a relação de trabalho entre patrão e empregados. Para os sindicalistas a legislação apenas veio para beneficiar o patronato.

Depois vem a reforma trabalhista, nessa reforma trabalhista é uma campanha sistemática contra a organização dos trabalhadores, porque os sindicatos representam a resistência, a luta, representa a independência da classe trabalhadora, contra a exploração, contra o assédio, contra a humilhação, é a arma que o trabalhador tem. É um aparelho utilizado pela classe trabalhadora em benefício de tudo aquilo que é importante no contexto. Então com essa reforma trabalhista eles colocam pecha, aqueles que são incomodados da extrema direita, a gente ver que é o explorador, o explorador não quer a organização dos sindicatos. (Líder sindical 2, 2019)

⁷Matéria da Agência Brasil. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-07/temer-diz-que-reforma-trabalhista-trara-empregos-e-deixara-pais-mais> Acessado em: 10 de outubro de 2019.

A reforma trabalhista é uma tragédia! Dirigente sindical sério não pode mentir, se ele faz um diagnóstico errado a pessoa percebe, né? Quando eu dou entrevista eu sou muito direto, não dá para enganar. A reforma trabalhista foi um furacão na vida do movimento sindical e das centrais também. (Dirigente 2 da CUT Sergipe, 2019)

Os sindicalistas cutistas do estado de Sergipe entendem que houve uma grande resistência por parte do movimento sindical. Eles compreendem que não foi por falta de luta ou de mobilização que a Reforma passou no congresso, inclusive há quem acredita que foi a maior mobilização sindical que Sergipe já teve.

A reforma trabalhista foi aprovada, mas teve muita resistência, eu até me surpreendi. Talvez as maiores manifestações aqui de Sergipe aconteceram na reforma trabalhista, só que o governo estava decidido atropelar. E outra teve redução de danos, é bom lembrar, que esse governo agora ele vai ampliar a reforma, eu não acredito que ele deixe por aí. (Dirigente 2 da CUT Sergipe 2019)

O ato principal contra a Reforma Trabalhista em Sergipe aconteceu em 29 de abril 2017. Ocorreu nessa data uma greve geral seguido por uma manifestação. Segundo a CUT e demais entidades que participaram do evento foram cerca de 60 mil pessoas nas ruas de Aracaju contrárias à Reforma.

Greve geral 29/04/2019



Fonte: Facebook da CUT/SE, 2017

Dentre os parlamentares sergipanos que compõe a banca do Estado no Congresso Nacional, apenas os deputados André Moura e Laercio Oliveira votaram favoráveis à Reforma Trabalhista. O primeiro era o então líder do governo na Câmara Federal e o segundo, como já citamos aqui, é oriundo do meio empresarial e dirigente da Federação do Comércio.

Apesar de ser líder do governo, André Moura não realizou nenhum discurso sobre a temática durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Entre os deputados sergipanos, três discursaram sobre a Reforma Trabalhista, um foi o Deputado Valadares Filho (PSB) com uma fala, outro foi Laercio Oliveira (Solidariedade) que durante a tramitação falou três vezes sobre a reforma trabalhista e o terceiro deputado foi João Daniel (PT) com 25 discursos registrados nos arquivos da Câmara dos Deputados que citam a Reforma durante sua tramitação.

O discurso de Valadares Filho é posterior à aprovação da Reforma Trabalhista e ele se mostra contrário à Reforma:

Antes da aprovação – e mesmo após a promulgação da nova lei, o argumento era o de que as excessivas amarras da CLT inibiam o emprego; que as volumosas contribuições sociais e os impostos faziam com que empresários não se arriscassem a empregar; ou que as demandas à Justiça do Trabalho eram excessivas. E a solução apontada foi a de tornar precárias as relações de trabalho, na vã promessa de que o número de empregados aumentasse, mas o que vemos é aumentar o desemprego. Eu me pergunto que bem fez ao País reduzir para 30 minutos do intervalo de almoço do assalariado. Que vantagem há com o trabalho intermitente, no qual o empregado passa a receber por apenas algumas horas da semana? As mudanças feitas na CLT só prejudicaram os trabalhadores. (Discurso Deputado Valadares Filho (PSB), Câmara dos Deputados 09/05/2018)

O Deputado Federal João Daniel era nesse momento o único parlamentar sergipano do Partido dos Trabalhadores e que se declarava de esquerda na Câmara Federal. Em todos seus 25 discursos ele usa argumentos contrários as Reforma Trabalhista. No dia da votação da Reforma ele se pronunciou três vezes em plenário.

A matéria que será votada hoje pretende rasgar a Constituição de 1988, nos dispositivos em que tratou dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País. Hoje será votado um projeto que rasga a Consolidação das Leis do Trabalho em nosso País. Hoje, este Plenário se dividirá entre os que defendem os trabalhadores e as trabalhadoras e os que são patrões ou aqui representam os patrões, os que querem mais lucros, os que não estão satisfeitos com os atuais lucros. (Discurso do Deputado João Daniel (PT), Câmara dos Deputados 26/04/2017)

A votação de hoje retira conquistas históricas da classe trabalhadora. A nossa economia só voltará a crescer se houver geração de empregos, se houver investimento em pequenas empresas, em pequenos negócios, na reforma

agrária, na agricultura familiar, na economia interna. Neste momento, o Governo faz totalmente o contrário. Henrique Meirelles e Michel Temer estão na contramão de todos os Governos, inclusive do Governo americano. Querem fazer lições antigas que nem o FMI nem o Banco Mundial orientam mais. Querem implementar um projeto neoliberal, de retirada total de direitos e de desnacionalização do nosso País. É uma vergonha! Eles são entreguistas! (Discurso do Deputado João Daniel (PT), Câmara dos Deputados 26/04/2017)

Favorável à Reforma, discursou dias antes da sua aprovação o Deputado Laercio Oliveira. Ele destacou um debate que foi feito por muito tempo no cenário sindical brasileiro que seria o fim do imposto sindical. Muito falava-se que o imposto sindical não era extinto por causa dos sindicatos patronais, também receberia uma fatia do imposto. E Laercio Oliveira como representante de confederação patronal discursou defendendo a Reforma Trabalhista.

Foi dito por um colega aqui que as confederações patronais estariam contra o projeto de reforma. Lamento dizer que essa é uma inverdade. Eu faço parte de uma das confederações patronais, e todas elas apoiam o projeto. Nós vamos discutir esse projeto nos próximos dias, artigo por artigo, em um debate saudável. Mas qual é o cidadão brasileiro que não reconhece que precisamos modernizar a CLT? Qual é o brasileiro que não reconhece que a modernização das relações de trabalho no Brasil é urgente? E o nosso Governo tem a coragem de fazer o enfrentamento, de fazer a discussão e de promover as reformas pelo bem do nosso País. (Discurso do Deputado Laercio Oliveira (SD), Câmara dos Deputados 19/04/2017)

O deputado nesse momento reafirmava o apoio à Reforma Trabalhista e mesmo havendo a perda do imposto sindical, para essas federações, o ganho para o empresariado com a Reforma Trabalhista superava as perdas do fim do imposto sindical para eles.

É interessante observar que nesse processo o empresariado e o governo usavam o argumento de que a Reforma ia gerar emprego. Entretanto, uma pesquisa realizada pela FIESP⁸, assim que a reforma foi aprovada, afirma que 70% do empresariado Paulista entendiam que a reforma trabalhista não seria de grande incentivo para contratações e investimentos e apenas 22,2% dos empresários paulistas acreditavam que sim.

O próprio Ex-Presidente Michel Temer refez seu discurso após a aprovação da Reforma Trabalhista. Em entrevista ao programa Roda Viva da Tv Cultura de São Paulo em 16 de setembro de 2019, o ex-presidente foi questionado porque o seu governo estimou que

⁸ Infomoney. **Para 70% das empresas de SP, reforma trabalhista não é grande incentivo a contratações e investimentos.** Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/clt/noticia/6402750/para-das-empresas-reforma-trabalhista-nao-grande-incentivo-contratacoes-investimentos>. Acessado em 30 de março de 2019.

haveria um crescimento de 6 milhões de vagas de emprego e depois de dois anos da Reforma o desemprego ainda continua alto. Ele respondeu:

Primeiro eu não cheguei a dar essa informação que teria 6 milhões de novos empregos. Penso que nunca disse isso. E se o governo estimou isso ele estimou mal. Na verdade, o que eu quis fazer foi modernizar a legislação trabalhista. Tinham muito empresários que não queriam investir temerosos das chamadas reclamações trabalhistas, e a Reforma diminuiu em cerca de 40% as reclamações trabalhistas. (Michel Temer, entrevista ao programa Roda Viva, TV Cultura, 16/09/2019)

A CUT realizou um Congresso Nacional em agosto de 2017, após a aprovação da Reforma, para debater a situação do movimento sindical e dos trabalhadores com a aprovação da nova legislação que altera a CLT. No documento oficial a entidade fala em lutar pela revogação da lei e também sobre quais aspectos são mais nocivos à classe trabalhadora.

A antirreforma foca em quatro campos básicos: condições e contrato de trabalho, negociação coletiva, organização sindical e Justiça do Trabalho. Retira, flexibiliza e desregulamenta direitos. Institui ou modifica para pior, diversas formas de contrato precário, aprofundando a terceirização irrestrita que já havia sido aprovada em março deste ano. Reforça um ambiente desfavorável, fragmenta a negociação coletiva e altera a hierarquia das normas que regulam o trabalho. Procurar desarticular a organização sindical, reduz o papel e dificulta o acesso à Justiça do Trabalho. (Ata da 15ª Plenária Estatutária da CUT, 2017)

Destacamos alguns pontos que são centrais na Reforma Trabalhista e que afetam diretamente a organização do movimento sindical como o fim do imposto sindical, a formação de comissão de representante dos trabalhadores e o trabalho intermitente.

No que se refere à formação de comissão de representantes dos trabalhadores dentro das empresas é tratado no artigo 510 – A e diz o seguinte: Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Portanto, a partir da reforma trabalhista, em empresas grandes pode ser dispensado os sindicatos em algumas negociações. A legislação coloca diretamente essa comissão de trabalhadores como responsável por intermediar junto ao patrão os problemas trabalhistas.

Dentre as atribuições dessa comissão estão: representar os empregados perante a administração da empresa; promover o diálogo e o entendimento no ambiente de trabalho com a finalidade de prevenir conflitos; buscar soluções para os conflitos decorrentes da relação de trabalho; encaminhar reivindicações específicas dos empregados de seu âmbito de representação; acompanhar o cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e das

convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho. Todos os aspectos que eram de incumbência do sindicato que representava a categoria.

Uma comissão de trabalhador na loja ou na fábrica, ou qualquer espaço, pode ser até o gerente, o gerente também é trabalhador né? Juntar e assinar um acordo coletivo ele desobriga o patrão a negociar com o sindicato, você ver que toda operação é para tirar o sindicato da jogada. (Dirigente 2 da CUT Sergipe, 2019)

Esse tipo de relação enfraquece os sindicatos e, conseqüentemente, o poder de negociação do trabalhador, porque é mais difícil uma negociação direta entre o empregado e patrão. Mesmo que seja a partir de uma comissão, a mesma é enfraquecida ao perder o apoio de um órgão externo, que é o sindicato, com todo aparato jurídico e técnico que pode possuir para representar o trabalhador com melhores condições frente ao empregador.

O que compete aos sindicatos seriam questões mais gerais da categoria que precisassem de um aparato maior no perfil de negociação, entretanto outro artigo, o 611 A da reforma dificulta também isso. Pelo texto, em algumas situações, o acordo e convenção coletiva tem predominância sobre a lei, tirando o poder dos sindicatos e da Justiça do Trabalho de interferir em decisões e negociações entre o empregado e o empregador.

O primeiro ponto que já afeta diretamente o sindicato é a definição de representante dos trabalhadores no local de trabalho. Mesmo que o sindicato tente judicialmente interferir em um debate que visivelmente esteja sendo prejudicial ao trabalhador, esse não poderá fazer, dado o limite criado a partir da negociação coletiva. Cabe apenas ao sindicato o papel de negociador das partes, sem que haja com ele um papel de decisão.

Dentre outros pontos que são determinados por essa convenção coletiva estão: pacto quanto à jornada de trabalho; intervalo intrajornada; plano de cargos, salários e funções; regulamento empresarial; modalidade de registro de jornada de trabalho; prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho.

Até o presente momento nenhuma empresa sergipana adotou essa característica. Portanto, por enquanto nenhum sindicato sergipano foi afetado diretamente por esse artigo da Reforma Trabalhista, mas há uma perspectiva iminente de que isso vai acontecer.

Essa situação de negociação foi agravada com a lei 13.874 de 2019. Essa lei ficou conhecida como a lei da liberdade econômica. A partir dela, em alguns casos não é necessário nem uma convenção coletiva para deliberar algo, o empregado pode fazer em algumas situações uma negociação individual e direta com o patrão.

Outro ponto desse artigo está relacionado ao trabalho intermitente. A nova legislação também coloca que as decisões de trabalho intermitente também não vão para justiça do trabalho. O § 3º do artigo 443 determina assim o trabalho intermitente:

Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.

Essas mudanças no mercado de trabalho já eram previstas, e Ricardo Antunes (2004) já observava que os próprios sindicatos estavam sofrendo com a dificuldade de entender o processo de transformação da sociedade e do mundo do trabalho. Existem modalidades de trabalho que não se encaixam nos perfis dos sindicatos e que poderiam ser absolvidos por eles e por centrais sindicais.

O sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial. (ANTUNES, 2004, p. 70)

A partir da Reforma, permite-se o trabalho intermitente com poucas horas trabalhadas. Isso pode ser um dilema central, pois esse trabalhador não sabe qual sindicato lhe representa, considerando-se que tipo de trabalho é o seu de acordo com a legislação, já que em um período ele pode trabalhar em um setor e em outra ocasião em outra função totalmente diferente.

Primeiro que ele não tem como se deslocar em tempo hábil ele fechar sua carga horária, segundo vem a pergunta que tipo de previdência esse trabalhador vai pagar? Que FGTS esse trabalhador vai conseguir acumular, o trabalho intermitente é uma coisa imoral. É uma questão de honra pra classe trabalhadora derrotar, mas só se derrota com a luta de massa, não dá para dar isso como fato consumado. E onde ele se sindicaliza? Ele não vai, ele não vai se sindicalizar. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

No estado de Sergipe também ainda não emplacaram as prerrogativas do trabalho intermitente.

Na Reforma Trabalhista o ponto que mais altera o tipo de relação de trabalhador e os sindicatos foi a contribuição facultativa do imposto sindical. Entre o ano de 2017 para 2018

três das maiores centrais sindicais em números de filiados que são a CUT, Força Sindical e UGT tiveram perda de aproximadamente 90% dos recursos.⁹

A Força Sindical recebeu R\$ 43,7 milhões nos meses de abril e maio de 2017, quando ocorria o desconto anual do imposto sindical, no mesmo período em 2018, foram R\$ 3,55 milhões. Na UGT, foi de R\$ 45 milhões para R\$ 4,5 milhões. Já na CUT, maior central sindical do país, calcula-se que ela deixou de arrecadar cerca de R\$ 20 milhões, de 50 milhões no ano anterior. O que afeta diretamente a forma de organização sindical.

O Artigo 579 da Reforma Trabalhista diz o seguinte:

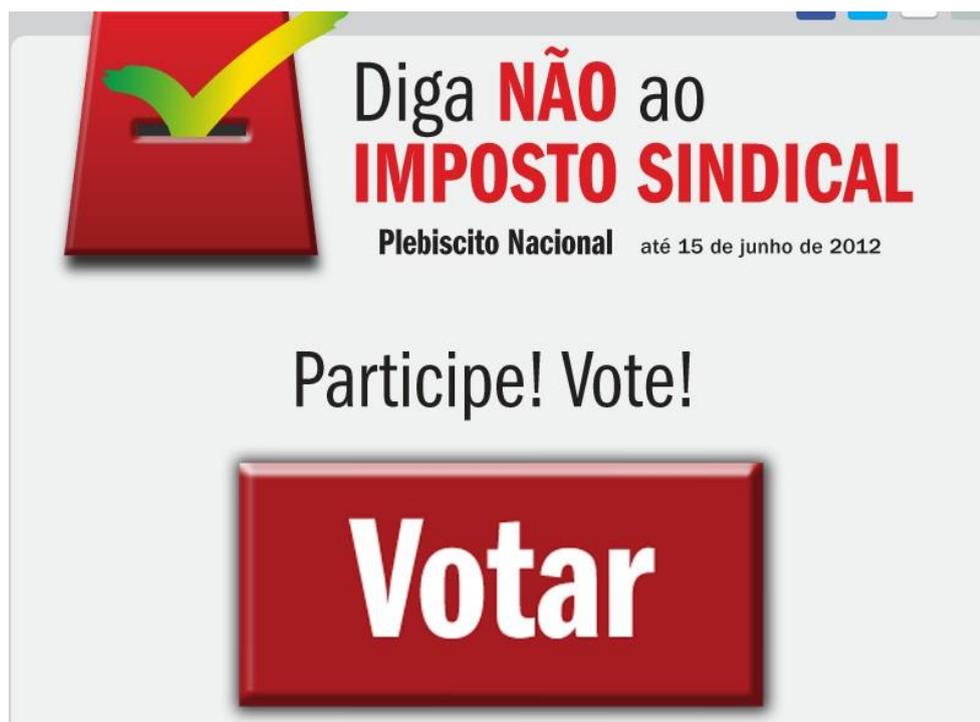
O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.

Com isso, o empregador deve apenas recolher na folha de pagamento do mês de março de cada ano o imposto do trabalhador que assim queira fazer a contribuição sindical. Portanto, a partir da reforma, os sindicatos passam a ter como fonte de renda a contribuição do trabalhador que é filiado e do trabalhador que julgar importante contribuir ao menos uma vez ao ano com a organização sindical que o representa, ou seja, passa a ser facultativa a contribuição anual.

O que é importante de se observar nesse contexto é que a Central Única dos Trabalhadores, como observamos em todos os documentos de diferentes congressos da central, sempre foi contrária ao imposto sindical. Em 2012 especificamente eles criaram inclusive uma campanha com plebiscito online pedindo o fim do imposto sindical.

Diga não Imposto Sindical – Plebiscito lançado pela CUT

9 Matéria da Época Negócios entrevistando lideranças das três principais Centrais Sindicais brasileira. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/06/epoca-negocios-sem-imposto-arrecadacao-das-centrais-cai-ate-90.html> Acessado em: 27 de novembro de 2018. Os dados oficiais no site do Ministério do Trabalho não levaram em consideração comparativo dos anos de 2017 e 2018.



Fonte: Site da CUT Nacional – 2012

Quando a CUT lançou essa campanha, o movimento sindical brasileiro passava por certo conforto institucional. O governo federal era um aliado e gozava de uma popularidade considerável. A CUT não vislumbrava o que poderia ocorrer posteriormente e talvez falhou em propor essa quebra no imposto sindical sem preparar seus sindicatos para o seu fim. A receita do imposto para muitos sindicatos representava mais de 90% de sua arrecadação e era o que mantinha muito dos sindicatos.

Por que? Porque a CUT nasceu contestando o imposto sindical. É bom lembrar que a CUT é fruto do novo sindicalismo, que é um grupo que vem de São Bernardo do Campo, não só, mas tem como nascedouro São Bernardo do Campo de onde vem Lula os metalúrgicos, os eletricitários aí eles fundam a CUT em 1983, rompendo com esse modelo getulista. A CUT rompia defendendo a autonomia sindical, e não dá para defender autonomia sindical dependendo de um imposto compulsório criado pelo governo, era uma contradição, que a CUT contra o imposto sindical dizia que o imposto sindical só servia para defender sindicato pelego, para assinar acordo coletivo com o patrão lesivo aos trabalhadores. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

Sem novas formas de mobilização e de buscar novos caminhos para arrecadação, a maioria dos sindicatos de todas as centrais enfrentaram o fim do imposto sindical como o maior dilema pós Reforma Trabalhista.

Como já falamos aqui, quando foi criada a lei que regulamentava as centrais sindicais, houve um salto considerável das centrais sindicais por todo o Brasil e em Sergipe. Uma das

questões que diferenciava a CUT das demais centrais sindicais era justamente o imposto sindical. Enquanto a CUT defendia seu fim, as outras centrais defendiam a manutenção do imposto como forma de sobrevivência.

Com a Reforma Trabalhista de 2017, muitas das centrais sindicais passaram a atacar a CUT, dizendo que sua posição referente ao imposto resultou num enfraquecimento da pauta do movimento sindical referente a arrecadação. Em sua defesa, a CUT diz que não defendia o fim do imposto sem uma nova forma de arrecadação. Para os cutistas a arrecadação sindical deveria ser feita a partir das negociações coletivas, a cada conquista salarial 1% dos valores seriam repassados para a manutenção dos sindicatos, federações e centrais sindicais.

Ela defendeu então acabar com esse imposto e coloca uma taxa negocial. Como funcionaria essa taxa? Na data base, uma vez por ano o sindicato vai negociar com o patrão ou com o gestor público a pauta, se o sindicato conseguir algum direito para o trabalhador ele ia propor em assembleia convocada para esse fim o repasse de 1%, mas a categoria poderia dizer, só vou pagar meio, eu vou pagar um e meio, ficava a critério da assembleia. Que chamada para esse fim deliberava o desconto quando houvesse avanço, se não houve avanço o sindicato não tinha como está chamando sua base para autorizar desconto anual, portanto essa taxa negocial as centrais sindicais sabiam que tirando o imposto assim e não colocando nada no lugar. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

Quase todos os sindicalistas que entrevistamos citam o fim do imposto sindical como o maior ataque da reforma trabalhista à organização dos trabalhadores. Não houve nenhum mecanismo na legislação que substituísse o imposto por alguma outra forma de arrecadação. Vamos observar que alguns sindicatos sofreram mais que outros a partir do fim do imposto. Isso acontece, sobretudo, porque alguns dos sindicatos se preparam para o fim do imposto sindical e outros não. Além disso, alguns têm uma base que dificulta as formas de arrecadação.

Na pesquisa de campo e nas entrevistas, dentre os sindicatos de maior representação no estado de Sergipe, foram citados exemplos de sindicatos que foram muito afetados pela reforma e outros que sofreram pouco prejuízo. O SECA (Sindicato dos Empregados do Comércio de Aracaju), por exemplo, enfrenta perdas consideráveis com o fim do imposto. Do outro lado está o SINTESE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe), que sofreu pouco impacto.

Os dirigentes sindicais entrevistados não gostam muito de falar em valores financeiros oficiais, entretanto fala-se que o SECA perdeu cerca de 90% da arrecadação com o fim do imposto sindical. Isso acontece sobretudo pelo número baixo de filiação ao sindicato de

todos os trabalhadores que a categoria representa, apenas cerca de 25% são filiados ao sindicato.

O impacto foi muito grande, até por que era um orçamento que se tinha em 90% acredite, apertou. Porque não é só, não é reforma em si que se tira o direito é a campanha sistemática que se faz, mas a classe trabalhadora já está começando a entender que ele foi golpeado. (Líder Sindical 2, 2019)

A dificuldade financeira do SECA está relacionada à área de trabalho de sua base. É um sindicato que representa os trabalhadores privados que mais estão próximos ao patrão. Boa parte dos trabalhadores que são representados trabalham em lojas de pequeno porte, onde ele muita das vezes é o único trabalhador empregado, quando não, a quantidade de trabalhadores é muita baixa.

Agora tem sindicato que a filiação é muito difícil, como por exemplo o Sindicato do Comércio, é sindicato que tem dificuldade de filiação, porque o patrão trabalha ali do lado do trabalhador, quando chega fichinha de filiação do sindicato, ele bota o cara para fora no outro dia, então o índice de filiação dos comerciários é baixíssimo. Aqui em Sergipe é um sindicato que faz luta, mas que tem dificuldade, é sindicato que mais tem dificuldade aqui no estado de Sergipe. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

Em vários casos, quando o trabalhador pretende sindicalizar-se ele não consegue, porque o próprio empregador orienta-o a não se sindicalizar. Temendo demissão ou retaliação, esse funcionário desiste de fazer contribuição sindical.

Tem empregados inclusive que antes do trabalhador entrar na empresa, a empresa já manda o empregado vim aqui dizer que não quer se sindicalizar. Olhe o cidadão nem entrou, mas o contratador vai e manda uma cartinha para dizer que ele não quer nada com o sindicato. (Líder Sindical 2, 2019)

O fato de Aracaju não ser uma cidade de grande porte também dificulta a relação de trabalhador com seu patrão e empregado. Quando um profissional é demitido por questões relacionadas à mobilização sindical, quase sempre encontra dificuldades para conseguir novo emprego. Como boa parte dos lojistas e empresários se conhecem ou são do mesmo grupo social, eles se comunicam entre si sobre supostos funcionários que enfrentam o patronato.

O salário dos funcionários do comércio é um pouco maior do que o salário mínimo. Todo ano é feito um acordo coletivo entre a FECOMÉRCIO, o sindicato dos lojistas e os sindicatos que representam os trabalhadores do comércio. Entretanto, o SECA, para fazer essa negociação não faz sozinho, ele junta força com outros sindicatos dos trabalhadores do comércio do interior do Estado. Para fazer o acordo salarial de 2019 foi necessária a junção de outros quatro sindicatos para fazer a convenção coletiva.

É muito raro acontecer qualquer ato de mobilização ou greve individualizada por parte desse sindicato, pois o controle do patrão dificulta as ações.

Mesmo o trabalhador que decide ser filiado ao sindicato nem sempre conta com o repasse dos valores para a manutenção sindical. Como a contribuição sai da folha de pagamento do trabalhador, nem sempre o empresário ou lojista repassa esse valor, dificultando ainda mais as finanças do sindicato.

O sindicato tem buscado alternativas para que consiga se sustentar frente à falta de recursos. A primeira é naturalmente o corte de gastos com pessoal e manutenção; a segunda é ofertar ao trabalhador um amparo jurídico para diversas questões, buscando atrair trabalhadores para a filiação; a terceira é buscar filiações em lojas de médio para grande porte, onde a relação com o patrão não é assim tão próxima; a quarta é mostrar ao trabalhador todos os anos o ganho real no salário do comércio para mostrar a importância dos sindicatos nas conquistas.

Nós temos mostrado a classe trabalhadora a importância do sindicato. A questão de filiação, a questão das mesas de negociação, com os resultados financeiros e que a haja também a contribuição. Se há resultado financeiro, se há reajuste salarial se tem ganhos inclusive acima da lei, é importante que se tem um sindicato que luta, que se tenha uma contribuição. Porque se não tiver sindicato, não tem reajuste, não tem condição de trabalho. Não tem nada, porque o patrão quer isso, então o trabalhador está despertando para esse lado. (Líder Sindical 2, 2019)

Do outro lado, como força sindical está o SINTESE. Hoje é o maior sindicato em representatividade no Estado de Sergipe e pouco sentiu com o fim do imposto sindical. Para isso houve uma combinação de fatores que levaram ao sindicato manter seu poder de mobilização.

Algo visivelmente abordado a partir dessa análise dos dois sindicatos, como menos e maior dificuldades com o fim do imposto sindical, é que os sindicatos do setor público sofrem menos com o fim do imposto e com a reforma trabalhista em si. De uma forma ou de outra é possível observar ainda greves no setor público, enquanto o que no setor privado essa é uma ação menos frequente. E isso aumenta com o medo do desemprego, que assombra o país nos últimos anos. Quem tem estabilidade tende a fazer greves, quem não tem sabe que tem milhares de pessoas em busca de espaços no mercado de trabalho e temem pela fácil rotatividade no setor.

No caso do SINTESE, por se tratar de um sindicato exclusivamente de trabalhadores do setor público, os impactos da mudança na legislação trabalhista são menos sentidos do que em outros sindicatos.

Hoje o SINTESE representa todos os professores da rede estadual de ensino e ainda representa os professores de 74 dos 75 municípios do estado de Sergipe. A única rede municipal que não tem a representatividade do SINTESE é da capital do estado, Aracaju. Esse é o primeiro ponto de força do SINTESE, que é a capacidade de estar inserido em todos os municípios do estado de Sergipe e tem uma base grande.

O número de filiados é outro ponto importante, mesmo que não seja das maiores taxas proporcionais de filiação, pela quantidade que representa sempre vai ter uma grande quantidade de filiados. Hoje o SINTESE tem 25.676 filiados, o que representa o sindicato com maior número de filiados no estado de Sergipe.

Para mim o primeiro ponto do SINTESE é o tamanho. Não como não colocar, é o maior sindicato do estado de Sergipe, em termos de filiação. Porque o SINTESE está na mente das pessoas? Porque onde você vai tem SINTESE, em qualquer lugar desse estado que você for o SINTESE está lá representado. Você não tem nenhum sindicato que tenha representação no estado inteiro. (Líder sindical 1, 2019)

Como a base do SINTESE é forte, o recurso do imposto sindical sempre foi secundário. Apesar das grandes mobilizações requererem dinheiro, o fato de ter uma quantidade razoável de filiados sempre colocou o sindicato em uma posição confortável financeiramente.

Uma questão que está sempre em debate é recurso financeiro do SINTESE, o SINTESE é um sindicato que tem realmente uma base de filiados muito grande, como isso tem uma receita que não depende do imposto sindical para se manter. Apesar de não tem a necessidade do imposto sindical, a gente tem uma demanda de luta intensa, que para manter essa estrutura e mobilizar a base no estado todo requer um custo alto, mas de fato nós nunca dependemos do imposto sindical, nem mesmo durante o período do imposto sindical, nós nunca dependemos desse recurso para tocar a luta do sindicato. (Líder Sindical 1, 2019)

Como citamos aqui, a Lei 11.648 de 2008 regulamenta as centrais sindicais brasileiras, como também regulamenta a questão financeira dessas centrais e dos sindicatos que compõem sua base. Desde a criação da CLT, a legislação obrigava o trabalhador a contribuir com 1% do seu salário todos anos para a manutenção do sindicato que o representa. Com a aprovação dessa lei 11.648, os sindicatos passaram a não poder mais abdicar dessa contribuição sindical, pois ela seria repassada para outras entidades de representatividade do trabalhador.

O SINTESE, em um determinado momento, passou a não receber o imposto sindical dos professores que ele representava. Entretanto a partir de 2009 passou a ser obrigado a receber esse valor.

O sindicato então passou a utilizar duas estratégias para o uso desse recurso, em um primeiro momento o dinheiro passou a ser destinado à construção do patrimônio físico, com a construção da sede principal e das sub-sedes regionais. Eles entendiam que esse dinheiro deveria ser pouco usado em mobilização, porque se um dia não tivesse mais imposto sindical não iria fazer falta nos atos futuros.

Posteriormente, quando o sindicato já contava com uma estrutura física razoável, passou a devolver o imposto sindical ao trabalhador que assim desejasse.

Nos primeiros anos que o SINTESE passou a descontar, nós deliberamos em nosso recurso ele seria adotado em patrimônio, não seria aplicado na luta. Foi aplicado na sede e nas sub-sedes. E três anos antes do fim do imposto sindical, nós tivemos a deliberação de devolver o valor que eram descontados dos professores, durante uns três anos quando o dinheiro entrava em nossa conta, a gente convocava os professores a vir aqui no sindicato para informar a conta deles para devolver o valor. (Líder sindical1, 2019)

Então tem muito sindicato que sofreu um baque terrível. Aqui em Sergipe que sindicato se mantém sem nenhum problema? O SINTESE, porque o SINTESE ele não recebia a vida inteira, mas teve um tempo que o dinheiro estava indo para um fundo, aí ele passou a receber e a devolver, porque o dinheiro já vai na conta, isso de uns 5 anos para cá, botava na conta aí SINTESE aí comunicava para o professor ir lá deixar um número de conta para depositar, e o sindicato depositava na conta de volta. Então fez certo que as estrutura que o SINTESE tem hoje, é que o filiado pode manter, a luta que ela fazia ela continua fazendo, sindicato que por concepção não aceitava o imposto. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

O SINTESE acaba sendo exemplo para outros sindicatos, da forma como enfrentou o imposto sindical, mas de fato ele é beneficiado pela grande base que representa. Entretanto, outros sindicatos buscam alternativas para enfrentar esse processo de perdas financeiras. A principal delas é o crescimento do número de filiados, alguns sindicatos que buscam despertar na base a consciência da necessidade filiar-se ao sindicato conseguiram sobreviver bem ao fim do imposto sindical.

Um exemplo é SINERGIA (Sindicato dos Eletricitários do Estado de Sergipe). A taxa de sindicalização desse sindicato é alta, chega próximo a 80%. Com isso, mesmo sendo de menor porte, comparado a alguns outros que são filiados à CUT, ele conseguiu se manter bem com o fim do imposto sindical. É importante observar que esse sindicato tem a maior base ligada ao setor privado, ainda assim possui esse índice de filiação.

Para nossa sorte a gente não vivia nem dependia exclusivamente do imposto sindical. Como eu disse no começo da entrevista nosso índice de sindicalização é razoável. Mesmo tendo como maior parte da base a empresa privada. (Líder Sindical 3, 2019)

Para chegar a esse índice de sindicalização, eles passaram a utilizar mecanismos de conquista desses trabalhadores, como viagens e brindes para os sindicalizados, como forma de atrair o trabalhador.

Quanto às finanças da CUT Sergipe, com relação ao fim do imposto sindical, a Central informa que a perda foi significativa, mas não afetou o funcionamento da entidade. A perda foi de aproximadamente 40%.

Nós da CUT Sergipe sentimos menos as perdas com o fim do imposto sindical, em relação as demais centrais do estado, isso porque os principais sindicatos filiados a nossa central se preparam par o fim do imposto, mas ainda assim fomos afetados. As perdas giram entorno de 40%. E infelizmente em muitos momentos a luta precisa dinheiro, e isso nos afeta. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

Com relação à sua estrutura organizacional, ela não possui muitos funcionários (dois, uma secretária e um jornalista) e sua sede tem prédio próprio. Quanto à questão de necessidade de recursos para mobilização, a central começou a unificar as lutas com outras centrais, principalmente a CTB, CSP Conlutas e UGT, para dividir as despesas e também para melhor organizar as mobilizações. Além disso, os sindicatos com maior força, como é o caso do SINTESE, também dão um suporte maior nos eventos com organização dessas centrais.

A CUT foi quem perdeu menos, a CUT perdeu menos, mas mesmo assim teve que fazer ajuste. As reuniões da CUT estão sendo feitas na própria CUT, o auditório é menor, mas faz lá mesmo, está se mantendo como pode, agora tem sindicato que vai fechar as portas. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, 2019)

5 – Crise do Sindicalismo e a CUT em Sergipe

Nesse capítulo resolvemos explorar como as mudanças no mundo do trabalho e na legislação trabalhista tem afetado diretamente a CUT no estado de Sergipe e como ela tem se organizado frente a esse processo. Para isso utilizamos as entrevistas com os sindicalistas ligados à central e ainda participamos do 14º Congresso Estadual da CUT no estado de Sergipe, que foi realizado no fim de 2019.

A partir dessas fontes construímos um perfil da CUT no estado de Sergipe, abordando como ela é estruturada e como faz a organização política e de mobilização.

5.1 - CUT Sergipe e sua estrutura.

Hoje a CUT no Estado de Sergipe conta com a seguinte estrutura:

- 74 - Entidades filiadas;
- 63.269 – Associados (Trabalhadores que resolveram filiar-se aos seus sindicatos);
- 185.216 – Representados (Número de trabalhadores sindicalizados ou não que tem sua categoria com um sindicato filiado a CUT).

Esses números fazem da Central Única dos Trabalhadores a maior central sindical do estado de Sergipe, tanto em número de sindicatos filiados, como número de trabalhadores sindicalizados ou não que são representados.

Nesse 14º Congresso foi eleita sua nova direção, que ficará na frente da central até o ano de 2023. A direção da CUT é composta por 36 membros, sendo um presidente, um vice, 17 secretários e 9 diretores.

Na CUT Sergipe existem três tendências políticas, todas elas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Há a Articulação de Esquerda, que é a tendência da maioria da atual diretoria. Existe a Militância Socialista, que é formada por uma dissidência da Articulação de Esquerda. E há também a Articulação Sindical. O interessante é observar que a atual direção e as duas gestões anteriores são de oposição à CUT nacional, sendo a única no Brasil que não é de alguma tendência do campo majoritário do PT.

Mesmo existindo essas tendências, nem todos os sindicalistas são ligados a ela, alguns são independentes, sem nenhum tipo de filiação partidária e outros são filiados a outros

partidos políticos. Entretanto essas tendências ligadas ao PT exercem a maior força política dentro da CUT.

Como citamos anteriormente, o SINTESE tem exercido uma força expressiva no sindicalismo sergipano e isso é refletido diretamente na organização da Central Única dos Trabalhadores no estado de Sergipe. Das 36 vagas de direção da CUT-SE, o SINTESE ocupa 13 cargos, sendo também a presidência e a vice-presidência.

Esse é o terceiro mandato consecutivo que a direção da CUT no estado de Sergipe tem em sua presidência um membro oriundo do SINTESE. Em todas essas direções citadas, esse sindicato tinha o maior número de representantes e na direção anterior a essas três mencionadas, mesmo não tendo a presidência, tinha a vice-presidência e a maior quantidade de cargos na direção.

O exemplo de como se dá essa força do SINTESE e a forma de articulação do sindicato dentro da Central ficou nítido no último congresso da CUT em Sergipe. O congresso foi convocado para ser realizado entre os dias 29 de novembro a 01 de dezembro de 2019.

Esse congresso, regido por um edital, previa ter três dias destinados a debates sobre a CUT e a formação da nova direção, com uma nova eleição. No último dia do congresso, deveria ser realizado o debate entre as chapas e a eleição da nova direção, entretanto, como possuía maioria e maior força de articulação, a chapa encabeçada pelo SINTESE foi a única a entrar no pleito, com isso o congresso foi realizado apenas nos dias 29 e 30 de novembro de 2019, sem a necessidade do terceiro dia para votação.

Para ter delegado com poder de fala e de voto durante o congresso, cada sindicato deveria ter 300 associados quites com a contribuição para o sindicato e para com a CUT. Portanto, como o SINTESE é o maior sindicato, com maior taxa de trabalhadores que contribuem para a manutenção sindical, tem uma margem muito superior aos demais sindicatos filiados à central.

O número de sindicatos que podem se filiar à CUT é ilimitado. Para o sindicato que deseja filiar-se à CUT, deve-se realizar uma assembleia com sua base para determinar se deseja ou não ser filiado à Central, com a participação de um membro da diretoria da CUT ou alguém que ela designar. Com a aprovação por parte da assembléia, cabe à direção estadual decidir se o sindicato pode ou não ser filiado à central e à direção nacional ratificar ou não a decisão.

Essa decisão da nacional de ratificar ou não a filiação depende do perfil do sindicato que deseja filiar-se. Observamos isso com relação aos sindicatos terceirizados, pois a eles existia grande resistência para que essa filiação ocorresse. Além disso, para a direção do sindicato, ter um perfil político de esquerda é critério para que ocorra a filiação.

5. 2 - CUT e a relação com o Partido dos Trabalhadores.

Uma das questões elencadas por alguns autores sobre o papel do sindicalismo brasileiro estão ligadas à relação com o Partidos dos Trabalhadores. Entre 2003 e 2016, o PT esteve à frente do Poder Executivo Nacional e entre 2007 a 2013 no poder executivo estadual em Sergipe.

Fraganani (2018), fazendo essa análise a partir do campo econômico e a relação com as principais centrais sindicais brasileiras, observa como esses sindicatos passaram por esse processo, debateram e tiveram espaço nas discussões junto ao empresariado e ao governo durante os governos petistas.

Ladosky e Rodrigues (2018) observam que principalmente a CUT teve durante esses governos uma participação institucional, ocupando cargos e sendo consultada na formulação de negociações da classe trabalhadora e do governo.

Nós observamos isso no processo de formulação das novas legislações do trabalho, como na da regulamentação das centrais sindicais e nas tratativas de um Reforma Trabalhista ainda no governo petista nacional.

É notório que toda a história da CUT no Brasil e em Sergipe passa por uma relação muito próxima ao PT e que as formas de como o PT se organizou ao longo do tempo também refletiu dentro da CUT. Observamos que as tendências que fazem parte da CUT em Sergipe têm militância dentro do Partido dos Trabalhadores.

Muitos dos sindicalistas no Brasil e em Sergipe oriundos da CUT ocuparam cargos importantes durante os governos do PT. Isso refletiu no tipo de organização da classe trabalhadora também. Isso porque líderes que deixaram o movimento sindical para ocupar cargos no governo fizeram falta na forma de organização do sindicalismo, porque dessa forma os sindicatos perderam líderes ativos.

Existe uma discussão que questiona até que ponto também a relação com o PT chegou a enfraquecer a luta e a forma de organização do movimento sindical e

particularmente da CUT, se o fato de ter um governo aliado deixou a CUT menos combativa.

Os sindicalistas ligados à CUT observam que sim, que a luta foi menor durante os governos do PT. No entanto, eles justificam esse fato dizendo que isso se deu porque o governo os recebiam com predisposição para negociar e que muitas das conquistas da classe trabalhadora aconteceram durante esse período.

Teve menos luta, teve muito menos luta no governo Lula e Dilma no que teve em períodos anteriores. Agora não dá só para fazer crítica. É preciso que a gente faça uma observação muito importante para ser correto com o balanço que a gente faz. Por que teve menos luta? Porque teve mais avanço. Mais avanço trabalhista, teve menos repressão. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevistas em 2019)

Realmente tem essa avaliação. Pelo o Partido dos Trabalhadores ser o partido que a Central Única tinha e tem uma simpatia e muitos membros da Central ser simpatizantes e filiados ao partido dos trabalhadores acho que isso também dificultou um pouco. Eu não faço uma mea-culpa porquê do ponto de vista do trabalhador e do ponto de vista dos acordos coletivos até que no governo do PT a avaliação que a gente faz é uma avaliação positiva. (Líder Sindical 3, entrevista em 2019)

Como citamos anteriormente, alguns dos sindicalistas ocuparam cargos no governo e aqui em Sergipe não foi diferente. Para alguns sindicalistas, o fato de ocupar esse espaço no governo foi importante para pautar políticas de interesse da classe trabalhadora dentro do Estado, entretanto para outros sindicalistas, isso enfraqueceu de certa forma a luta.

Uma coisa que serve de lição é que muitos membros da área sindical eles vieram a entregar a área de governo. Isso deixou uma lacuna no movimento sindical, mas não acho que isso seria diferente, porque como entendemos que os trabalhadores estavam tendo avanços essa participação no governo era importante, e conseqüentemente não tinha porque radicalizar só por radicalizar. (Líder sindical 3, entrevista em 2019)

Os dirigentes da CUT, ainda assim, classificam em que medidas faltou ação do movimento sindical durante os governos petistas, em quais pontos o sindicalismo poderia ter lutado, mas que por certo comodismo arrefeceu da luta.

Então de certa forma fez a luta arrefecer, mas aí não justifica totalmente, a gente poderia pegar questões cruciais para classe trabalhadora e fazer grandes mobilizações para impor ao governo, a gente ia imprensar o governo ele ia mandar para o congresso. Por exemplo, essas questões das estatais, a gente deveria ter feito muita mobilização para, para colocar na lei para vender estatal tinha que ter plebiscito. Tinha outras questões que poderia ter sido feito e nós não fizemos. (Dirigente 2 da CUT Sergipe, entrevistas em 2019)

Entre 2007 e 2013 quem governou o estado de Sergipe foi Marcelo Déda, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Foi nesse momento que alguns dos líderes sindicais passaram em Sergipe a ocupar cargos no governo. O próprio Marcelo Déda foi advogado da CUT.

Para a CUT Sergipe, apesar dessa participação no governo do estado, ainda assim, a Central manteve uma posição independente dos partidos político e da relação com o governo do estado. Um dos dirigentes da CUT fala dessa relação específica com Marcelo Déda durante seu governo. Déda buscou ter com a central uma relação amistosa, mas foi confrontado constantemente pelo sindicato de maior poder dentro da CUT que é o SİNTESE.

A CUT Sergipe ela sempre teve uma característica importante. A gente sempre disse aqui o seguinte: autonomia não se negocia. Isso é importante dizer, por que está nosso estatuto que somos independentes de partidos de credos religioso, isso a gente leva à risca isso é muito bom. E o teste de fogo da gente foi quando Marcelo Déda foi governador. Marcelo Déda foi advogado da CUT já, ele queria ter uma relação mais amistosa. Aí eu digo: classe trabalhadora, sindicato é sindicato governo é governo, não dá para manter essa relação tão próxima, que tem horas que vamos entrar em rota de colisão. E não deu outra estourou logo uma greve do SİNTESE, depois de muita negociação não avançou, aí ele foi para cima. Aí a CUT ficou de que lado? A CUT ficou do lado do sindicato. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Esse tipo de relação da CUT com o Partido dos Trabalhadores é alvo de muitas críticas externas e internas na central. No último congresso da CUT/SE em 2019, o debate mais acalorado foi quando a CUT cobrou do PT uma posição mais firme sobre a Reforma da Previdência estadual. O PT tem hoje no governo do estado a vice-governadora, Eliane Aquino que é viúva de Marcelo Déda.

Dentro do debate, duas das tendências, a Articulação de Esquerda e a Militância Socialista, cobraram que o congresso gerasse uma nota defendendo que o PT tivesse uma posição clara de rompimento com o governo por conta da Reforma da Previdência. Enquanto isso, a tendência Articulação Sindical e outros sindicalistas independentes se posicionaram contrários, alegando que apesar da CUT/SE ser composta em grande maioria por filiados ao PT, não caberia ali um debate sobre questões internas do PT, que a CUT Sergipe também é formada por sindicalistas filiados a outros partidos como PSOL, PC do B e PCB e tantos outros sem filiação.

Com isso, observamos como é muito próxima a relação da CUT em Sergipe com as discussões do Partido dos Trabalhadores.

O maior problema dessa ligação da CUT com o PT foi a diminuição de ações de mobilização durante os governos petistas. Quando o partido deixou o poder depois de mais de uma década, o sindicalismo estava enfraquecido para novas demandas e mudanças.

É claro que a luta não deve parar nunca, mas a gente entendeu que os direitos foram mantidos e houve alguns avanços. Isso findou que os sindicatos e CUT se arrefecendo da luta. Isso fez com que quando o partido saiu da presidência não soubemos voltar com força o poder de mobilização, em grande parte isso deve-se sim a termos nos acomodado um pouco durante os Governos de Lula e Dilma. (Líder Sindical 3, entrevista em 2019)

A maioria das mudanças na legislação, como observamos, aconteceu imediatamente ao fim dos governos do PT. No ano de 2016, a CUT e algumas outras centrais sindicais voltaram esforços para a manutenção de Dilma Rousseff na Presidência da República. Enquanto isso, parlamentares de direita, o vice-presidente Michel Temer e empresários já articulavam as modificações na legislação trabalhista. Com a saída de Dilma, a CUT e outros sindicatos tiveram dificuldades na forma de articulação, organização e mobilização.

Agora as pessoas não entendem, agora o congresso e o governo, a sensibilidade de Dilma para com o congresso e congresso para com ela abriu uma barreira, abriu um poço, e esse governo inviabilizou um governo que era uma sequência, porque foi tudo calculado. E por conta disso depois que o governo do PT saiu veio o que? Veio a PEC 95, veio a terceirização, veio a reforma trabalhista, veio a da previdência que está aí de lá para cá, que retira mais conquistas e segurança da classe trabalhadora. Enquanto estávamos na luta para manter Dilma na presidência, eles já estavam acomodados para tirar o direito dos trabalhadores, quando Dilma saiu estávamos enfraquecidos e com esse governo que está aí vamos enfraquecer mais. (Líder Sindical 4, entrevista em 2019)

O ex-presidente Lula é a principal ligação da CUT com o Partido dos Trabalhadores, sendo ele a figura mais simbólica desse modelo sindical. Ele foi oriundo do Novo Sindicalismo, que ajudou a fundar a CUT e tem uma representatividade muito grande dentro do meio sindical e principalmente na CUT. Quando aconteceu sua prisão em 2018, a CUT viu como uma grande perda de oportunidade de reconstrução do movimento sindical e de revogação das mudanças na legislação trabalhista. Lula nesse momento liderava as pesquisas eleitorais para presidente da república e foi preso, tirando-o assim do pleito eleitoral.

A volta de Lula ou de algum político ligado a Lula e ao PT ao governo federal é a grande esperança da CUT e dos sindicalistas ligados a ela.

Nós tivemos uma entrega do país no governo Fernando Henrique aquelas privatizações que a gente estava na rua. Gritamos Fora FHC e tudo mais,

nós não precisávamos dizer fora Lula, nós precisávamos dizer fique Lula, fique Lula, fique Lula, porque estava dando resultado. (Líder Sindical 4, entrevista em 2019)

A maioria das entrevistas que fizemos foi no período em que o ex-presidente Lula ainda estava preso. Quase todos os sindicalistas citam a questão do Lula Livre como ponto central para retomada da força do sindicalismo brasileiro. O próprio congresso geral da CUT em 2019 levou o nome de Lula Livre. Para além da relação com o Partido dos Trabalhadores, a figura de Lula como liderança sindical que ascendeu ao poder é central na forma de organização da CUT no Brasil e em Sergipe.

Estamos vendo a mentira que se formou nesse país, para justificar um golpe político contra o estado e a prisão de um cidadão inocente, que fez muito por esse país. Então a gente diz sempre Lula Livre, que é para gente resgatar a democracia, e resgatar esse país para o crescimento, para respeitabilidade, para geração de emprego. (Líder Sindical 2, entrevista em 2019)

5.3 – As Centrais em Sergipe

O primeiro passo dessa análise final foi entender qual a importância de uma central sindical, qual a importância específica da CUT para os sindicatos sergipanos e como ela tem se relacionado com outras centrais sindicais.

Sergipe, como citamos, conta com 8 centrais sindicais. A CUT, que é o nosso objeto central de estudo, contém o maior número de filiados e está muito presente no setor público.

Outra central forte é a Força Sindical, que tem uma forte representatividade no setor privado. Ela é em âmbito nacional a grande opositora da CUT e tem ligação com o partido Solidariedade. Como observamos anteriormente, alguns sindicalistas citaram que ela faz pouca distinção dos sindicatos que podem filiar, aceitando em seus quadros grande parte dos sindicatos do setor de terceirizado.

A CTB é outra central presente no estado com grande representatividade. Em âmbito nacional ela não figura como uma das maiores, mas em Sergipe há dois sindicatos de grande importância, que é o dos Bancários e o SINTRASE (Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços do Estado de Sergipe). O SINTRASE representa a maioria dos Servidores Públicos Estaduais. Além disso, essa Central tem forte ligação com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), em sua direção em Sergipe boa parte dos quadros são filiados ao partido.

A CSP- Conlutas é outra central importante no estado de Sergipe, no seu quadro existe um debate mais a esquerda, com membros do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade e do PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. A Central em Sergipe representa

dois sindicatos que têm grande influência nas pautas políticas sindicais, o dos Petroleiros e o ADUFS – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe.

Outra central com representatividade em Sergipe é a UGT – União Geral dos Trabalhadores. A central é pequena, tem maior representatividade no setor privado entre pequenas empresas. Apesar de em âmbito nacional ser mais ligada ao PSD – Partido Social Democrático, sempre está presente nos atos organizados por centrais com perfil mais a esquerda no estado de Sergipe.

CGTB – Central dos Trabalhadores do Brasil é uma central sindical ligada ao extinto Partido Pátria Livre, que com a cláusula de barreira teve boa parte dos seus filiados migrados para o PC do B no ano de 2019. O partido inclusive lançou o presidente da central em Sergipe como candidato a governador no ano 2014. Com a fusão dos partidos desde 2019, a CGTB e CTB estão também buscando a fusão das duas centrais.

Outras duas centrais pequenas e com perfis muitos parecidos e com representatividade em Sergipe são a CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros e NCST – Nova Central Sindical. Ambas estão presentes no estado de Sergipe, com sindicatos ligados aos servidores municipais do interior do estado. A primeira ainda representa os taxistas da cidade de Aracaju.

A segunda também tem dois sindicatos de representatividade e de maior ligação, que são o Sindicato dos Radialistas do Estado de Sergipe e dos Policiais Civis do Estado.

Uma questão interessante de se observar é que a CSB em suas discussões prega a retomada de um modelo sindical que voltasse a ser parecido com a época dos governos do presidente Getúlio Vargas. Inclusive usam a figura de Vargas como a mensagem: “*Nosso líder Nossa Bandeira*”.

Caravana de Filiações da CSB nacional no estado de Sergipe



Fonte: site da CSB, 2015

Dentre as centrais sindicais citadas, as que têm maior aproximação com a CUT no estado de Sergipe são a CTB, a UGT e CSP-Conlutas.

5.4 - A importância de uma central sindical e relação da CUT com outras centrais

Os sindicalistas e os dirigentes da CUT entrevistados falam que a importância da central está na capacidade de unir as pautas da classe trabalhadora. Enquanto os sindicatos lutam individualmente por suas categorias, a Central Única dos Trabalhadores tem o papel de unificar as lutas que são comuns a diversas categorias.

Ela cumpre um papel importante. É um grau superior onde você agrega nas centrais sindicais vários sindicatos e faz com que tenha uma discussão de não apenas uma categoria, mas amplamente em várias categorias que se agregam a uma central sindical, seja o homem do campo, da cidade, funcionário público, da indústria, do comércio. (Líder Sindical 2, entrevista em 2019)

Inclusive, a Central Única dos Trabalhadores tem a capacidade de lutar por temas que vão além das questões de trabalho, como é a pauta por moradia, transporte público, condições sociais, etc., que são pautas importantes para os trabalhadores, mas não são relacionadas diretamente ao local de trabalho.

Quem quer organizar a classe trabalhadora a central é o melhor caminho. Porque sindicato é extremamente corporativo, sindicato tem dificuldade de enxergar a luta do outro. O sindicato por ser vizinho do outro, o cara quer fazer a sua luta, a pauta é a dele e a CUT amplia horizontes, a CUT ela junta as diferentes categorias, para fazer luta de classes. E a CUT a faz a articulação com os movimentos sociais, que as vezes as pessoas se confundem, o movimento sindical é mais de gente com carteira assinada que bate ponto, o movimento social é um movimento que luta por moradia, um movimento que luta por reforma agrária, movimento negro, movimento LGBT, o movimento estudantil, estão na seara do movimento social que tem uma característica bem diferente do movimento sindical. O movimento sindical tem pauta definida é muito corporativo. A CUT então cumpre esse papel de unificar a luta do movimento sindical com o movimento social. (Dirigente da CUT 1, entrevista em 2019)

A quantidade de sindicatos e filiados ligados à CUT faz dela a maior central sindical do Brasil e do estado de Sergipe, o que dá a ela uma força importante frente a outras centrais e dentro da sociedade. Quando acontece algum debate que envolve a classe trabalhadora a CUT é sempre lembrada.

A CUT no estado de Sergipe tem um papel de protagonista na sociedade sergipana, e isso reflete também nas questões relacionadas a imprensa local. Sempre que abra-se uma pauta relacionada a classe trabalhadora ela é a primeira a ser consultada. Isso mostra a força que ela tem e do trabalho que ela desenvolve no em Sergipe. (Líder Sindical 5, entrevista em 2019)

Como a CUT tem essa força, com o fim do imposto sindical e as mudanças na legislação trabalhista, ela passou a ter um papel aglutinador de algumas centrais sindicais em Sergipe. Essas centrais que se agregam à CUT normalmente são a Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB, Central Sindical Popular Conlutas- CSPConlutas e a União Geral dos Trabalhadores - UGT. Em quase todos os atos que são pautas gerais da classe trabalhadora, essas quatro centrais sindicais têm feito eventos de forma conjunta.

Nós temos um conjunto de centrais, cada uma dentro da sua especificidade de luta, de trabalhadores que congregam a central. Eu tenho a avaliação que aqui em Sergipe a CUT, a CTB, CSP Conlutas, a UGT, desde o processo do golpe e das retiradas de direitos conseguimos construir lutas unificadas. Essas centrais que são mais ligadas a esquerda. (Líder Sindical 1, entrevista em 2019)

Nós somos de uma linha de atuação respeitando todas as centrais, agora temos mais afinidade com aquelas quem pensam parecido com a gente, que age parecido com a gente, que faz a luta junto com a gente, são justamente as centrais que atuam no campo da esquerda. (Líder Sindical 2, entrevista em 2019)

Na organização dos atos e mobilizações recentes, a CUT acaba tendo um certo protagonismo. Isso ocorre desde o fato de ter maior número de sindicatos, como também os sindicatos que ela representa têm maior força financeira e política.

A CUT tem uma sede com boa estrutura física, com isso boa parte das reuniões entre essas centrais são chamadas pela CUT e realizadas em sua sede física. Nessa mesma sede acontecem regularmente encontros e palestras para debates diferenciados, com temas relacionados à organização da classe trabalhadora e a questões sociais e políticas no geral.

A CUT no documento oficial do 14º Congresso da entidade no Estado de Sergipe, cita que usou esse papel aglutinador para ajudar a decidir as eleições presidências na cidade de Aracaju no ano de 2018.

Sem se confundir com partido político, a CUT assumiu a responsabilidade de conduzir a virada no segundo turno das eleições presidências em Aracaju, unificando com a CTB, UGT, CSP Conlutas e PCB para derrotar o bolsonarismo. Foram quatro grandes atos na capital, o suficiente para mudar a história. Perdemos no Brasil, mas em Sergipe, da capital ao interior, Haddad venceu Bolsonaro. (Documento do 14º Congresso da CUT Sergipe, 2019)

A figura abaixo foi postada na página de uma rede social da CTB. É uma convocatória para o ato contra a Reforma da Previdência, em que as centrais sindicais e outras organizações de esquerda unificaram a pauta. Identificamos que quase em todos os atos convocados a logomarca da CUT vem em primeiro plano das demais centrais. Além de

normalmente isso ocorrer porque a convocação é quase sempre feita pela Central, a estrutura pessoal da CUT para Mídias Sociais também exerce grande influência e a maioria das artes são feitas por profissionais contratados pela CUT.



Fonte: Facebook da CTB/SE, 2019

Essas centrais constroem essa unidade de organização dos atos por terem o mesmo perfil político ideológico, o de esquerda. Do outro lado, elas fazem críticas a outras centrais, principalmente à Força Sindical, que para elas não tem afinidade com o discurso da luta dos trabalhadores.

5.5 – Crise do sindicalismo.

Como observamos na revisão bibliográfica, alguns autores falam em crise do sindicalismo no âmbito brasileiro e internacional.

Oliveira, Bridi e Ferraz (2014) observam que as modificações no campo do trabalho têm afetado o poder de organização do sindicalismo por todas as partes.

Teixeira (2009) também observa essa crise a partir da identidade da CUT no estado de Pernambuco, observando que com o passar do tempo ela vai adquirindo uma nova estrutura que não é mais apenas de classe.

E ainda, Ricardo Antunes (2018) observa essa crise com as novas configurações do trabalho e relação humana que não foram percebidos pelos sindicalistas. Essa visão é

confirmada por Adenilde Dantas (2017), que analisa nos sindicatos um problema nas discussões de gênero, apontando que isso poderia contribuir para organização do movimento sindical.

Para entender esse processo, a primeira coisa que fizemos foi questionar aos líderes sindicais e dirigentes da CUT, se eles cogitam que de fato essa crise existe. Quase todos compreendem que sim, a crise existe.

Tem crise e a crise é profunda! E não é contradição que eu falei que não tem muito sindicato, sindicato você pode ter milhões, mas capacidade de representatividade tem poucos. E os diversos problemas enfrentados pelo o trabalhador nem sempre os sindicatos e as centrais sindicais estão sabendo enfrentar. Falo pela CUT aqui dentro da central sofremos os impactos dessa crise. (Dirigente 2 da CUT Sergipe, entrevistado em 2019)

Mais um sindicalista com a opinião sobre a crise do sindicalismo:

Sim, o movimento sindical passa por uma crise, a pior que talvez da história do sindicalismo. Em todos os âmbitos, nacional, internacional e local. E o problema maior é que não estamos fazendo quase nada para poder enfrentar essa crise. (Líder Sindical 4 – Oposição a direção atual da CUT, entrevista em 2019)

Há sindicalistas que ainda compreendem que não existe crise, que outros problemas ao longo da história foram enfrentados pelo movimento sindical e de trabalhadores e que esse momento pode ser até uma readequação do movimento sindical, mas que crise não é:

Não, não acho que passa por uma crise não. Não vejo não assim como uma crise, que possa provocar um retrocesso. Acho que o movimento sindical precisa se reorganizar, necessita fortalecer, mas não vejo como uma crise. Acho que pelo contrário, por tudo que está posto podemos sair mais fortalecidos. (Líder Sindical 1, entrevista em 2019)

Observamos que mesmo os sindicalistas que não acreditam em uma crise no movimento sindical, acreditam que esse precisa melhorar as formas de organização, ou seja, acredita que algo não está adequado. Sendo ou não uma crise, o sindicalismo passa por algumas dificuldades no mundo todo, episódio que em Sergipe não é diferente. O processo de mudanças na legislação, nas formas de mobilização e no novo mundo do trabalho tem afetado diretamente a maneira de como os sindicatos e as centrais sindicais tem se organizado.

Os dirigentes sindicais que não entendem estar havendo uma crise do sindicalismo, representam sindicatos que exercem maior força dentro da Central Única dos Trabalhadores no estado de Sergipe. Talvez essa dificuldade não seja perceptível para eles por causa de sua grande quantidade de filiados e por seu poder financeiro e de mobilização.

Ainda assim, as direções da CUT/SE, atual e anterior, compreendem que existe sim uma crise e que essa crise tem afetado a Central no estado. O grande dilema é se a central e os sindicatos que ela representa tem tido a capacidade de enfrentar essa crise. É ainda mais complicado que muitas das vezes a própria CUT não tem identificado as origens dos problemas, nem tem debatido com os sindicatos filiados a ela esses problemas.

Consideram que a crise quase sempre é externa a eles, é culpa do governo, da conjuntura, dos setores com poder econômico, assim, nem sempre debatem que as formas de mobilização ficam estáticas e dependem do movimento sindical, especialmente dos líderes.

Para alguns sindicalistas do estado de Sergipe, a crise do sindicalismo brasileiro, que reflete diretamente na construção da Central Única dos Trabalhadores, está relacionada ao excesso de centrais sindicais. Para esses líderes, a falta de uma unificação na pauta de luta dos trabalhadores é que dificulta uma organização maior do sindicalismo sergipano.

Central eu acho demais central única era para ser única, você vai encontrar nela uma pluralidade, uma direção de central com a representação dos diversos sindicatos. Porque o papel da central é um papel aglutinador, o papel dela é juntar, então uma central bem representada, bem plural daria conta e facilitaria, mas tem muita central, aí vai para uma greve aí a central não concorda com aquela pauta aí trava a negociação. (Dirigente da CUT Sergipe 1, entrevista em 2019)

Esse outro dirigente da CUT em Sergipe cita um exemplo de como os conflitos entre centrais sindicais afetam a negociação de pautas dos trabalhadores:

Por exemplo, a CUT foi contra sentar para negociar a reforma da previdência. É ser contra, se for sentar para negociar, nós vamos legitimar, eles vão derrotar nossas emendas e vamos legitimar. Aí Força Sindical queria ir, a UGT queria ir, aí não tem consenso, fica difícil, aí se você degradingola as atividades mais na frente. (Dirigente da CUT Sergipe 2, entrevista em 2019)

Esses sindicalistas ainda observam que o contexto da Reforma Trabalhista traz às centrais sindicais um novo desafio por conta da questão financeira. E se essa questão não for observada, entende-se que isso será o fim da maioria das centrais sindicais brasileiras. Como observamos anteriormente, houve centrais sindicais que tiveram perdas de aproximadamente 90% de sua receita com o fim do imposto sindical. Com isso, nem todas as centrais conseguirão sobreviver, se não repensar as formas de organização e de atrair o trabalhador.

Para os sindicalistas ligados à CUT no estado de Sergipe, em um futuro breve existirão apenas 5 centrais sindicais, no máximo, que serão aglutinações de algumas das centrais sindicais existentes. Eles entendem também que muitas dessas centrais serão

fundidas para enfrentar a CUT que, para eles, souberam como se organizar com o fim do imposto. Falam inclusive que algumas dessas não aceitariam unificar-se com a CUT.

Tem nacionalmente conversas de algumas centrais sindicais, não vou revelar o nome, que próximo ano podem estar unificadas, se unificar inclusive fica maior do que a CUT. O que parece que eles não estão topando é unificar com a CUT, parecem que eles não querem isso, porque a cut já é maior. Isso é luta por protagonismo ele querem está em outra que eles sejam protagonistas, então essa coisa da vaidade, da busca por protagonismo é uma coisa muito forte, isso atrapalha. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Analisamos também o que a oposição à atual diretoria da CUT pensa sobre essas questões da modificação no imposto sindical e a força que a CUT ainda tem com relação às outras centrais sindicais. Para eles sim, a CUT é protagonista nesse processo, entretanto eles observam que ainda assim a CUT não soube se organizar da melhor forma para o fim do imposto sindical.

As finanças da CUT/SE continuam insuficientes para custear as necessidades dos filiados e dos movimentos sociais e trabalhadores desorganizados que batem à porta da central. Quando recebeu o imposto sindical e defendeu seu fim, a central não se planejou para construir uma estrutura que fortalecesse à organização em todos os estados e em Sergipe. (Documento da Militância Socialista, 2019)

O que se observa a partir desse documento da oposição é que a CUT, em Sergipe e no Brasil, precisa compreender que esse processo de mudanças na legislação afetou tanto as outras centrais como a ela também. E assim como as outras centrais podem ser extintas por falta de organização financeira, também a CUT pode entrar em fusão com as outras centrais no futuro devido a essas questões.

Mesmo ainda sendo a maior central sindical do Brasil e de Sergipe, as dificuldades na organização podem levar a CUT a repensar essa interação com as outras centrais. Ela vai continuar aglutinando essas outras centrais como a CTB, UGT e CSP Conlutas ou vai ter que, num futuro próximo, buscar uma fusão, dentro do campo da esquerda, com essas centrais que já são aglutinadas.

É o que mais ou menos pensa um dos líderes sindicais representados pela CUT no estado de Sergipe:

Aí acho que tem muita central. Agora sem dinheiro, todas estão sem dinheiro, ou unifica, tem que unificar as centrais, pega 3 ou 4 centrais menores e unifica, acho que três centrais no Brasil dão conta, duas centrais. (Líder Sindical 4, entrevista em 2019)

Um ponto de crítica de alguns sindicalistas com relação à CUT está no perfil de sindicatos que a central tem predileção. Para esses sindicalistas, a Central Única dos Trabalhadores foca muito os esforços em sindicatos ligados ao setor público.

Observamos isso quando falamos dos impactos da lei da terceirização irrestrita. Para ter um sindicato terceirizado, aconteceram resistências, todavia até o momento apenas um sindicato dessa área de trabalho participa da CUT no estado de Sergipe.

Boa parte desses sindicatos buscam filiação em outras centrais. A Força Sindical é que mais absorve sindicatos, tanto da terceirização como do setor privado.

Então durante muito tempo a cut não quis fazer esse debate, de terceirizados, as outras centrais sim, a Força Sindical por exemplo tem muitas empresas terceirizadas lá. E agora com a aprovação da terceirização sem limites o que mais aparece, agora é empresa terceirizada inclusive no serviço público. (Dirigente 1 da CUT/SE, entrevista em 2019)

Essa predileção por sindicatos do setor público é perceptível também na formação do número de sindicatos do setor privado que tem cargos na direção da Central. De 36 (trinta e seis) vagas na direção apenas 3 (três) são sindicalistas representantes do setor privado.

Essa predileção da CUT por um tipo de sindicato nos remete a outra demanda do mundo do trabalho atual, que são as novas formas de trabalho a partir da tecnologia. Como observa Ricardo Antunes (2018), várias são as mudanças na relação de trabalho atualmente. Quase todos ligados a aplicativos de internet ou que de alguma forma necessita de interação a partir de computadores ou smartphones.

Esse é o caso do tele trabalho e trabalhadores que trabalham com aplicativos, como entregadores e motoristas. Alguns usam o termo Uberização do trabalho. Esse termo provém da empresa com maior capital nesse sentido que é a UBER, que tem profissionais trabalhando tanto com entregas, como sendo motorista.

Esse trabalhador não tem vínculo empregatício com a empresa e muito menos direitos trabalhistas como os demais trabalhadores com relação a sua empresa. Esse trabalhador é autônomo, mas ainda assim se submete a estrutura de uma empresa. Como recebem por entregas ou corridas, acabam tendo uma carga horária muito grande e exaustiva.

Outra forma de trabalho é o tele trabalho, quando o trabalhador comum deixa de trabalhar ao lado de outros funcionários em uma empresa ou setor e passa a trabalhar em casa. Bohler (2019) fez uma análise a partir dos trabalhadores do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná e percebeu que a maioria dos trabalhadores que são do tele trabalho acabam trabalhando mais do que os trabalhadores que trabalham de forma convencional.

Além disso, no âmbito do meio sindical e de organização de trabalho, esse trabalhador não tem convívio com os colegas de trabalho, dificultando o poder de mobilização.

Portanto, o mundo do trabalho está mudando e as formas de mobilização sindical precisam acompanhar esse processo. Existe dentro da Central um debate de que isso é nocivo ao trabalhador, mas ainda não existe na CUT um trabalho para absorver esse ao meio sindical, sobretudo o trabalhador de aplicativos.

Tem o pessoal do UBER, esse pessoal como é que é, ele tem algum vínculo? Tudo isso é para ser regulamentado, porque se eu trabalho agregado numa pizzaria levando pizza direto eu tenho um vínculo com aquela pizzaria aí se eu atendo todas aí é mais complexo. Como é que se organiza esse trabalhador? (Diregente 1, da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

No último congresso da CUT nos chamou a atenção que quase todas as falas foram relacionadas à conjuntura da política nacional, como se o futuro do movimento sindical e da CUT dependessem de mudança de governo e políticas de governo. Pouco se falou do futuro do movimento sindical e do mundo do trabalho. Apenas uma sindicalista ligada ao SINDIPEMA (Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju), e que falou em nome da Articulação Sindical, levantou questões relacionadas a essas mudanças no mundo do trabalho que a central não acompanha.

Esse fator faz pensar que a CUT ainda não se deu conta que o futuro do sindicalismo e das centrais sindicais passa também por repensar o modelo de sindicalismo, que deveria acolher outros setores de trabalho. Alguns dos seus dirigentes entendem esse processo, mas para a CUT, primeiro o desafio é ter nos seus quadros o trabalhador clássico, que tem carteira assinada e trabalho fixo, para depois pensar nesse novo trabalhador:

Veja, esse é o grande desafio do movimento sindical. O novo mundo do trabalho, ele mudou muito, mas nós não conseguimos fechar a primeira etapa. A primeira etapa é o que? É filiar todos os trabalhadores que está nesse modelo clássico, carteira assinada, o operário, o servidor público, nós não conseguimos se quer filiar todos, se não todos, ao menos 80 % deles dos clássicos que podem sumir daqui uns dias. Hoje tem mais trabalhadores sem filiação do que os filiados, então você veja, não é pouca coisa (Dirigente da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

O modelo sindical que estávamos acostumados a ver vai se modificando. Os motoristas de aplicativo, por exemplo, no estado de Sergipe têm uma associação que filia o motorista da área, entretanto sem vínculos sindicais, muito menos com centrais sindicais para representar seus direitos.

5.6 - Greves em Sergipe e a Crise no Sindicalismo

Outro dilema atual da CUT é o poder das greves. A greve que sempre foi um instrumento de luta dos trabalhadores parece perder força por alguns fatores.

O primeiro é consequência da Reforma Trabalhista. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) faz um balanço sobre a quantidade de greves realizadas e o tempo de greve em dias que elas acontecem. Eles observaram então no estudo posterior à Reforma Trabalhista uma diminuição de cerca de 20% de número de greves depois da Reforma e cerca 30% com relação aos dias de greve com a aprovação da Reforma.

O fator principal nesse caso, com relação à Reforma Trabalhista, é a insegurança dos trabalhadores, principalmente da iniciativa privada, para enfrentar uma greve a partir de uma nova legislação.

Os dirigentes cutistas também enxergam que as mudanças na legislação trabalhista aconteceram também para enfraquecer o direito de greve dos trabalhadores e do movimento sindical.

Sou clássico nesse aspecto, a greve é um instrumento poderosíssimo. Uma greve geral de massa derruba qualquer governo. O problema é que a gente não consegue. Por isso que eles se preocupam tanto em atacar a legislação trabalhista, principalmente autonomia sindical. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Outro fator citado pelo cutista como decisivo para enfraquecimento das greves é a sua judicialização. A CUT cita que no estado de Sergipe essa questão é algo recorrente, quase sempre nos últimos anos, as greves têm sido encerradas, não pela negociação da categoria com o patronato e governo, mas sim porque a justiça decreta a ilegalidade da greve.

Os sindicalistas entrevistados citam como exemplo uma greve dos professores do estado de Sergipe, realizada a partir de uma assembleia realizada pelo SINTESE em 2018. Antes mesmo dos professores entrarem em greve, o Estado de Sergipe já tinha uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça decretando a ilegalidade da greve.

Outra questão que enfraquece a greve é a não aceitação por parte da sociedade. Boa parte das pessoas, quando não tem um serviço prestado ou quando a greve ou ato dificulta a mobilidade da cidade, reclama do direito a greve dos trabalhadores. Ainda assim, os sindicalistas acreditam que a greve é o melhor instrumento de conquistas para classe trabalhadora.

A gente é muito questionado porque a gente faz greve geral e você acaba com o direito de ir e vir, mas a greve geral é num momento atípico, bloqueia rodovia, bloqueia avenida, é para chamar atenção, é para disputar, não é um dia normal. Por que não faz greve no domingo? Aí é querer fazer graça né? Por que não faz manifestação como o povo de Bolsonaro, que faz dia de domingo? Ali são os empresários caras e trabalhadores desavisados. A gente faz em dia de trabalho é para provocar mesmo. (Dirigente da CUT Sergipe 2, entrevista em 2019)

5.7 - Gênero, renovação e novas ações da CUT

Uma questão importante sobre a nova conjuntura do meio sindical está na relação de gênero, Adenilde Dantas (2017) observou, por exemplo, que no maior sindicato ligado à CUT/SE, que é o SINTESE, apesar de ter um conjunto de fatores como maior participação na base e nos cargos de direção por mulheres, ainda assim não enxerga dentro desse sindicato um debate importante sobre gênero.

O SINTESE nós somos 85% de mulheres em nossa base, nós tivemos aqui um processo que homens e mulheres ocuparam a presidência. Um sindicato não tem como espaço estratégico apenas a presidência. Aqui no SINTESE a gente tem avançado muito na ocupação do espaço pela mulher, ocupando espaços de poder na organização sindical, e não pretendemos recuar nisso. (Líder Sindical 1, entrevista em 2019)

O meio sindical sempre foi dominado pelos homens. Hoje em dia a participação das mulheres aumentou, mas ainda não é suficiente para ser percebida uma igualdade de gênero. Além disso, no imaginário popular fica a imagem de que os grandes líderes do movimento sindical são sempre homens.

Eu acho a Central Única dos Trabalhadores, não só em Sergipe, mas não Brasil, mais fechada a abertura da participação da mulher. Quando a gente pensa a referência da Central Única sempre que é um companheiro (Líder sindical 5, entrevista em 2019)

Na CUT em Sergipe e no Brasil ficou determinado que exista a paridade de gênero nos cargos de direção. Ou seja, ao menos 50% dos cargos devem ser ocupados por mulheres. Apesar disso, não existe a necessidade de ter uma paridade na presidência. Os cargos de presidente e vice não precisam ser divididos entre homens e mulheres.

Tanto na CUT Sergipe como nacionalmente, nunca houve uma mulher ocupando o cargo de presidência.

Uma das grandes lutas que travamos na CUT foi a paridade, foi a distribuição de cargos na direção, que os cargos na direção sejam de 50% para homens e 50% para mulheres. A gente garante essa paridade dentro da direção da CUT, mas essa paridade não chegou por exemplo a presidência. Por exemplo, nacionalmente a presidência e vice-presidência são homens. (Líder Sindical 1, entrevista em 2019)

Entre os sindicatos ligados à CUT no estado de Sergipe, menos de 5% deles têm como presidente uma mulher.

Apesar de a CUT promover constantemente debates sobre determinadas questões como gênero, os sindicatos ligados à Central nem sempre absorvem essa informação e não são contestadas em suas bases. A Central Única dos Trabalhadores poderia ter um papel transformador nesse sentido.

Outra questão importante sobre o sindicalismo atual que passa diretamente pela CUT é a renovação. Essa renovação, tanto dos quadros nos cargos de direção, como também na idade dos sindicalistas que ocupam esses cargos.

Boa parte dos sindicalistas estão há anos em cargos de direção e não pensam em abrir mão desses cargos, para uma possível renovação.

Eu tenho amigos que falam isso e eu digo: quem se recicla é lixo. E reinventar, eu não sei se a palavra é reinventar, usa-se muito essa palavra, mas o sindicato vive de luta. Se você lutar e povo tiver a consciência de se unir em uma luta por um propósito um reinvento não, é um resgate, aí pode dizer resgatar. Os sindicatos precisam ocupar mais espaços. A classe trabalhadora em si não pode esperar, o sindicato é um prédio o que dá vida são as pessoas, quem dá vida ao administrativo é a diretoria, mas quem dá vida a diretoria é a base e a base é quem representa a sua vontade, a sua necessidade. (Líder Sindical 2, entrevista 2019)

Cada sindicato tem seu estatuto e nele determina o tempo que cada sindicalista pode ocupar cargo de direção. Alguns passam mais de uma década ocupando cargos e assim não há uma renovação no quadro do comando sindical. No caso da CUT, cada gestão dura 4 (quatro) anos, podendo a direção ser reeleita por mais 4 (quatro).

A falta de renovação também é constatada pela idade dos dirigentes sindicais. Os próprios sindicalistas cutistas falam em tom cômico que no meio sindical 35 anos ainda é jovem. Isso se reflete na direção atual da CUT no estado de Sergipe, em que apenas dois sindicalistas que ocupam cargos na direção tem uma idade inferior a 35 anos.

Nessa nova direção do sindicato vieram para compor um grupo mais jovem, de pessoas mais jovens. Dentro do movimento sindical jovem é até 35 anos de idade, imagine. (Líder sindical 1, entrevistas em 2019)

Talvez essa falta de renovação reflita em outro problema enfrentado para CUT e pelo movimento sindical, que é a dificuldade de comunicação. Esse fato é citado por quase todos os sindicalistas por nós entrevistados. Eles entendem que esse é o grande desafio do

sindicalismo atual, saber se comunicar com a base, seja de trabalhadores sindicalizados ou não.

Isso passa inclusive pela forma de falar. Eles usam o termo “sindicalês”, esse termo é designado por eles para falar sobre o linguajar sindical, que muitas das vezes só quem entende são os sindicalistas que vivem o cotidiano do sindicato e quando usado em assembleias e manifestações, muitos dos trabalhadores não compreendem a fala.

Sindicalista não sabe dialogar, a maioria não sabe, primeiro nossa linguagem é muito ruim, tem o chamado “sindicalês” você vai falar para o povo e está falando lá: questão de ordem, correlação de forças, o cara diz: que porra é correlação de forças? A conjuntura está adversa, a gente não sabe o que falar a gente não sabe dialogar para massa, a gente sabe falar mal para nós mesmo. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Dentro dessa questão de comunicação, há também outros fatores a serem observados, como a linguagem usada nos textos produzidos nos panfletos informativos. Para alguns sindicalistas, as informações passadas para os trabalhadores têm textos longos e não são objetivos, não prendem a atenção do trabalhador.

A gente vai fazer um panfleto parece uma tese de doutorado o cara não vai ler aquilo, nós estamos melhorando um pouquinho. Eu digo tem que botar imagem no panfleto, imagem também dialoga e dá recado o cara só que escrever, escrever o cara vai pegar e jogar fora, quem vai ler isso são 2% do povo. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Essa dificuldade de comunicação vai além do meio sindical dos trabalhadores que estão sendo representados. Ela passa também pelo diálogo com toda a sociedade, de compreender a importância dos sindicatos e dos atos propostos por eles. Sobretudo, para uma central sindical que não representa apenas uma categoria.

Você acha que o cara que está cansado indo ou voltando do trabalho, a gente vai entrar no ônibus e entregar ao cidadão ele vai ler uma letra miúda desse tamanho? Não vai. Aí você fala mal no carro de som, você fala mal no panfleto, você vai dar entrevista e fala a linguagem que o povo não entende. O povo vai e lhe malha ou muda de canal. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Uma ferramenta que tem aproximado o meio sindical dos trabalhadores são as mídias sociais. Quase todos os sindicatos têm páginas em aplicativos midiáticos, como Facebook e Instagram, para fazerem suas comunicações. No caso da CUT Sergipe, suas mídias sociais são bem ativas e passam informes constantemente sobre pautas da classe trabalhadora.

Outro ponto que fortalece a relação da CUT com os filiados é o amparo dos sindicatos dentro de sua sede física. Como observamos, muitos sindicatos perderam a força financeira com o fim do imposto sindical. Alguns desses, por serem sindicatos pequenos, não têm condições nem de manter uma sede. Com isso, alguns dos sindicatos têm na estrutura da própria CUT sua sede.

Essa mesma sede da CUT também serve de debates para vários tipos de discussões da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais.

Outra questão atual fundamental nesse tempo de mudanças políticas e jurídicas é ter algum tipo de assessoria que auxilie tanto os sindicatos como os trabalhadores. A CUT Sergipe então dá esse suporte jurídico para sindicato e trabalhadores que não conseguem ter acesso a advogados para defender suas causas e suas pautas.

Por fim, o poder de mobilização da CUT ainda é algo considerável. Nas últimas greves gerais no estado de Sergipe, principalmente contra a reforma da previdência, a CUT teve um papel ativo. Seja na mobilização, como na comunicação e no suporte estrutural para a realização das greves.

6 - Conclusão:

Observamos em nossa dissertação, através dos estudiosos do trabalho e das lideranças sindicais entrevistadas, que as mudanças no sindicalismo seguem as alterações da sociedade brasileira ao longo dos anos e das modificações na lógica do trabalho. As mudanças acontecem tanto por conjuntura política como por modificações na legislação trabalhista ou na estrutura sindical.

O que trouxemos nesse trabalho, foi uma perspectiva dos sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores com relação às modificações mais recentes na estrutura sindical e do mundo do trabalho. Também apresentamos como essas modificações afetam os seus respectivos sindicatos e as Centrais.

Buscamos primeiro falar sobre as questões da legislação, pois ela que determina e regulamenta a forma de relação do patrão, empregado e o sindicato que o representa.

Três leis dos últimos dez anos acabaram por traçar um novo caminho para a CUT, para os sindicatos filiados a ela e para todo movimento sindical. A primeira dessas leis trouxe uma disputa maior por espaço da CUT com relação às outras centrais, a segunda fez a CUT repensar quais sindicatos devem compor a Central, e que em uma central sindical tida como classista não pode haver exclusão de nenhuma categoria de trabalhador. E por fim a Reforma Trabalhista fez com que CUT e seus sindicatos tivessem perdas significativas de arrecadação e na mobilização.

O trabalhador brasileiro ele passa por um processo... primeiro veio aquela PEC 95, mas o que tem a ver com o trabalhador, tudo que se muda no país está ligada ao trabalhador que está na periferia. Quando você tira o dinheiro da saúde atinge o trabalhador, tira o dinheiro da educação atinge os trabalhadores, qualquer coisa que se passa nesse país, na economia, na política, tudo atinge o trabalhador, porque tudo é um pacote só. Fizeram aquela maldade. Depois veio terceirização, a tentativa de desregulamentação e ataque a classe trabalhadora junto com suas entidades sindicais e sua representatividade, na verdade é tirar direito da classe trabalhadora. (Líder sindical 2, entrevista em 2019)

Observamos que os sindicatos que se prepararam para essas mudanças sofreram menos perdas, enquanto outros, que não se organizaram, tiveram perdas maiores. Os sindicatos do setor público também sofreram menos com a Reforma em relação ao setor privado. Como a CUT Sergipe representa mais sindicatos ligados ao setor público, os impactos foram menos sofridos em comparação a outras centrais.

Entretanto o campo e as opiniões dos sindicalistas nos mostraram que as mudanças vão além da legislação, passa por transformações do mundo do trabalho e na organização do movimento sindical que fazem esses sindicalistas debaterem sobre o futuro do sindicalismo.

Entre os resultados trazidos com as mudanças na legislação e na conjuntura, está a relação da CUT com as demais centrais sindicais. Essas acabam se agrupando a partir de afinidades do campo político em que estão inseridas.

Foi a partir do golpe que a gente começou a se aproximar. Tinha ato de 1º de maio que cada um fazia em um bairro, hoje o 1º de maio é unificado, a greve é unificada, as reuniões acontecem aqui, tudo unificada. Ou é isso é a destruição total dos direitos da classe trabalhadora. Hoje a relação é muito boa, a gente discute sem muitas tensões. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Alguns outros dilemas estão presentes na realidade do sindicalismo brasileiro e esse debate tende a ser aprofundado sobre que tipo de Central a CUT vai ser com essas novas perspectivas. Aspectos como trabalho intermitente e negociação sem a necessidade do sindicato, ainda não chegaram com intensidade ao estado de Sergipe, mas já são discutidos nos aspectos futuros sobre de que maneira o meio sindical vai enfrentar.

Como observamos, a primeira situação dificulta a sindicalização dos trabalhadores e o segundo tira a força dos sindicatos dentro das empresas frente ao empresário. Essas questões são somadas à nova ordem da lógica de trabalho que está relacionada à Uberização de algumas modalidades de trabalho.

Frente a esses dilemas, perguntamos às diferentes lideranças sindicais como eles enxergam o futuro do sindicalismo e das centrais sindicais.

Um desses líderes diz que não consegue dimensionar qual caminho será seguido. Já que nem mesmo os terceirizados a CUT estava conseguindo absorver, e ainda menos as novas formas de trabalho.

O desafio é enorme agora com essa questão nova do UBER, essa questão do trabalho que se faz em casa, é difícil é difícil a gente não tem agora no horizonte quando é que a gente vai fazer. E aí esse novo mundo do trabalho como é que é? O cara que não bate ponto, que está em casa, que ganha por produção, o cara que cria uma associação, uma cooperativa, todo mundo é dono, como é que fica? O cara é trabalhador e patrão ao mesmo tempo. Ninguém apresentou de fato uma proposta, mas esse é o grande desafio aqui para frente. (Dirigente 1 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Outro dirigente cutista pensa que o futuro do sindicalismo passa por uma maior consciência de classe por parte dos trabalhadores. Segundo ele, essa consciência tem sido tolhida ao longo dos últimos anos por conta do novo mundo do trabalho. Ele acredita que o movimento sindical sobreviverá, mas que para isso o trabalhador deve perceber a importância que esse tem para a classe.

No século passado e início desse século, ainda era muito forte essa questão de classe trabalhadora, ela foi perdendo exatamente por conta desse novo mundo do trabalho. Uber o cara dizer que não é trabalhador claro que ele é

trabalhador, mais explorado até. Então quem é classe trabalhadora e quem não é isso não é o governo que vai dizer, quem vai dizer é própria pessoa, eu sou parte da classe trabalhadora. Isso depende da chamada consciência de classe. (Dirigente 2 da CUT Sergipe, entrevista em 2019)

Existem sindicalistas que acreditam que o movimento sindical passa por uma crise, mas que não precisa modificar suas formas de mobilização e de organização. E que a crise é da sociedade que está refletindo no movimento sindical. Quando o sistema político se organizar, o movimento sindical também tende a isso.

Hoje a classe trabalhadora já está vendo o movimento sindical como órgão de luta dele, resgatando a lá para trás, vendo a importância, já melhorou, porque eles sabem que quebrando o sindicato, fragilizando o sindicato ele prejudica o próprio trabalhador no seu local de trabalho. (Líder Sindical 2, entrevista em 2019)

Há sindicalistas que falam que a CUT e os sindicatos devem começar a repensar a nova conjuntura política e social, perceber que o mundo do trabalho mudou e que o trabalhador também muda. Acredita também que se os sindicatos e centrais sindicais que não perceberem essas alterações tanto na conjuntura como na relação de trabalho vão acabar perdendo base.

Como dirigente nacional da CUT, vejo que precisa ter um momento de reflexão política em que cenário a gente vive, qual o momento político que a gente vive, em qual conjuntura política a gente vive, como estão postas hoje a relação de trabalho. Porque por exemplo, eu não posso pensar a organização da classe trabalhadora de uma forma que a relação de trabalho não é a mesma da que era há 10 anos atrás, porque as relações de trabalho se alteraram muito. Portanto, acho que o maior desafio do movimento sindical é compreender essa conjuntura, é compreender essas novas relações de trabalho, e fazer a organização dos sindicatos e das centrais a partir dessa conjuntura e dessas relações, que se gente não der conta disso, a gente vai perder base. (Líder Sindical 1, entrevista em 2019)

Para os sindicalistas também as centrais sindicais devem iniciar a discussão de como os sindicatos devem proceder para se modernizar, sair da crise e aumentar suas bases. Acreditam que não seja o fim do sindicalismo, mas que as centrais precisam ajudar a construir uma saída da crise.

Eu sou otimista, apesar de ter colegas aí que acham que os sindicatos vão acabar e tal, eu sou otimista. Acho que essa lógica de capital e trabalho sempre vai existir, lamentavelmente, pela exploração e o que vislumbro é que os sindicatos precisam se modernizar, mas não acho que é o fim da linha, mesma essas novas formas de trabalho como o UBER, eu fico imaginado o dia que esses trabalhadores se organizarem para uma parada no mundo. Acho que isso é sindicato, no dia que eles se organizarem, que tal dia todos vão parar todos os carros, aí já é um novo sindicato. Acho então que essas formas de organização dos trabalhadores nunca vão se acabar. Agora o que precisa é que os sindicatos têm que se reinventar

urgentemente, e acho que as centrais como são a “mãe” dos sindicatos que tem que mostrar qual o caminho esses sindicatos devem seguir. (Líder Sindical 4, entrevistado em 2019)

Alguns sindicalistas ainda a criticam a postura sindical, sobretudo das centrais em predileção aos sindicatos do setor público em detrimento do setor privado. Eles acreditam que o futuro do sindicalismo está no setor privado e que as centrais têm o papel de incentivar maior mobilização nesse setor.

A parte privada está enfraquecida sim. A gente vê a lutar maior é no setor público, que é o que vai mesmo para luta, a gente precisa que o trabalhador do setor privado acorde para a luta, que ele veja que o movimento é bom para ele. O setor público é que mais reina nas manifestações, a gente até participa, mas a grande massa nossa não vai, quem vai são alguns poucos diretores. Isso acontece porque o governo vem enfraquecendo nossa luta, e falta um pouco de estímulo de algumas lideranças sindicais, nas centrais, etc. (Líder Sindical 3, entrevista em 2019)

A CUT tem entre os sindicatos uma maioria do setor público. Os sindicalistas então observam que buscar o setor privado pode ser o caminho da central para fortalecer a entidade com as novas configurações da relação de trabalho.

A CUT tem uma aproximação maior do setor público. Nessa nova conjuntura do mercado de trabalho a gente percebe um enfraquecimento do setor público, como privatizações e concessões. Talvez seja a hora da CUT começar a pensar nesse setor, se aproximar mais. Nós por exemplo, já fomos um sindicato majoritariamente do setor público, mas com a privatização da ENERGIPE somos a maioria do setor privado, tivemos que nos reinventar. (Líder Sindical 4, entrevista em 2019)

Importante reforçar que nossa discussão teve a CUT Sergipe como a central de análise, por se tratar da central sindical com maior número de sindicatos filiados, de trabalhadores representados e de trabalhadores que são representados e são filiados aos seus sindicatos. Mas além dela, outras centrais passam por dilemas parecidos e que em um trabalho futuro seria interessante traçar um comparativo com essas outras centrais.

Outro elemento importante que pode ser levado em consideração é que o presente trabalho observa a perspectiva dos líderes sindicais e que é necessário em um trabalho com mais tempo de pesquisa saber a posição dos trabalhadores. Se eles se sentem contemplados com os sindicatos que os representam e qual a visão deles com relação aos sindicatos depois das modificações na legislação.

Entretanto, compreendemos que o que foi apresentado nessa dissertação colabora com uma perspectiva sociológica de como o sindicalismo tem enfrentado as novas formas de organização oriundas das novas formas de trabalho, de mudanças na estrutura

política e principalmente as modificações na legislação trabalhista. Esses elementos como percebemos são decisivos no ceio da organização sindical brasileira e sergipana.

Referências

- ABERS, R., SERAFIM, L., TATAGIBA, L. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 2, 2014, pp. 325 a 357.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; FREITAS, Geovani Jacó de & SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **Por uma Produção Sociológica: Entre a Narrativa Histórica e o Saber Racional**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul/dez, 2012, p. 158 - 168.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes livros, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio a Servidão: O novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARBOSA, Ivan Fontes. **Políticas públicas e informalidade na grande Aracaju**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- BARBOT, Janine. **Conduzir uma entrevista de face a face**. In: PAUGAN, S. (coord). A pesquisa sociológica. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BERGER, P. ; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BÉROUD, S. **Contribuições e limites do conceito de campo sindical: uma reflexão a partir do caso francês**. Crítica Marxista, n.38, p.89-101, 2014.
- BRAGA, Ruy & SANTANA, Marco Aurélio. **O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil**. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 297-309, Maio/Ago. 2009.
- CARDOSO, Alberto M. **Sindicatos, trabalhadores e coqueluche neoliberal. A era Vargas acabou?** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1999.
- BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e Perspectivas** Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

- CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- COLOMBI, Ana Paula Fregnani. A institucionalização do consenso: a atuação da CUT e da FS nos governos do PT (2003 – 2014). UNICAP, tese, 2018.
- CORRÊ, João Guilherme de Souza, **Sindicalismo Cidadão e economia Solidária: Uma análise crítica da experiência política da Central Única dos Trabalhadores (CUT)**. 2014. 185 fls. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.
- DAL ROSSO, S. **Fragmentação sindical**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013. Editora UFPR
- DANTAS, Adenilde de Souza. **Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 2017.
- DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe de 1964/1984**. Rio de Janeiro; Tempo brasileiro, 1997.
- DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889 -2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanal intelectual**. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- DIETRICH, P., LOISON, M, e ROUPNEL, M. (2015) **Articular as abordagens quantitativa e qualitativa**. In: PAUGAM, Serge (org) A pesquisa sociológica. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. p. 171-182.
- DROPPA, Alisson; SPERANZA, Clarice Gontarski **Mundos do Trabalho: campo de estudos em transformação [recurso eletrônico]**; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.
- DURKHEIM, Émile. A divisão social do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. P. 3-59.
- IANNI, Otávio. (1994). **O Mundo do Trabalho**. *Revista Perspectiva*, v. 8, n. 1, pp. 33-54.
- FERNANDES, Luiz Fernando Viegas. **As Reformas Sindical e Trabalhista na Sociedade Brasileira Neoliberal: Ampliando a Escuridão na “Câmara Escura”**. (Tese) Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2009.
- GIANNOTTI, Vito. **Cem anos de luta da Classe Operária no Brasil**. São Paulo, Informar Cultura & Educação Popular, 1988.

- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.
- GONZALEZ, Francisco Colom. **Razão e política - entrevista de Claus Offe**. Lua Nova. n°.19 São Paulo Nov. 1989.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. - Petrópolis, RJ :Vozes, 2010.
- HARAMOTO, Gabriel Santiago. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850: direito, estado e política em Karl Marx**. UFLA, Lavras/MG, 2017.
- HOBBSBAWM, E. **OS Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSBAWN, Eric. **Mundo do Trabalho**. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- JESUS, Alexis Magnum Azevedo. **O trabalho como fundamento da condição de educador do funcionário de escola em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, 2016.
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes. **Da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa**. Tese (Doutorado). USP. Sociologia. São Paulo, 2009.
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jacome. **A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes. Limites e Possibilidades**. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, V. 30, n.1, 2018.
- LEITE, Márcia de Paula. (2003), **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- LUCIO, Ganz Lúcio. **Jornada de Trabalho em Países Selecionados**. Convênio SE/TEM n° 04/2003 - DIEESE, 2007.
- MACHADO, Anna Catharina Fraga. **Limites da negociação coletiva para proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Sergipe, 2014.
- MALAGODI, Edgard. **Notas Epistemológicas e Metodológicas sobre a teoria dialética**. Campina Grande/PB. UFPB, 1993.
- MARCUSE, H. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARCUSE, Hebert. **A IDEOLOGIA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL: O Homem unidimensional**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1973.
- MARX, Karl. **O Capital**. V. I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857 - 1858. Esboços da crítica da economia política**. Boitempo, 2011.
- MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MENESES, Luiz Manoel Andrade. **A substituição da contribuição sindical obrigatória pela contribuição negocial aprovada em assembleia, por decisão judicial: Um caminho para a plena eficácia da liberdade sindical no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Sergipe, 2017.
- MENEZES, José Valdomiro Fernandes. **Origem e Formação do Partido dos Trabalhadores no Estado de Sergipe (1980-1982)**. UFS, 2000 (monografia).
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- MOLIN, Naiara Dal. **O Fórum Nacional do Trabalho e as Centrais Sindicais Brasileiras**. Revista Latino-Americana de História Vol. 1, nº. 3 – Março de 2012.
- NASCIMENTO, José D. S.; PASSOS, José S; TORRES, Naiara L. **Reorganizado e Unificado: a memória do sindicalismo em Sergipe (1980-1999)**. (Monografia), UNIT, Aracaju, 2009.
- OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984
- OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. **Sindicalismo na educação: consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE em Sergipe (1992-1996)**. (Dissertação) Universidade Federal de Pernambuco. Serviço Social, 2002.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. 1ª Ed., Belo Horizonte: Fino traço, 2014.
- OLIVEIRA, Sonale D. P. & MARINHO, Maria Gabriela da S. M. da C. **Diretas Já, um movimento social híbrido**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.3, p.129-143, 2012.
- PAIVA, Vera L. M. de Oliveira e. **A pesquisa narrativa: uma introdução**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, vol. 8, n. 2, 2008.

- POCHAMANN, Márcio. **Os desafios do Sindicalismo Brasileiro neste fim de século.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 10/11, 1998, pp. 139-152.
- RAMALHO, J.R. **Trabalho, sindicato e globalização.** Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho, 2 (41), 2014.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Tendências futuras do sindicalismo brasileiro.** Rev. Adm. Empresa vol.19 n°.4 São Paulo Oct./Dec. 1979.
- RODRIGUES, Leôncio. (1999), **Destino do sindicalismo.** 1. ed. São Paulo: Edusp.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia (online).** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.
- RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo & CONCEIÇÃO, Jefferson José da **Relações de Trabalho e Sindicato no primeiro Governo Lula (2003-2006)** Cienc. Cult. vol.60 no.4 São Paulo Oct. 2008.
- ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na trama da história. O movimento operário de Sergipe 1871 a 1935.** Aracaju: Sindimina/ Sindicato dos Bancários de Sergipe/ Sindipema/ Sindisan/ Advocacia Operária, 2000.
- ROMÃO, Frederico Lisboa. **O movimento sindical têxtil de Aracaju no governo Augusto Maynard (1930-1935).** Sergipe, FCS/UFS, 1999. Dissertação de mestrado em Sociologia.
- ROMÃO, Frederico Lisboa. **A GREVE DO FIM DO MUNDO: PETROLEIROS 1995 - Expressão fenomênica da crise fordista no Brasil.** (TESE) Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2006.
- ROSSI, Waldemar & GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; 2009
- SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Jaime Jr. **NA TRAMA DAS IDENTIDADES: Vida e trabalho no corte de cana em Sergipe.** (Tese) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2014.
- SILVA, Rodrigo Ferreira Nery da. **Somos fortes, somos CUT?: precarização e discurso na CUT – PE (1989 -1999)** . Dissertação (Mestrado). UFPE. Sociologia. Recife, 2007.
- SILVA, Josué Pereira da. **Marcuse e o conceito de trabalho. Idéias,** [S.l.], v. 8, n. 1, p. 21-42, ago. 2017. ISSN 2179-5525. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649773>>. Acesso em: julho de 2018.

SORJ, Bila. **Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros**. Rev. Brasileira de Ciências. Sociais. 2000, vol.15, n.43, pp.25-34.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. **Para onde foi a CUT: Do Classismo ao sindicalismo Social-liberal (1978-2000)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, 2009.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. **Pra onde foi a CUT? Do Classismo ao sindicalismo Social-liberal (1978 -2000)**. Dissertação (Mestrado). UFF. História Social. Niterói, 2009.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. Tradução Denise Bottmann. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

THOMPSON, Edward P. **Patrícios e plebeus**. In: Costumes em Comum: estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **As Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil – Esboço de um estudo comparativo**. Revista Espaço Acadêmico, nº 126, Nov. de 2011.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. **Ação político-sindical dos petroleiros SE**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe.

VIANNA, Luiz Werneck - **Liberalismo e sindicato no Brasil**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

Referências de internet e documental:

Gazeta de Sergipe, 14/08/1983.

COLLETA, Ricardo Della. **Trabalhadores votaram em Bolsonaro. A CUT vai procurar o Governo para negociar**. In: EL País Brasil. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/17/politica/1545056931_483830.html Acessado em: 05 de janeiro de 2019.

Época Negócios. **Sem imposto sindical arrecadação das centrais cai até 90%**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/06/epoca-negocios-sem-imposto-arrecadacao-das-centrais-cai-ate-90.html> Acessado em: 27 de novembro de 2018.

Informações sobre Relações do Trabalho. Disponível em: <http://relacoesdotrabalho.mte.gov.br/>.

Acessado em 30 de outubro de 2018.

RVTV. Entrevista com Jair Bolsonaro no Show Rural 2018. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=vWUrvZOORgk> Acessado em: 27 de novembro de 2018.

TV Cultura. Roda Viva – Michael Temer. 16/09/2019. Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U&t=2117s> Acessado em: 08 de dezembro de 2019.

Leia íntegra do discurso de posse do presidente interino Michel Temer. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>. Acessado em 01 de abril de 2019.

Pesquisa Mensal do Emprego. IBGE, Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/

Acessado em 25 de novembro de 2018.

<https://se.cut.org.br/>

<http://www.cut.org.br/>

<http://ctb.org.br>

<http://www.cspconlutas.org.br/>

<https://www.ncst.org.br/>

<https://csb.org.br/>

<https://www.fsindical.org.br/>

<http://www.ugt.org.br/>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>

Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em: 05 de janeiro de 2019.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acessado em 20 de novembro de 2018.

Lei 13.429. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm Acessado em 20 de outubro de 2019.

Lei 13.467. Lei que Altera a CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acessado em 30 de março de 2019.

Lei 11.648 de 2008 Regulamentação das Centrais Sindicais. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm. Acessado em 19 de março de 2019.